

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAJUBÁ – FEPI

Curso de Psicologia

Micaela Fernandes Henrique

**MULHER, DE QUEM É O SEU CORPO? UMA COMPREENSÃO
FENOMENOLÓGICA DA CULTURA DO ESTUPRO**

ITAJUBÁ – MG

2024

Micaela Fernandes Henrique

**MULHER, DE QUEM É O SEU CORPO? UMA COMPREENSÃO
FENOMENOLÓGICA DA CULTURA DO ESTUPRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Psicologia do Centro Universitário de
Itajubá – FEPI como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof. Ma. Ana Cláudia de Oliveira
Vitoriano

ITAJUBÁ – MG

2024

HENRIQUE, Micaela Fernandes

MULHER, DE QUEM É O SEU CORPO? UMA COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA DA CULTURA DO ESTUPRO. Micaela Fernandes Henrique. Itajubá, 2024, p. 116.

Orientadora: Ana Claudia de Oliveira Vitoriano.

Trabalho de Conclusão de Curso. Psicologia. Centro Universitário de Itajubá – FEPI.

1. Cultura do Estupro. 2. Violência contra a mulher. 3. Fenomenologia-Existencial-Humanista.

I. VITORIANO, Ana Claudia de Oliveira. II. FEPI – Centro Universitário de Itajubá. III. Mulher, de quem é o seu corpo? Uma compreensão fenomenológica da cultura do estupro. Monografia.

Fonte: Elaborado pela autora.



Em sessão às 08:30h de 12 de dezembro de 2024, a aluna Micaela Fernandes Henrique apresentou o Trabalho De Conclusão de Curso, intitulado **“MULHER, DE QUEM É O SEU CORPO? UMA COMPREENSÃO FENOMENÓLOGICA DA CULTURA DO ESTUPRO”** como requisito para conclusão do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Itajubá – FEPI perante a Banca Examinadora. Depois de todas as considerações feitas, a candidata foi considerada:

Aprovada ()

Aprovada com Restrições ()

Reprovada ()

Micaela Fernandes Henrique - Acadêmica

Profa. Ma. Ana Cláudia de Oliveira Vitoriano – Orientadora

Profa. Ma. Ana Maria Faria Menicali – Examinadora

Profa. Ma. Priscila Abreu de Carvalho – Examinadora

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, gostaria de agradecer, primeiramente, minha família por ter me apoiado em todas as fases relacionadas ao curso de Psicologia e a finalização desse trabalho. Minha mãe, Maria Inês Fernandes Henrique, meu pai, Ivair Henrique e minha irmã, Maria Júlia Fernandes Henrique. Obrigada por tentarem entender até quando era difícil para mim. Obrigada por me apoiarem em muitos momentos em que minha saúde física e psicológica estava adoecida. Obrigada por não desistirem de mim, e por estarem ao meu lado a todo momento. Eu amo todos vocês.

Gostaria de agradecer minhas melhores amigas e amigos, pessoas que conheci no curso de Psicologia que transformaram minha vida para melhor. Ana Flávia Assis Samuel e Sarah Leite de Sousa, obrigada por sempre estarem ao meu lado. Tenho orgulho de ambas e agradeço a amizade que construímos. O curso de Psicologia não seria o mesmo sem vocês. Vocês transformaram meus dias, e me mostraram o significado de uma amizade saudável e amorosa.

Gostaria de agradecer minha turma de psicologia, que tenho muita saudade, por toda a convivência, trocas e transformações durante mais de cinco anos, porque enfrentamos uma pandemia de uma forma avassaladora. Nunca esquecerei ninguém que estava naquela turma, e meu carinho sempre será gigantesco por cada pessoa que tive o privilégio de conhecer.

Gostaria de agradecer todas as minhas professoras e professores, que foram tão essenciais em meu processo de aprendizagem. Foi uma grande honra ser aluna de todos vocês. Todos as professoras e professores do curso me tocaram de forma única, e sempre foram facilitadores da nossa transformação enquanto seres humanos e futuros psicólogos.

Por fim, gostaria de agradecer as professoras que compõe minha banca:

Ana Cláudia de Oliveira Vitoriano, minha orientadora. Agradeço por cada orientação realizada, por cada troca e ensinamento diante a pesquisa fenomenológica. Obrigada pela escuta, cuidado, paciência e todo o apoio que fizeram com que a finalização desse trabalho fosse possível.

Ana Maria Faria Menicali, nunca esquecerei de suas aulas, e de como todas elas sempre me tocaram. Em especial, obrigada por ter sido minha segunda orientadora, e por todo o cuidado, paciência e apoio.

Priscila Abreu de Carvalho, sempre irei me lembrar de suas primeiras aulas no curso, quando tudo ainda era novo e estranho. Muito obrigada por todos os ensinamentos em diferentes matérias e estágios, que me transformaram para sempre.

*“O meu passado é a referência que define minha abertura para o futuro
Ao meu passado,
Eu devo o meu saber e minha ignorância,
As minhas necessidades, as minhas relações
A minha cultura e o meu corpo
Que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje?
Não sou escrava dele [...]
Não desejei e nem desejo nada mais do que viver sem tempos mortos”*

(SIMONE DE BEAUVOIR, interpretado por Fernanda Montenegro na peça “Viver sem Tempos Mortos”).

RESUMO

Esta pesquisa teve seu foco no abuso sexual e na violência de gênero. Esta buscou descrever quais são os fenômenos culturais que viabilizam a manutenção desta violência. Propôs-se desvelar e romper o véu da invisibilidade em relação ao mundo da mulher violentada, trazendo à tona seu mundo subjetivo. Além disso, o trabalho visou realizar uma correlação do relato das mulheres com a cultura do estupro no Brasil, buscando descrever quais são os fenômenos atuais que perpetuam esta violência do homem em relação a mulher mais especificamente. Para isso, entrevistamos duas (02) mulheres que vivenciaram o estupro, buscando compreender o vivido por elas à luz da fenomenologia-existencial e humanista. O diálogo se deu por meio da entrevista fenomenológica, que se deu início a partir de uma pergunta norteadora: “Como você se sentiu, enquanto mulher, ao ser abusada sexualmente por um homem?”. A partir disso, com a análise compreensiva dos relatos, foram estabelecidas três categorias temáticas: (1). Mulher violentada: qual o significado da violência?; (2). Violência Conjugal e (3) A vida da mulher após o abuso. As análises realizadas permitiram a compreensão dos sentidos e significados do estupro na experiência vivida das mulheres, assim como as diferentes fases do ciclo de violência dentro da violência conjugal vivenciadas por ambas colaboradoras. Pode-se compreender como a cultura do estupro atua na violência doméstica, e como o estupro está relacionado com o poder e dominação masculina, sendo um mecanismo de regulação do controle das mulheres a partir da criação de uma cultura do medo. Por fim, diante do fenômeno indagado, apontam-se a necessidade de pesquisas relacionadas ao tema para que as diferentes facetas da violência contra a mulher possam ser exploradas e compreendidas, no intuito de proporcionar uma realidade mais justa para todas as mulheres.

Palavras-Chaves: Cultura do Estupro. Violência contra a mulher. Fenomenologia-Existencial-Humanista.

ABSTRACT

This research focused on sexual abuse and gender-based violence. It sought to describe the cultural phenomena that enable the maintenance of this violence. The aim was to unveil and break the veil of invisibility in relation to the world of abused women, bringing their subjective world to light. In addition, the work aimed to correlate the women's stories with rape culture in Brazil, seeking to describe the current phenomena that perpetuate this violence by men towards women more specifically. To this end, we interviewed two (02) women who experienced rape, seeking to understand what they experienced in the light of existential and humanistic phenomenology. The dialogue took place through the phenomenological interview, which began with a guiding question: "How did you feel, as a woman, when you were sexually abused by a man?" Based on this, with the comprehensive analysis of the stories, three thematic categories were established: (1). Abused woman: what is the meaning of violence?; (2). Domestic Violence and (3) Women's lives after abuse. The analyses conducted allowed us to understand the meanings and significance of rape in the women's lived experience, as well as the different phases of the cycle of violence within domestic violence experienced by both collaborators. It is possible to understand how rape culture acts in domestic violence, and how rape is related to male power and domination, being a mechanism for regulating the control of women through the creation of a culture of fear. Finally, in view of the phenomenon in question, we point out the need for research related to the topic so that the different facets of violence against women can be explored and understood, with the aim of providing a fairer reality for all women.

Keywords: Rape Culture. Violence Against Women. Existential-Humanist Phenomenology.

SUMÁRIO

PRÉ-REFLEXIVO: TRAJETÓRIA DA AUTORA	10
1 GÊNERO E CULTURA DO ESTUPRO	12
1.1 Gênero	15
1.1.1 <i>A designação da mulher como o “Outro”</i>	21
1.2 Cultura do Estupro	26
1.2.1 <i>O Crime de Estupro</i>	31
1.2.2 <i>Perfil das Vítimas de Estupro</i>	34
2 A METODOLOGIA QUALITATIVA FENOMENOLÓGICA COMO INSTRUMENTO DE COMPREENSÃO DA CULTURA DO ESTUPRO	36
2.1 Colaboradoras	41
2.2 Acesso às colaboradoras.....	42
2.3 Instrumentos de Acesso às Colaboradoras	43
3 ANÁLISES COMPREENSIVAS DOS RELATOS	45
3.1 Mulher violentada: qual o significado da violência?	45
3.2 Violência Conjugal.....	49
3.3 A vida da mulher após o abuso.....	65
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	80
APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	81
ANEXOS	98
ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	99
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	101
ANEXO C – PERGUNTAS NORTEADORAS.....	105
ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	107

PRÉ-REFLEXIVO: TRAJETÓRIA DA AUTORA

Desde o início da graduação, sempre soube que queria finalizar o curso falando sobre mulheres e as dificuldades de ser mulher no mundo. A minha consciência social enquanto mulher evoluiu ao longo de minha vida desde muito nova. Nem sempre compreendi as diferenças sentidas com pequenas agressões e violências que estava sujeita a viver e a aceitar. Minha compreensão do mundo enquanto mulher foi se lapidando aos poucos, principalmente na minha adolescência e no início de minha vida adulta.

Quando entrei em contato com a Psicologia, sinto que todos os meus sentidos foram aguçados, de certa forma. A minha visão de mundo estava em constante mudança e questionamento. Nesse início, após escolher a Psicologia, um dos meus maiores medos era entrar em contato com a violência sexual. Lembro de pensar que iria entrar em contato enquanto psicoterapeuta, atendendo mulheres que foram vítimas dessa violência. Questionava-me como isso iria me afetar. Quando iniciamos as práticas do estágio na Clínica Escola de Psicologia, quase todas as pessoas que tive contato por meio dos estágios tinham como demanda a violência sexual.

As práticas do estágio me deram mais coragem, me fizeram sentir o mundo da Psicologia de uma forma que me marcou profundamente. Aos poucos, me fortaleci, e escolhi um tema que me causava desconforto e medo, mas que, ao mesmo tempo, enfatizava a minha escolha de me fortalecer enquanto mulher e futura profissional da Psicologia. Além disso, a escolha do tema sempre esteve conectada com a abordagem que tive mais identificação no curso: a Fenomenologia. As aulas de Fenomenologia fizeram sentido para mim de uma forma única e me fizeram ter certeza de que aquele era meu caminho na profissão.

Diante destes dados, o objetivo desta pesquisa foi de ampliar a compreensão do fenômeno da cultura do estupro sob um prisma fenomenológico e social, através de uma correlação do discurso de uma amostra de duas mulheres, buscando descrever quais são os fenômenos contemporâneos que sustentam tal violência. Partiu-se da hipótese de que compreender a vivência de mulheres abusadas sexualmente ajudará a Psicologia Clínica na ampliação da consciência em relação à mulher e a cultura do estupro no Brasil, legitimar o mundo subjetivo destas para que se reflita sobre as ações efetivas de prevenção e cuidado.

A pesquisa foi um estudo de campo à luz da fenomenologia-existencial-humanista, que buscou compreender os significados das vivências de mulheres ouvidas em diferentes experiências por elas vivenciadas, através da redução fenomenológica de Husserl. Assim, a pesquisa fenomenológica-empírica possibilita, com a narrativa dos sujeitos: “[...] emergirem os

elementos significativos da experiência, sem nenhum tipo de definição prévia por parte da pesquisadora, o que permite manter-se o mais autêntico possível ao fenômeno investigado” (Giorgi e Sousa, 2010).

No primeiro capítulo, “Gênero e Cultura do Estupro”, trazemos a conceituação de gênero e exploramos o que a literatura nacional e internacional tem produzido acerca da temática do estupro. Aqui nos preocupamos em delinear o perfil das vítimas de estupro no Brasil.

No segundo capítulo, denominado “A metodologia qualitativa fenomenológica como instrumento de compreensão da cultura do estupro”, abordamos a compreensão da Fenomenologia enquanto filosofia para, posteriormente, trazê-la enquanto método de pesquisa qualitativa.

O terceiro capítulo, intitulado “Análises Compreensivas”, objetivou-se definir as categorias e unidades de significados a partir das análises compreensivas dos relatos das colaboradoras da pesquisa.

Por fim, no último capítulo, “Considerações Finais”, dissertamos acerca da compreensão do fenômeno indagado: a cultura do estupro.

1 GÊNERO E CULTURA DO ESTUPRO

“O mundo sempre pertenceu aos homens”, afirmou Simone de Beauvoir, em 1949, em seu livro *Le Deuxième Sexe* (O Segundo Sexo). Um livro que, apesar de ter sido escrito há mais de 70 anos, continua sendo pertinente para entendimento sobre a mulher. A autora argumenta que um homem não teria a necessidade de escrever um livro abordando sua situação singular na sociedade. Ao contrário, a mulher, quando quer se definir, precisa declarar que é mulher; esta verdade é o ‘fundo’ em que todas as outras afirmações sobre si se erguerão.

O homem representa o ‘positivo e o neutro’, a ponto de ser considerado normal se referir aos seres humanos chamando-os de *homens*¹. Desta forma, a relação dos gêneros ‘não é de duas eletrificadas ou dois polos’. A mulher se diferencia e se define em relação ao homem e não este, em relação a ela. Assim, as mulheres são consideradas “o inessencial perante o essencial; o homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (Beauvoir, 2019, p.13).

Beauvoir (2019, p. 12) cita as posições filosóficas frente ao papel das mulheres na humanidade. Para Aristóteles: “[...] a fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades” e que “[...] devemos considerar as mulheres como sofrendo de certa deficiência natural”. Tomás de Aquino considerou a mulher como “um homem incompleto” e um “ser ocasional”. Benda (1973) *apud* (Beauvoir, 2009, p.23), afirma que o corpo do homem possui um sentido em si enquanto o da mulher não possui significado a menos que esteja evocado por ele: “o homem torna-se pensável sem a mulher; ela não, sem o homem”.

Desta forma, a mulher é colocada na posição de somente ser aquilo que o homem quer que ela seja. Esse paradigma de relações e percepções sobre a mulher se perpetuou durante séculos nas mais variadas culturas.

O termo germânico *kultur* foi utilizado no século XVIII para representar todos os aspectos espirituais de uma comunidade. No vocabulário inglês como *culture*, *cultura*, que em seu sentido etnográfico, é o todo complexo que engloba conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e qualquer outra característica adquirida pelo ser humano como membro de uma sociedade (Laraia, 2001). Com esta definição, compreende-se que a palavra cultura abrange todas as possibilidades de realização humana, pontuando o caráter de aprendizado da cultura em oposição a ideia de aquisição nata, que seria transmitida por mecanismos biológicos.

¹ O sentido geral da palavra *homo*, seres humanos, assimilou o sentido singular do vocábulo latino *vir*, pessoa do sexo masculino (BEAUVOIR, 1949/2019).

Nascimento (2017) cita Santos (2002), afirmando que as identidades culturais não são imutáveis ou rígidas, estando sempre em um processo transitório de identificação. Porém, a autora comenta que a mudança individual e coletiva não ocorre de forma automática, considerando que ela se expressa em seus diversos meios como resultado da mentalidade dos próprios seres em trânsito.

“E, ainda que se revoguem as leis, estas são aplicadas por *homens*, e a mentalidade destes não se pode revogar”² (Nascimento, 2017, p. 8). Portanto, os seres presentes dentro de uma cultura estão em trânsito e criam as mudanças, mas elas se efetuam em outro ritmo de tempo.

Desta forma, alguns padrões culturais se mantêm ao longo do tempo e podem tornar-se opressores e destrutivos. Nascimento (2017, p.9) afirma que este processo ocorre com a *cultura do estupro*, contexto em que o crime de estupro é naturalizado, legitimado e normatizado devido a atitudes derivadas de gênero e sexualidade, como a misoginia e sexismo, “pedras angulares do patriarcado que permitem que a cultura em questão floresça”.

Essa cultura provoca e perpetua o estupro, crime que age como manutenção do sistema de desigualdade e hierarquia de gênero, sendo o ‘paroxismo da estrutura patriarcal’.

Os comportamentos que caracterizam esta cultura englobam:

A culpabilização da vítima; a objetificação sexual da mulher; a segregação de gênero; a crença em mitos do estupro, crenças estereotipadas e preconceituosas sobre as razões de estupros, estupradores e vítimas; a descrença na voz da vítima; a trivialização do estupro ou e a negação deste; a recusa em reconhecer o dano causado à vítima por algumas formas do abuso sexual; a apatia das instituições ao lidar com o crime ou a combinação entre esses comportamentos (Nascimento, 2017, p.9).

Cruz (2013) menciona que para Michel Foucault (1988), corpo e sexualidade são fontes de poder e controle social, sendo necessário, então, o conhecimento das linguagens que os permeiam. O corpo é a sede dos signos sociais, englobando uma série de valores e ideologias. Está inscrito em um tempo e espaço determinado, possuindo significados diferentes de acordo com cada época e lugar. Portanto, o corpo não é propriedade exclusiva do sujeito, uma vez que sua existência está filiada a um *Outro* que ele se relaciona (Foucault, 1988, *apud* Cruz, 2013).

Labronici, Fegadoli e Correa (2010) comentam que a violência sexual contra a mulher afeta seu ser e estar no mundo, sua corporeidade e a expressão de seu corpo, podendo deixar

² No período colonial brasileiro, as Ordenações Filipinas – um código penal aplicado a Portugal e seus territórios ultramarinos, assegurava ao marido o direito de matar sua esposa caso ocorresse um adultério (SOUZA, BRITO & BARP, 2009).

marcas visíveis e invisíveis que poderão ser compreendidas pelo olhar clínico, sensível, atento e humano. Sousa (2017) afirma que quando ocorre a punição do estuprador, é raro a construção de um debate aprofundado acerca dos fenômenos instalados neste cenário. Desse modo, quando as vítimas são contabilizadas e empilhadas em números, dispostas, no máximo, como estatísticas, chocam frequentemente a opinião popular por seus números elevados.

Porém, números simbolizam a impessoalização do ser, não expressando traumas físicos e psicológicos das vítimas e seus familiares. Com isso, surge a problemática, reforçando a relevância deste tema atualmente: como algo tão recriminado socialmente representa a violência de gênero mais difundida?

Segundo dados do IPEA (2023) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, obtidos por um estudo em 2019, estima-se que ocorram 822 mil casos de estupro no Brasil por ano – quase 2 casos por minuto – sendo que apenas 8,5% deles chegam ao conhecimento policial e 4,2% são identificados pelo sistema de saúde. Os dados demonstram que mais de 80% das vítimas são mulheres e, em relação aos agressores, a maioria é composta por homens. Os agressores se destacam em quatro grupos principais: parceiros e ex-parceiros, familiares (sem incluir as relações entre parceiros), amigo(as)/conhecidos(as) e desconhecidos(as).

A partir destes dados, pode-se dizer que, mesmo antes de tais números terem esta expressão, um novo paradigma foi inaugurado no Brasil após a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), instituindo no país um importante marco em relação ao sistema de proteção social, atribuindo direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal. Com isso, as necessidades individuais e coletivas dos cidadãos brasileiros tornaram-se responsabilidade dos entes públicos. A Constituição Federal de 1988 definiu a Assistência Social como uma política de proteção social que visa à promoção e garantia da cidadania, proporcionando aos membros da sociedade diversas medidas públicas contra as mais diversas privações econômicas e sociais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011).

A partir disso, criou-se um sistema de assistência social participativo e descentralizado, o Serviço Único de Assistência Social (SUAS) (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2005) citado por Marra e Costa (2016), uma ferramenta para organizar as políticas públicas relacionadas ao atendimento à população em situações de violência sexual.

Segundo Marra e Costa (2016), com objetivo de promover e ampliar o acesso ao atendimento, as demandas e necessidades sociais são direcionadas aos serviços em seus equipamentos públicos: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

O CREAS se configura como uma unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional com proteção social de média complexidade, constituindo-se na oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos.

O trabalho social especializado ofertado pelo CREAS exige que a equipe profissional seja interdisciplinar, contando com profissionais de nível superior e médio, habilitados e com capacidade técnica para o desenvolvimento de suas funções. Implica, ainda, em maior domínio teórico-metodológico por parte da equipe, intencionalidade e sistematicidade no acompanhamento a famílias/indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2011, p. 28).

A seguir, serão apresentados o referencial teórico da pesquisa sobre gênero e cultura do estupro, abordando os principais conceitos sobre gênero, a cultura do estupro e suas características.

1.1 Gênero

Incorporar uma ótica de gênero pode ser um dos grandes desafios para a Psicologia Tradicional, já que exige a transformação de um campo neutro e disciplinar para um posicionamento político com um olhar interdisciplinar (Borges *et al.*, 2013). Relacionado a isso, Yamamoto (2012, p. 11) afirma que: “[...] toda ação profissional, esteja o psicólogo ciente ou não, comporta uma dimensão política, pelo fato de o profissional estar envolvido com as relações de poder da sociedade”. Assim, há uma diferença entre a ação política partidária e sindical e a dimensão política que abrange a consideração das consequências sociais de sua atividade profissional (Yamamoto, 2012).

Portanto, ignorar essa ótica representa assumir uma neutralidade da técnica inexistente (Yamamoto, 2012). Além disso, a produção discursiva sobre gênero e sexualidade produzida pelas ciências médicas e sexológicas na era moderna privilegiavam “aspectos descritivos dos comportamentos sexuais” (Borges *et al.*, 2013, p. 732), com conclusões normativas e disciplinares, sem incluir temas sobre diversidade e desigualdade presentes nas relações humanas. Desta forma, é imperativo que a psicologia reflita sobre sua própria produção discursiva frente às noções de gênero e sexualidade.

Segundo Nogueira (2001), as percepções sobre gênero como hoje são faladas e assumidas foram e são construídas pelos discursos das ciências, e a psicologia não foi exceção. Sendo assim, existiu uma construção evolutiva no discurso do gênero, em seus conceitos e suas

teorias explicativas na psicologia. A autora aborda a evolução desses estudos construídos pela psicologia moderna e seu percurso para teorias da psicologia pós-moderna, destacando dois tipos principais de posturas epistemológicas.

Na psicologia tradicional, com caráter predominante positivista, as investigações teóricas sobre mulheres haviam sido divididas pela American Psychological Society, denominada “estudo das mulheres”. Essa divisão sugeria “[...] a não politização da investigação, à luz dos princípios positivistas da objetividade, buscando neutralidade e impessoalidade” (Nogueira, 2001, p. 138).

Essas investigações buscaram não desafiar as instituições existentes, as práticas da própria psicologia e as concepções dominantes de “mulher”, construídas e promovidas pela própria disciplina. A partir disso, novas teorias desafiaram a psicologia tradicional dominante por sua atitude de negação diante as estruturas e relações de poder centrais na vida social e nas relações de gênero, especificamente.

As críticas buscavam desafiar o poder masculino dentro da psicologia, afirmando que as teorias psicológicas excluía e distorciam as experiências das mulheres, assimilando-as às dos homens e aos estereótipos masculinos, ou somente concebendo as mulheres como uma categoria comparável a categoria unitária dos homens (Parlee, 1981, 1985) citado por Nogueira (2001). Nessa perspectiva, é possível compreender que a psicologia tradicional, que buscava a objetividade e neutralidade, numa postura ideológica aistórica que retirava toda sua responsabilidade e compromisso (Ibáñez, 1994, *apud* Nogueira, 2001), estava implicada no controle sobre as mulheres, já que poderia ser utilizada para justificar e perpetuar práticas opressivas (Kitzinger, 1990; 1991, *apud* Nogueira, 2001).

Dessa forma, o conceito de gênero emergiu no debate científico proporcionado pelas teóricas feministas na década de 1960 e 1970, integrando as ciências sociais e humanas. O contexto da emergência desse conceito era o de demonstrar que a produção social das crenças e conhecimentos relacionados a homens e mulheres estava na agenda científica da investigação social, buscando retirar definitivamente das influências da biologia (Amâncio, 1999 *apud* Nogueira, 2001). A partir disso, com o crescimento das produções científicas sobre o tema, compreende-se que a produção discursiva sobre gênero na Psicologia possui uma construção heterogênea, abrangendo epistemologias distintas (Nogueira, 2001 e Borges *et al*, 2013).

Essas posturas teóricas correspondem ao desenvolvimento histórico das teorias científicas acerca do gênero, refletindo o contexto histórico, social e político em que emergiram. Nogueira (2001) cita a perspectiva da filósofa Sandra Harding (1986) destacando duas vertentes epistemológicas: a perspectiva empirista e a pós-moderna. A primeira possui duas ramificações:

a abordagem essencialista e de socialização, enquanto a pós-moderna é fundamentada pela abordagem construcionista.

A perspectiva empirista se enquadra no paradigma tradicional da psicologia, com o paradigma que orientou a Psicologia no início do século XX. Os cientistas dessa perspectiva identificavam o sexismo como um viés social que poderia ser corrigido a partir da estrita adesão à pesquisa científica, ou seja, estudavam os acontecimentos a partir da obtenção de dados por meio de formas que acreditavam ser confiáveis e válidas e relataram os resultados de forma objetiva. Essa perspectiva contém duas abordagens, apresentadas por Howard e Hollander (1997, *apud* Nogueira, 2001): a essencialista e a da socialização.

A abordagem essencialista parte do princípio de que as diferenças entre homens e mulheres são inatas e estáveis, ou seja, o gênero – ou sexo, que nessa perspectiva os considera equivalentes – é uma “propriedade estável, inata e bipolar de diferenciação sexual” (Nogueira, 2001, p. 140), com uma característica acima de tudo determinista. Além disso, as visões desta abordagem compreendem o gênero como um traço que descreve as personalidades e os processos cognitivos, sendo concebido em termos de atributos fundamentais, como algo interno e persistente, separados da interação com os contextos sociopolíticos (Bohan, 1997, Burr, 1998, *apud* Nogueira, 2001).

A segunda abordagem dentro da perspectiva empirista refere-se a da socialização, que dominou a psicologia social durante os anos 60 e 70. Nesta abordagem, o foco principal ao abordar o gênero move-se da biologia para a socialização, ou seja, o gênero, antes concebido como inato, passa a ser percebido como resultado de forças sociais e culturais, aprendido por meio dos processos de modelagem e imitação. Segundo a autora, na visão dessa abordagem, “as crianças, ao aprenderem a internalizar prescrições apropriadas para o ser masculino ou feminino de acordo com as normas da sociedade, formam personalidades e padrões de comportamento enquadrados no gênero” (Nogueira, 2001, p. 140).

Essa abordagem implicava em uma visão distinta da anterior, essencialista, que afirmava uma imutabilidade associada ao gênero, já que estava centrada na socialização e na possibilidade de mudança de acordo com o desejo da sociedade e de seus membros. Porém, as principais críticas estavam no fato do gênero, “concebido como operando no nível individual e da personalidade, estar a serviço de um controle social geral” (Nogueira, 2001, p. 141). Dessa forma, essa abordagem era criticada por continuar a “reconhecer os conceitos convencionais de feminilidade e masculinidade, retendo o dualismo clássico e reafirmando as diferenças de gênero considerada ‘reais’ (Nogueira, 2001, p. 141); isto é, a existência de entidades reais e

internas” (Morawski, 1990, p. 154), como se fossem naturais, o que caracterizava as perspectivas essencialistas.

Além disso, a abordagem foi criticada por seu caráter prescritivo. Os estereótipos de gênero se baseiam em prescrições que se manifestam em papéis de gênero, ou seja, essas prescrições configuram dois conjuntos de comportamentos e características, uns considerados adequados para mulheres, e outro, para homens. A socialização do gênero não é vista como reflexo de estruturas de desigualdade, mas como uma explicação com direito próprio. Assim, as fontes dessa socialização (Howard; Hollander, 1997, *apud* Nogueira, 2001) e o sistema social das relações de gênero não são questionadas (Amâncio, 1992, *apud* (Nogueira, 2001).

Desta forma, as abordagens de socialização relacionadas ao gênero contribuíram com novas perspectivas, mas implicaram em outros e os mesmos problemas já existentes. Essa abordagem enfatiza que o gênero é aprendido e não inato, mas persiste em definir o gênero em termos de diferença dicotômica.

Assim, Nogueira (2001) conclui que a distinção entre inato e aprendido permanece apenas semântica, já que a socialização do gênero é percebida como algo específico e persistente ao longo da vida, ou seja, o gênero continua a ser visto como imutável e interno, e, por essa razão, essas abordagens são designadas por essencialistas, já que a concepção básica da perspectiva essencialista consiste na ideia de o gênero ser permanente e estável.

Portanto, a perspectiva essencialista em relação ao gênero não é definida apenas pelo determinismo biológico, mas quando análises são descontextualizadas socialmente, assumindo a existência de qualidades de e nos indivíduos, e não em suas origens, biológicas ou sociais. Assim, o essencialismo aborda o gênero como um conjunto de atributos fundamentais, internos, persistentes, e separados da experiência vivida (Crawford, 1995, Hare-Mustin, Marecek, 1990, 1994, *apud* Nogueira, 2001). Portanto, quando o gênero é visto em termos de qualidades abstratas dos seres humanos, “as circunstâncias e experiências de vários grupos de mulheres tornam-se irrelevantes e podem ser colocadas de lado” (Nogueira, 2001, p. 142).

Um exemplo da perspectiva essencialista é a noção da “psicologia da mulher”, porque sugere que as mulheres, vistas como um grupo unitário, compartilham uma psicologia, ou seja, qualidades, traços e capacidades, inatas ou adquiridas, que lhe condicionam o comportamento (Hare-Mustin, Marecek, 1990, *apud* Nogueira, 2001).

Essa ordem de conceitos explicativos têm o efeito de esmorecer a crítica social e encorajam as mulheres a encontrar soluções pessoais por meio de psicoterapia ou programas de promoção pessoal e de autoajuda. Nessa perspectiva, a responsabilidade da mudança é colocada para o indivíduo, não para o coletivo, o que encoraja a vitimização e a culpa (Crawford, 1995) *citado por* Nogueira (2001, p. 141).

Por fim, a adoção de uma lógica empirista buscou eliminar a marginalidade das mulheres, mas tampouco promoveu o pensamento reflexivo autocrítico, necessário para compreender o sexismo e promover novas ideias e sistemas. Ao contrário, a perspectiva empirista em relação ao gênero continuou a tornar o homem como perspectiva, sendo a mulher o “outro” problematizado” (Burman, 1990; Wilkinson, 1986, Morawski, 1990 *apud* Nogueira, (2001).

A segunda vertente, denominada de pós-moderna, teve início na década de 1980, tendo como objetivo principal “recusar discursos universalizantes e generalizáveis” acerca da mulher. A discussão evolui para a existência de identidades essencializadoras e busca-se compreender como as categorias utilizadas para analisar o mundo social são construídas socialmente (Nogueira, 2001, p.144).

A ideia que mais se destaca nessa perspectiva é a recusa da procura da verdade universal e absoluta (Flax, 1990; Harding, 1990; Rosenau, 1992, *apud* Nogueira, 2001), ou seja, “o reconhecimento de que os modelos de conhecimento e verdade dependem das relações estabelecidas num determinado contexto histórico” (Burr, 1995, Nogueira, 2001).

Dessa forma, o conhecimento é reconhecido como pragmático e parcial e o conhecedor como inerentemente social e político. Essa perspectiva enfatiza a importância de reconhecer que o conhecimento é produzido “dentro de, por meio de e para certas relações sociais” (Morawski, 1990, p. 174). Assim, o gênero é construído como um processo e não como uma resposta fixa, teorizado de diversas formas. Essa vertente nega a natureza fixa da realidade, descrevendo um sistema mais amplo de possibilidades, aceitando a multiplicidade, a incoerência e o paradoxo (Flax, 1990, *apud* Nogueira, 2001),

Nogueira (2001) pontua que essa teoria deslocou o foco do indivíduo para o domínio social para onde este sujeito está inserido, ou seja, o estudo de seres humanos socialmente construídos, dentro de contextos e discursos históricos e culturalmente contingentes, que trazem uma rede complexa de relações de poder. Ela busca chamar atenção para o estudo histórico de emergências da vida social, assim como práticas sociais que as criam. O sexo e o gênero, nessa perspectiva, são vistos como produtos ideológicos de organização social, que estruturam as relações de poder.

A categoria sexual utilizada pelas pessoas para dar sentido às suas vidas deve ser analisada e compreendida como produto ideológico e não biológico. O gênero não é uma questão de identidades individuais, unitárias e consistentes do homem e da mulher, pelo contrário, desenvolve-se mediante peças de discurso, organizadas num

sistema de significados disponíveis aos indivíduos de forma a darem sentido às suas posições, o que historicamente é reconhecido como respostas femininas e masculinas (KITZINGER, 1987; WILKINSON, 1997); (Wetherell, 1997) *apud* Nogueira, 2001, p. 147).

A partir disso, para a definição do conceito de gênero, Scott (1986) afirma que teorias sobre o gênero como categoria de análise surgiram no final do século XX. A autora pontua a dificuldade teórica para abordar o gênero em conjuntos teóricos já estabelecidos, ou seja, muitas teorias tinham como base a “questão feminina”, a oposição do masculino/feminino, mas o termo gênero enquanto categoria de análise estava relacionado com tentativas de reivindicação de um campo de definição que buscava evidenciar o caráter inadequado das teorias já estabelecidas que explicavam as desigualdades persistentes entre homens e mulheres.

Enquanto categoria de análise, “para fazer surgir o sentido temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas interrelações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança” (Scott, 1986, p. 20). Assim, a definição de gênero de Scott (1986) possui duas partes, e várias subpartes. O núcleo essencial de sua definição baseia-se na conexão entre duas afirmações, apresentadas a seguir.

“O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1986, p. 21). Qualquer e toda mudança na organização das relações sociais estão ligadas à mudança nas representações de poder. O gênero, enquanto elemento estabelecido das relações sociais, que são fundadas a partir das diferenças percebidas entre homens e mulheres, implica em quatro elementos, abordados a seguir.

O primeiro refere-se aos símbolos culturalmente disponíveis que abrangem representações diversas, como Eva e Maria na representação de mulher; o segundo elemento são os conceitos normativos de interpretação dos símbolos, que buscam conter e limitar suas possibilidades. Os conceitos normativos relacionados ao gênero existem nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas, e todas afirmam de forma categórica o sentido do masculino e feminino. Eles são estabelecidos como o único sentido possível, ou seja, são dominantes como se os conceitos normativos fossem produto de um acordo social e não resultantes de um conflito (Scott, 1986).

O terceiro elemento do gênero aborda a inclusão da noção do político, ou seja, compreender a categoria do gênero a partir de uma visão ampla, com base nas instituições e

organizações sociais. Esse elemento busca incluir o mercado de trabalho, a educação, o sistema político, a economia, a organização política, que operam na construção do gênero. Por fim, o quarto elemento abrange a identidade subjetiva do gênero, já que ele é implicado na concepção e na construção do poder em si, ou seja, está relacionado em como o gênero é legitimado de diferentes formas a partir da consolidação de um poder.

Por fim, a partir da definição de Scott (1986), que aborda o gênero como um dos principais articuladores das relações sociais, Sardenberg (2004, 2008) afirma que, a partir do conceito de gênero, compreende-se que ele é considerado um instrumento de transformação crítica e social. Quando o enfoque de gênero é utilizado, busca-se compreender o fato de que o masculino e o feminino, ou seja, o “ser homem” ou “ser mulher” são construídos socialmente por meio de valores e símbolos, assimilados e internalizados desde a infância, em determinados contextos históricos, sociais e culturais, que estabelecem a posição dominante do homem.

1.1.1 A designação da mulher como o “Outro”

A categoria do ‘Outro’ – a alteridade – é fundamental no pensamento humano. Em uma coletividade, nenhuma se define como ‘Uma’ sem posicionar a ‘Outra’ diante de si. Para os habitantes de um país, as pessoas de outro país são consideradas estrangeiros; em um grupo específico, qualquer ser que não pertencer a ele é considerado o ‘Outro’. Beauvoir (2019) cita os exemplos do ‘Outro’: os judeus para antissemitas, os indígenas para os colonos, os negros para os racistas, e aqui, como se observa, as mulheres para o homem.

Porém, Beauvoir (2019) afirma que nessas situações ocorre a percepção de pretensão recíproca e relatividade, ou seja, os nativos percebem que também são vistos como estrangeiros por aqueles que chama do mesmo nome. Portanto, todos os seres são obrigados, de alguma forma, a perceber a relatividade em suas relações, percebendo que, se consegue colocar o outro na posição de objeto, o outro também pode realizar o mesmo “É na revelação e pela revelação de meu ser-objeto para o outro que devo poder captar a presença de seu ser-sujeito” (Sartre, 2007, p. 330).

Surge, então, a problemática, por qual motivo essa mesma pretensão recíproca não ocorre na relação do homem e da mulher? Como se entende “[...] que um dos termos tenha se imposto como o único essencial, negando toda a relatividade em relação a seu correlativo, definindo-se como a alteridade pura?” (Beauvoir, 2019, p.14). Diante disso, questiona-se qual é a origem da submissão da mulher? Não é o ‘Outro’ que se auto define desta forma e, por isso,

determina o ‘Um’. Ao contrário, o ‘Outro’ é definido como ‘Outro’ quando o ‘Um’ se define como ‘Um’ e este permanece nesta posição quando o ‘Outro’ não questiona seu lugar determinado – o que ocorre com as mulheres em relação ao homem.

Caso a visão que a mulher tenha de si mesma for a de inessencial, ela nunca sairá desta determinação. Quando os proletários e pessoas negras dizem ‘nós’, elas transformam em ‘outro’ os burgueses e os brancos. Porém, as mulheres não dizem ‘nós’ de forma concreta. Elas se definem da mesma forma que os homens, quando estes dizem ‘as mulheres’, não se colocando na posição de sujeito e sim, repetindo a designação dada pelo homem. Dessa forma, continuam “ganhando o que os homens concordaram em lhe conceder” (Beauvoir, 2019, p.15).

A mulher e o homem nunca partilharam o mundo em uma equidade de condições. Embora na atualidade essas condições estejam continuamente se transformando, elas ainda experienciam o mundo com um ‘pesado handicap’³, como menciona Beauvoir (2019, p.17). Além dos diversos poderes que o homem possui nas mais diversas sociedades, ainda possuem um prestígio: o presente envolve e é fruto do passado, e a história do passado foi escrita pelos homens.

Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte. Os que fizeram e compilaram as leis, por serem homens, favoreceram seu próprio sexo, e os juristas transformaram as leis em princípios (BEAUVOIR, 2019, p. 18-19).

Além disso, a autora comenta os casos em que a mulher se esquivava da pretensão ética de definir-se como sujeito, fugindo de sua liberdade. Este caminho é considerado nefasto, porque a mulher torna-se passiva, alienada e perdida, impedida de realizar sua transcendência e de reconhecer seu próprio valor, tornando-se cúmplice do ‘Um’ que a determina como o ‘Outro’.

Porém, “há esta anedota: uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ela é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa” afirmou Grada Kilomba (2016, p. 8), escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa em sua performance palestra “Descolonizando o Conhecimento”, apresentada durante a Mostra Internacional de Teatro de São Paulo (MITsp) no Centro Cultural de São Paulo em 2016 (DUCA, 2016).

Dizem-me que estou fora do meu lugar, como um corpo que não está em casa. Dentro do racismo, corpos Negros são construídos como corpos impróprios, abjetos, “deslocados” e logo, como corpos que não pertencem. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como aceitáveis, corpos em casa, “no lugar”, corpos que sempre pertencem. Através de tais comentários, pessoas Negras são persistentemente

³ O termo “*handicap*” significa desvantagem em relação a algo ou alguém.

convidadas a voltar para o “lugar delas”, longe da academia, nas margens, onde seus corpos estão “em casa.” (KILOMBA, 2016, p.6).

Kilomba (2019) afirma que o sujeito negro é sempre forçado a desenvolver uma relação consigo mesma/o por meio da presença alienante do “outro” branco, que sempre o coloca na posição de “Outro” e nunca a de “Eu”. Segundo ela, as pessoas negras se tornam a representação mental daquilo que o sujeito branco não quer se parecer. A irracionalidade do racismo criada pelo mundo branco coloca sempre as pessoas pretas como diferentes, incompatíveis, conflitantes, estranhas ou incomuns. Dessa forma, quando falamos em mulheres, deve ser feita uma pergunta: de qual mulher estamos falando?

Ribeiro (2016) afirma que a realidade da mulher negra é e era radicalmente diferente da mulher branca. Segundo ela, “enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para serem consideradas pessoas” (Ribeiro, 2016, p.100). Quando existe a ausência de uma abordagem étnico-racial, mulheres negras e suas lutas continuam sendo invisibilizadas, com isso, entende-se que raça, classe e gênero não podem ser pensados de forma isolada e sim como indissociáveis (RIBEIRO, 2016).

Relembrando o conceito de alteridade e de não reciprocidade de Beauvoir (2019), em que a mulher sempre será vista pelo homem em uma posição subordinada, como um “Outro” absoluto. Porém, Ribeiro (2016) traz a reflexão de que a mulher que Beauvoir se centraliza é a mulher branca. Ao mesmo tempo, Kilomba (2019, p.190) “sofistica a análise”, como afirma Ribeiro (2016, p. 102), ao dizer que no esquema de gênero-raça, a mulher negra possui um estado de “Outridade” mais complexo, já que por não serem brancas ou homens, ocupam uma posição difícil em uma sociedade estruturada a partir do patriarcado e da supremacia branca. Segundo ela, as mulheres negras representam uma “ausência dupla, uma Outridade dupla”, pois se opõe a branquitude e a masculinidade.

As mulheres brancas têm um status oscilante, como o eu e como a “Outra” dos homens brancos porque elas são brancas, mas não homens. Os homens negros servem como oponentes para os homens brancos, bem como competidores em potencial por mulheres brancas, porque são homens, mas não são brancos. As mulheres negras, no entanto, não são brancas nem homens e servem, assim, como a “Outra” da alteridade (KILOMBA, 2019, p. 191).

Segundo Kilomba (2019), para reconhecermos a realidade de mulheres negras, é preciso distinguir como raça e gênero se entrelaçam de forma estruturante. Pensar no gênero como única forma de opressão é uma ideia incapaz de englobar as múltiplas realidades que são constantemente ignoradas por uma epistemologia que continua fortalecendo a supremacia

branca. Quando a primeira ideia não é contextualizada – quando a análise interseccional das opressões não ocorre – Kilomba (2019) afirma que a ideia é uma presunção que ignora a colonização, a escravidão e o racismo de mulheres brancas – que recebem sua parcela de poder dos homens brancos – em relação a mulheres e homens negros.

Assim, não se pode “entender de modo mecânico o gênero e a opressão racial como paralelos porque ambos afetam e posicionam grupos de pessoas de formas diferentes, e, no caso das mulheres negras, eles se entrelaçam” (Kilomba, 2019). Dessa forma, o modelo que divide o mundo entre homens poderosos e mulheres subordinadas é criticado:

Primeiro, porque ele ignora estruturas raciais de poder entre mulheres diferentes; segundo, porque não consegue explicar porque homens negros não lucram com o patriarcado; terceiro, porque não considera que, devido ao racismo, o modo como o gênero é construído para mulheres negras difere das construções da feminilidade branca; e, por fim, porque esse modelo implica um universalismo entre mulheres, que localiza o gênero como foco primário e único de atenção e, desde de que “raça” e racismo não são contemplados, tal ideia relega as mulheres negras à invisibilidade (KILOMBA, 2019, p. 101).

Portanto, uma análise interseccional que considera as combinações das opressões estruturantes torna-se fundamental ao falar de mulheres. O conceito de interseccionalidade é definido por Kimberlé Crenshaw (2002, p.117), sendo uma forma de abordar o problema capturando as consequências estruturais e dinâmicas da interação de dois ou mais eixos opressores. Assim, “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas das mulheres”.

Diante de todos esses fenômenos mencionados, surge os questionamentos em relação ao sexismo: como isso tudo começou? Por qual motivo o mundo sempre pertenceu aos homens e agora começou a mudar? Em diferentes épocas, os homens demonstraram a satisfação com sua posição superior. Beauvoir (2019) cita que isto estava presente nas orações matinais dos homens judeus, ao agradecerem pôr os não terem feito mulher e nos agradecimentos de Platão aos deuses por não ser escravo e por não ser mulher. Estes privilégios não podem ser vivenciados de forma plena se os homens não o tivessem tornado um direito.

Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa na Terra. As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a filosofia e a teologia a serviço de todos os seus desígnios (BEAUVOIR, 2019, p.19).

Em alguns momentos da história, essa manutenção do privilégio do homem em relação a mulher foi feita de forma óbvia. O código romano, quando percebeu que a mulher poderia ameaçar os herdeiros masculinos, invocou a “imbecilidade e a fragilidade do sexo”. Além disso, no século XVI, Santo Agostinho declarou que “a mulher é um animal que não é nem firme nem estável” (Beauvoir, 2019, p. 19), visando mantê-la sob tutela enquanto a celibatária acredita estar no direito de conduzir seus bens.

Na Revolução Industrial, quando as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, as reivindicações feministas mudaram o foco antes teórico para o econômico. Porém, a reação dos homens frente a isso tornou-se agressiva. A burguesia, por exemplo, exigiu a presença da mulher no lar de forma mais intensa quando a “emancipação das mulheres se tornou uma verdadeira ameaça” (Beauvoir, 2019, p. 20). Os próprios membros da classe operária buscaram impedir essa libertação, encarando as mulheres como concorrentes perigosas. Durante essa época, como afirma a autora, a inferioridade da mulher era reafirmada, seja pela religião, pela filosofia ou pela psicologia experimental.

Nas exceções, os homens concediam às mulheres uma ‘igualdade dentro da diferença’, como denomina Beauvoir (2019, p.20- 21). Este fenômeno ocorre com uma certa permissão que o ‘Um’ concede ao ‘Outro’, mas constantemente quer mantê-los em seu devido lugar, na posição que escolheu para o ‘Outro’ permanecer: nada além disso. Quando ousavam sair desta posição, os opressores oferecem diversos elogios, como o “da mulher realmente mulher” aquela com características que enfatizavam sua submissão e inferioridade ao homem.

A autora identifica um paradoxo do homem sobre as desigualdades sociais existentes entre ele e a mulher. Por mais que afirmem que a hierarquia social entre os gêneros deixou de existir, quando se deparam com algum tipo de inequidade, justificam por meio da natureza. O homem discursa sobre uma “igualdade abstrata” (Beauvoir, 2019, p. 23), mas não expõe que a desigualdade está em uma relação colaborativa e benevolente com a mulher.

Porém, ao entrar em conflito com a mulher, ocorre o contrário: ele “tematiza a desigualdade concreta e dela tira a autoridade para negar a igualdade abstrata”: a autora oferece um exemplo: quando o homem afirma que sua esposa, por exemplo, não é inferior por não ter uma profissão, mas que, ao entrar em algum tipo de conflito, afirma que ela “seria totalmente incapaz de ganhar tua vida sem mim” reforçando a desigualdade concreta (Beauvoir, 2019, p. 23),.

Por fim, Beauvoir (2019, p.26) realiza algumas pontuações essenciais sobre o que foi exposto. A partir da perspectiva adotada por ela – da moral existencialista – uma pessoa só atinge sua liberdade por meio de sua superação de outras liberdades, “colocando-se de forma

concreta através dos seus projetos como uma transcendência”. Ao mesmo tempo, não há outro motivo para a existência a não ser uma expansão para um futuro indefinidamente aberto. Quando a transcendência é consentida pelo sujeito, ela é considerada uma falha moral. Quando é imposta, é considerada uma opressão.

A situação singular da mulher neste aspecto é que, sendo uma liberdade autônoma como todo ser humano. Diante disso, questiona-se: em que o gênero feminino afeta a vida das mulheres? Quais são as possibilidades oferecidas e as possibilidades recusadas? A mulher possui, realmente, uma liberdade autônoma? Qual é o mundo proposto de ser vivido pelas mulheres?

1.2 Cultura do Estupro

March (2017, p. 98) aborda a sexualidade para enfatizar a linha entre sexo, poder e dominação e a consequente violência sexual. A autora pontua que a sexualidade é construída aos corpos de forma distinta a partir do gênero estabelecido. Ocorre uma separação de vivências possíveis na matriz de experiências sexuais. Para as mulheres, a sexualidade é “interditada, controlada e relegada ao espaço da intimidade” com um sigilo do desconhecido, a afiliação da prática sexual a vergonha, perda da honra, à doença mental, a necessidade constante da castidade quando solteiras e a posse exclusiva para o marido quando casadas.

Dessa forma, o corpo da mulher é preterido ao espaço do sentimento e negado ao desejo e à satisfação sexual. Aos homens, ocorre uma construção de masculinidades aceitáveis ou hegemônicas, com modelos comportamentais a serem seguidos pelos demais. Ocorre a negação do sentimento e “a construção constante de exercício da sexualidade heterossexual plena” (March, 2017, p. 98) e a exigência de potência, virilidade e posse vinculadas à capacidade para a conquista. Quando o exercício dessa sexualidade ultrapassa e transforma-se em violência, adentra-se o espaço invisível e do não dito: aquilo que se deve esquecer e que não merece memória: o estupro.

A autora afirma que o estupro é um ato de violência, e não a ação por meio de um desejo sexual desenfreado. Ela pontua que ele é “um ato de violência e humilhação realizado por meio sexual. É expressão de poderio e raiva. E a sexualidade no estupro está a serviço de necessidades não sexuais” (Charan, 1997, *apud* March, 2017, p. 99). Além disso, March (2017) cita a afirmação de Susan Brownmiller (1975, p.99): “o estupro é um ato de poder, não de sexo”. Ela afirma que o estupro é um ato representativo do poder e dominação masculina, um

mecanismo de regulação do controle das mulheres a partir da criação de uma cultura do medo, relacionado a demonstrações de virilidade na guerra e no cotidiano.

A Justiça se posicionava em relação ao crime de estupro como lesão corporal que atingia somente os homens da família da vítima ou ato de violência contra o corpo físico da mulher que era produzida por um “homem anormal” fisicamente ou psicologicamente (March, 2017).

Além disso, por muito tempo, o entendimento de estupro concebia apenas casos nos quais a conjunção carnal forçada fosse comprovada, com a penetração vaginal. Esse entendimento falocêntrico ignorava outras formas da violência sexual, como o sexo oral, anal, masturbação, beijo ou qualquer prática sexual que não esteja relacionada estritamente a penetração vaginal (Sousa, 2017).

Devido a isso, March (2017) pontua que a partir da década de 1970 grupos feministas buscaram a mudança na forma como esse crime era considerado na Justiça e na sociedade. A partir disso, foi-se estabelecido que o estupro ia além da agressão do corpo físico da mulher. Vigarello (1998, p. 213) pontua as consequências do crime para além do peso moral e social, mas a desestabilização de uma consciência. “A experiência vivida durante o estupro é o isso lamento. A humanidade depende da comunidade, e o efeito do estupro é destruir simultaneamente o sentido de comunidade e o da pessoa”.

Além disso, o crime não era mais explicado pela anormalidade do abusador, “como uma margem alheia às experiências sociais cotidianas” (March, 2017, p. 101), mas sim considerado como uma relação de força e poder de homens sobre mulheres.

Vigarello (1998) aponta que, na década de 1970, várias autoras sugeriram um paralelo entre o aumento do número de casos de estupro com a mudança do comportamento das mulheres, que estavam mais envolvidas com o mundo público.

Quanto mais as mulheres agiam de forma ativa e livre, maior ocorrência do crime de estupro. Assim, os homens abusadores usavam como justificativa o estupro como “ato consentido ou provocado pela vítima”. À vítima era atribuída como “desprendida da moralidade vigente, e, assim, uma mulher de pouca ou nenhuma credibilidade diante da Justiça e da sociedade em que vivia” (March, 2017, p. 101).

O estupro é um dispositivo de modelação de condutas sexuais e sociais que opera na construção do medo. Em sociedades em que a participação das mulheres em espaços de decisão é vista com desdém, diz Sanday (1992, p. 94, apud March, 2017). Afirma ainda que o estupro seria uma forma de domínio masculino. Em outros contextos sociais, nos quais o estupro é estabelecido com menor repúdio, a violência seria utilizada como uma forma de reorganização social para romper com a vulnerabilidade e dependência masculina do corpo materno,

implantando a submissão feminina: “os homens estupram as mulheres quando são ameaçados com a perda de sua masculinidade culturalmente construída”.

Por meio deles, também se procura fazer as vítimas lembrarem que sexo para elas deve permanecer em sofrimento imposto, uma violência sofrida – nunca uma iniciativa ou um prazer. (CALIGARES, 2009). São atos de tortura, rebaixamento, marginalização, desapossamento e anulação física, social, psicológica e simbólica. Sua execução em grupo é corriqueira em situações em que o “outro” é reduzido à condição de presa ou prêmio. (DINIZ, 2017, p. 81) *apud* MELO (2019, p. 152)

Além disso, Campos (2016, p. 9) afirma que o estupro, então, é praticado também como modo de desempoderar uma mulher que aos seus olhos lhe pareceu desafiadora das hierarquias de poder. Assim, “o intuito não é, simplesmente, satisfazer o seu desejo em relação a ela, mas, principalmente, desempoderá-la, destruí-la, minar a sua potência e a sua capacidade de subverter as estruturas arcaicas do poder patriarcal”.

Dessa forma, o estupro possui uma natureza utilitarista, funcionando como punição às mulheres para moldar padrões comportamentais. A punição às vítimas não se finaliza no ato violento, mas continua em sua condição de vítima. Em jogos discursivos sociais e no interior dos tribunais, ocorre a tentativa de transformar o abusador em vítima. Assim, a mulher, vítima de estupro, é reconstruída como o objeto central dos olhares punitivos com a desconfiança de seu consentimento, normalmente por estar “fora do lugar” (Ross Harrison (1992, *apud* March, 2017).

A autora comenta que, quando a atitude violenta do homem se enquadra em um comportamento inaceitável e violento, ultrapassando a visão social positiva de sua masculinidade ativa enquanto sedutor e conquistador e relevando a obscuridade do ato, os discursos construídos em relação à vítima buscavam a defesa desse homem, ou seja, visavam desqualificar a vítima com o objetivo de torná-las “públicas” e com menos direito à proteção da honra. O objetivo era demonstrar que em algum momento essas mulheres haviam consentido ou provocado o crime por meio de olhares, gestos e palavras “que teriam levado o acusado a compreender que poderia ter livre acesso a elas” (March, 2017, p. 103).

Neste contexto, Vigarello (1998) aponta que

O estupro provoca uma lesão ao mesmo tempo semelhante e diferente das outras. Semelhante porque é o efeito da brutalidade. Diferente porque é muitas vezes pouco consciente no agressor, apagada pela efemeridade do desejo, ao passo que intensifica a vergonha na vítima, a ideia de uma contaminação pelo contato: a indignidade atravessando a pessoa atingida para transformá-la aos olhos dos outros. Daí a sensação de aviltamento criando obstáculos à queixa, inclinando a vítima a se calar e os observadores a acusá-la. Situação muito especial, em que a violência pode se tornar

menos visível, empurrada para segundo plano, mascarada pela rejeição de que a vítima é objeto. [...] Como o crime era antes de tudo blasfêmia e pecado, tinha consequências particulares sobre a vítima do estupro: aquela que fazia os gestos reprovados, mesmo contra sua vontade, podia ser implícita e silenciosamente condenada por esse próprio fato. Daí a especificidade muito nítida da violência sexual, acentuando a relativa tolerância a seu respeito: a vítima temia falar, o juiz temia inocentá-la (VIGARELLO, 1988, p. 30).

Dessa forma, para as mulheres, a violação do próprio corpo provoca o sentimento de vergonha e martírio, projetando nelas o medo de não serem consideradas vítimas do ato violento (March, 2017). “A pessoa atingida não é capaz de acusar, pois parece, ela própria, contaminada. Raridade das queixas, raridade das penas, a vítima é encerrada no impudor que desejava denunciar. A violência sofrida continua sendo uma violência ocultada” (Vigarello, 1998, p. 36).

Para os homens, o crime pode receber um sentido de inocência masculina já que a principal justificativa do estupro seria o próprio comportamento feminino. “Estar embriagado, necessitar satisfazer seus desejos sexuais e, mais frequentemente, satisfazer o desejo da vítima” (March, 2017, p. 104) são falas frequentes dos abusadores. A autora aponta que os estudos a respeito dessa tipologia criminal elaborados na década de 1970 por grupos feministas buscou a desmitificação do crime de estupro enquanto desejo feminino, mas sim de uma violência que reproduz assimetrias de gênero.

March (2017, p.105) afirma que, quando a sociedade articula o estupro a sedução infligida pela mulher, ocorre a banalização da ação violenta, diante de uma sociedade que acredita ser plausível a crença de “provocação feminina”. Assim, os homens que cometeram o crime constroem um espaço de “sombra”. Neste espaço, ocorre a aceitação do ato, com seu sentido violento perdido.

A partir disso, compreende-se que denominar uma prática social de cultura significa apontar uma série de fatores que fazem parte dessa prática, possuindo a característica de algo corriqueiro e não de rara exceção, mas sim classificado como atividade humana (SOUSA, 2017). A definição do termo cultura “em sentido amplo, cultura [...] é o campo simbólico e material das atividades humanas” (Chauí, 1986) *apud* (Sousa, 2017, p. 10). A partir dessa definição, é possível explorar o conceito e os elementos que fazem parte da cultura do estupro.

Ao considerar o comportamento predatório do agressor sexual, deve-se compreender que estupradores se encontram em todos os lugares da sociedade e que são apoiados em discursos transmitidos até eles e por eles de diversas formas. Como foi descrito anteriormente, a culpabilização da vítima é legitimada por meio de jogos discursivos que são utilizados pela sociedade e pelos criminosos antes, durante e após o estupro. Esses valores são repassados para toda a sociedade causando a revitimização da mulher vítima da violência. A revitimização é

afirmada quando discursos afirmam que essas mulheres se colocaram em “situações de risco”, culpadas por não seguirem regras de conduta (Sousa, 2017).

Dessa forma, as regras de conduta relacionadas ao gênero depositam na mulher “a responsabilidade sobre os atos de terceiros contra sua integridade sexual”. Além disso, a cultura do estupro enfatiza discursos de que homens devem aproveitar toda e qualquer oportunidade de consumação sexual, e, que, quando a mulher diz não, o diz apenas porque foi ensinada a não dizer sim na primeira vez, sendo responsabilidade do homem transformar o não em um sim. Dessa forma, a cultura do estupro é denominada como “o conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violência sexual” (Sousa, 2017, p. 13).

A partir disso, busca-se compreender outro elemento relacionado à vítima dentro da cultura do estupro: a imagem da vítima perfeita. A definição de vítima parece ser simples, correspondendo ao agente passivo da ação. Porém, a definição de vítima e delinquente no contexto da violência sexual torna-se uma classificação ambígua. A constatação do ato do estupro consumado é insuficiente, seja lá de qual forma ocorreu. Para obter o status de vítima, a mulher violentada passa por uma avaliação e uma apuração de seu histórico. “Ser vítima de estupro é um status social condicionado à reputação e que corresponde a muito além do que apenas sofrer a violência sexual – é receber da sociedade o aval de quem realmente é inocente com relação ao ocorrido” (Sousa, 2017, p. 16).

Como afirma Vigarello (1998),

A qualidade da pessoa a quem a violência é feita aumenta ou diminui o crime. Assim, a violência feita a uma escrava ou a uma doméstica é menos grave do que a feita a uma moça de condição honesta. A distância social modula a escala de gravidade dos crimes em uma sociedade de classes, distribuindo o peso das violências segundo a condição das vítimas. A posição social é decisiva. A dignidade do “ofendido” orienta o cálculo e indica a extensão do mal. O direito apenas determina a força. Legitima uma relação de poder; não se funda sobre a equivalência entre indivíduos, mas sobre uma hierarquia entre sujeitos (VIGARELLO, 1998, p. 23).

Assim, dentro da cultura do estupro e do enfoque de gênero, surge uma problemática: o uso de “mulheres” como categoria homogênea e universal dentro de qualquer análise histórica começa a ser questionado, ou seja, “mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, reivindicaram uma ‘diferença’ – dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las (Soihet & Pedro, 2007, p. 287, *apud* Curado e Jacó-Vilela, 2021, p. 3).

Em sociedades historicamente muito hierarquizadas e pouco democráticas, como a brasileira, contextos violentos são legitimados e naturalizados (Junqueira, 2017, *apud* Melo,

2019), principalmente em situações julgadas pela sociedade em que a vítima “não é bem vítima”. Dentro desse contexto, se faz presente a hierarquia das diferenças da experiência da mulher em relação à cultura do estupro.

As mulheres que são vistas como morais e críveis geralmente são brancas, não pobres, heterossexuais, casadas e cumpridoras das leis podem, talvez, contar com o aval social de vítima e solicitar uma maior atenção da violência sexual. Ao contrário, mulheres vistas como promíscuas, da classe trabalhadora, negras, de periferias ou zonas rurais, solteiras, sem moradia, prostitutas, têm suas queixas negligenciadas (SMITH, 2004) *apud* MELO, 2019).

Sardenberg (2004) pontua que por vários sistemas de opressão operam na sociedade – gênero, classe, raça, etnia, idade, orientação sexual, entre outros. – se faz necessário trabalhar com o conceito de interseccionalidade

Um instrumento analítico para se estudar, entender e responder às formas pelas quais o gênero intersecta com outras identidades e como essas intersecções operam em contextos determinados e contribuem na construção de experiências específicas de opressão e privilégios (ASSOCIATION FOR WOMEN’S RIGHTS IN DEVELOPMENT, 2004, p. 1) *apud* SARDENBERG (2004).

Dessa forma, ao abordar a cultura do estupro, faz-se impossível utilizar uma categoria universal de “mulher”, e Melo (2019) ressalta a urgência de considerar a análise da cultura do estupro por meio do olhar interseccional, buscando romper com a universalização da categoria gênero, atentando-se para as diferenças nas experiências de mulher. Ao analisar a cultura do estupro, deve-se perguntar: De qual mulher estamos falando?, já que para cada mulher, uma cultura do estupro diferente será experienciada.

A partir disso, será abordado o crime de estupro e o perfil das vítimas de estupro.

1.2.1 *O Crime de Estupro*

O crime de estupro está enquadrado em dois grandes conceitos de violência: a violência de gênero e a violência sexual. O Código Penal enquadra o crime como um dos Crimes Contra a Liberdade Sexual, no capítulo I, Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009:

Estupro – Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:
Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.
§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:
Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.
§ 2º Se da conduta resulta morte:
Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (BRASIL, 2009).

Historicamente, dentre as violências sexuais, o estupro tem recebido maior atenção. As primeiras utilizações sistemáticas de estatísticas criminais do crime no Brasil datam da década de 1870 (Lima, 2011, *apud* Ferreira et al. 2023).

O crime, no código criminal de 1830, intitulava uma seção do capítulo II dos Crimes Contra a Segurança da Honra, incluindo: deflorar mulher virgem, menor de dezessete anos (arts. 219, 220 e 221), ter cópula carnal por meio da violência, ou ameaças, com qualquer mulher honesta com a pena de prisão por três a doze anos; se a violentada fosse prostituta, a pena era reduzida a um mês a dois anos (art. 222); ofensa pessoal para fim libidinoso, causando dor ou mal corpóreo (art. 223) e sedução de mulher honesta, menor de dezessete anos, a ter cópula carnal (art. 224) (Ferreira, *et al.* 2023).

No campo da justiça criminal, atualmente existem duas séries temporais nacionais de estupro, produzidas a partir dos boletins de ocorrência registrados pelas polícias civis: a primeira base de dados é realizada pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (SINESP) e a segunda produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (Ferreira, *et al.* 2023).

Em 2023, os números registrados de vítimas de estupro pelo SINESP foram de 71.091, com 195 vítimas por dia e uma variação de 3,07% em relação ao ano anterior. A taxa por 100 mil habitantes foi de 68.00. A definição utilizada descreve o crime como “agressão sexual geralmente envolvendo relação sexual ou outras formas de atos libidinosos realizados contra uma pessoa sem seu consentimento, incluídos os praticados contra vulnerável” (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024) e, como o registro é realizado pela polícia, também seguiram a definição do Código Penal (SINESP, 2023).

Além da SINESP, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública produz uma base de dados com informações detalhadas sobre o crime de estupro desde 2009, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública obtidos anualmente (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024).

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) define a violência sexual, sendo o estupro um dos tipos, como:

Qualquer ação na qual uma pessoa, valendo-se de sua posição de poder e fazendo uso de força física, coerção, intimidação ou influência psicológica, com uso ou não de armas ou drogas, obriga outra pessoa, de qualquer sexo e idade, a ter, presenciar ou

participar de alguma maneira de interações sexuais, ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, com fins de lucro, vingança ou outra intenção. Incluem-se como violência sexual situações de estupro, abuso incestuoso, assédio sexual, sexo forçado no casamento, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas, impostas, pornografia infantil, pedofilia, voyeurismo; manuseio, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada. Inclui, também, exposição coercitiva/ constrangedora a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico. Igualmente, caracterizam a violência sexual os atos que, mediante coerção, chantagem, suborno ou aliciamento, impeçam o uso de qualquer método contraceptivo ou forcem ao matrimônio, à gravidez, ao aborto, à prostituição; ou que limitem ou anulem em qualquer pessoa a autonomia e o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. A violência sexual é crime, mesmo se exercida por um familiar, seja ele pai, mãe, padrasto, madrasta, companheiro(a), esposo(a) (BRASIL, 2016, p. 59) *apud* FERREIRA et al. (2023, p. 4)

Ainda hoje, existe um desconhecimento sobre o fenômeno do estupro no Brasil, particularmente em relação à prevalência dos casos no universo da população brasileira, faz com que não se saiba o exato número de estupros que ocorrem a cada ano no país.

Segundo dados do IPEA (2023) (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), obtidos por um estudo em 2019, estima-se que ocorram 822 mil casos de estupro no Brasil por ano – quase 2 casos por minuto – sendo que apenas 8,5% deles chegam ao conhecimento policial e 4,2% são identificados pelo sistema de saúde. Os dados demonstram que mais de 80% das vítimas são mulheres e, em relação aos agressores, a maioria é composta por homens. Os agressores se destacam em quatro grupos principais: parceiros e ex-parceiros, familiares (sem incluir as relações entre parceiros), amigo(as)/conhecidos(as) e desconhecidos(as). A partir desse estudo realizado pelo IPEA em 2023, são obtidos os dados sobre estupro no Brasil a partir de diferentes categorias.

Em relação a proporção dos casos e as notificações de estupro segundo o sexo das vítimas, 88,90% (SINAN) e 82,5% (PNS) são do sexo feminino e 11,10% (SINAN) e 17,5% (PNS) do sexo masculino. A proporção do registro de estupro segundo o perfil do agressor engloba 45,6% como cônjuge ou companheiro(a), parceiro(a) ou namorado(a) (atuais ou ex), 15,4% amigo(a), colega ou vizinho(a), 21,8% como pessoa desconhecida e 17,1% como outro. Os registros de estupros no SINAN por idade da vítima demonstram 63.309 casos de 0 a 10 anos, 98.221 de 11 a 20 anos, 26.650 de 21 a 30 anos, 14.854 de 31 a 40 anos, 7.512 de 41 a 50 anos, 2.952 de 51 a 60 anos e 1.872 com mais de 61 anos (IPEA, 2023).

Além das estimações do IPEA, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023) revelou o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas.

Os números representam apenas uma fração da violência já que correspondem apenas aos casos que foram notificados às autoridades policiais. A taxa cresceu 8,2% em relação ao

ano de 2021 e chegou a 36,9 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. O ano de 2022, o último ano com os dados obtidos pelo Anuário, revelaram um aumento de 7% em relação ao ano anterior, somando 18.110 vítimas. Em relação aos casos de estupro de vulnerável, que totalizam 56.820 vítimas, houve um incremento de 8,6%

Portanto, 24,2% das vítimas eram homens e mulheres com mais de 14 anos, e 75,8% eram incapazes de consentir, seja pela idade (menores de 14 anos), ou por qualquer outro motivo, como deficiência, enfermidade, entre outros. A subnotificação é regra nos casos de estupro e violência sexual, estando presentes em levantamentos em todo o mundo. O Anuário de Segurança Pública enfatiza que o aumento das notificações pode estar relacionado com o aumento de informações sobre a violência vivida pelas vítimas.

As fontes de informação com cobertura nacional sobre o crime de estupro possuem limitações empíricas devido à falta de avanço dos registros administrativos e as pesquisas de vitimização na operacionalização de diversas categorias – como a identidade de gênero e orientação sexual. O avanço é necessário para compreender a taxa de atrito do estupro no Brasil, ou seja, a proporção dos casos da violência que não são identificados pelos órgãos oficiais (Ferreira, *et al.* 2023).

1.2.2 Perfil das Vítimas de Estupro

A partir dos dados do Anuário de Segurança Pública de 2023, pode-se compreender o perfil das vítimas de estupro, que serão apresentadas a seguir, a partir de diferentes categorias.

Em relação ao perfil das vítimas de estupro, crianças e adolescentes continuam sendo as maiores vítimas: 10,4% das vítimas eram bebês e crianças com idade entre 0 e 4 anos; 17,7% das vítimas tinham entre 5 e 9 anos e 33,2% entre 10 e 13 anos. Assim, 61,4% tinham no máximo 13 anos. No Brasil, 6 em cada 10 vítimas são vulneráveis com idades entre 0 e 13 anos e aproximadamente 8 em cada 10 vítimas de violência sexual eram menores de idade.

Apesar da legislação brasileira considerar que uma pessoa só passa a ser capaz de consentir a partir dos 14 anos, a maior parte dos estupros na faixa etária de 14 a 17 anos ainda é de vulnerável, ou seja, situações em que as vítimas, por qualquer razão, não são capazes de oferecer resistência.

Em relação ao sexo, 88,7% das vítimas são do sexo feminino e 11,3% do sexo masculino no ano de 2022. Essas proporções, segundo o Anuário, têm se mantido estáveis ao longo dos anos.

Em relação a raça/cor, 56,8% das vítimas de estupro eram pretas ou pardas, 42,3% eram brancas, 0,5% indígenas e 0,4% amarelas.

Em relação com os autores do abuso, 82,7% são conhecidos da vítima e 17,3% são desconhecidos. De acordo com a idade da vítima, entre as crianças e adolescentes de 0 e 13 anos os principais autores do abuso são familiares, 64,4% dos casos, 21,6% são conhecidos da vítima sem a relação de parentesco e apenas 13,9% foram de autoria de pessoas desconhecidas das vítimas. Entre as vítimas de 14 anos ou mais, 24,4% dos casos foram praticados por parceiros (14,2%) ou ex-parceiros (10,2%) íntimos da vítima, 37,9% por familiares, 15% por outros conhecidos e 22,8% praticados por desconhecidos.

Em relação ao local em que ocorreu o crime, a residência aparece com mais frequência: 57,8% nos casos de estupro e 71,6% em estupro de vulnerável. Em média, 68,3% dos casos somados de estupro e estupro de vulnerável ocorreram na residência da vítima. A via pública foi o segundo local apontado na ocorrência da violência em 17,4% dos registros de estupro e em 6,8% dos de vulnerável. A escola é apontada 1% nos casos de estupro e 2,6% nos de vulnerável.

No hospital, 1,1% dos casos de estupro foram registrados, e 0,8% nos registros de estupro de vulnerável. A área rural foi registrada em 2,9% nos casos de estupro e 3,3% em registros de estupro de vulnerável. Por fim, 19,8% dos registros de estupro apontaram outros lugares como o local do crime, e 14,8% nos registros de vulneráveis.

Em relação ao horário em que ocorre a violência sexual, 53,3% dos casos de estupro ocorrem à noite ou na madrugada (entre 18h e 05:59min), 65,1% das ocorrências de estupro de vulnerável ocorrem ao longo do dia, entre 06h e 11h59min, ou entre meio-dia e 17h59min.

A partir destes dados, compreende-se que os casos de estupro e estupro de vulnerável se caracterizam como uma violência essencialmente intrafamiliar que acontece em casa, durante o dia, e que possui como principais vítimas pessoas vulneráveis. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, todos esses fatores dificultam o enfrentamento a esse tipo de violência sexual.

Elas acontecem em contextos de violência de gênero muito arraigadas, imbricadas e naturalizadas nas relações familiares, fazendo com que a vítima tenha dificuldade para pedir ajuda. O sistema de justiça e proteção social também têm dificuldade para lidar com os casos de violência, fazendo com que, mesmo após a violência, a vítima retorne ao convívio com o agressor. Assim, as respostas às violências sexuais são complexas, e precisam ser consideradas as diversas camadas do problema (ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

2 A METODOLOGIA QUALITATIVA FENOMENOLÓGICA COMO INSTRUMENTO DE COMPREENSÃO DA CULTURA DO ESTUPRO

A pesquisa utilizou a metodologia qualitativa fenomenológica como instrumento de compreensão do mundo-vida das colaboradoras e dos sentidos e significados atribuídos a vivência da violência sexual diante do fenômeno indagado, a cultura do estupro.

Neste tópico, apresentaremos a contextualização teórica da Fenomenologia enquanto Filosofia e, posteriormente, enquanto método de pesquisa, descrevendo as etapas metodológicas que orientaram a análise compreensiva dos relatos das colaboradoras.

A Fenomenologia, em primeiro lugar, constitui-se como um dos movimentos filosóficos mais importantes do século XX. Segundo Moreira (2002), esse movimento filosófico teve início com Edmund Husserl (1859-1938) com a obra *Investigações Lógicas*, que delineava a construção e reconstrução da Filosofia como uma ciência rigorosa por meio da fenomenologia. AmatuZZi (2009) descreve que no fim do século XIX e começo do século XX, Husserl possuía duas respostas para a questão dos caminhos do conhecimento: a ciência positivista e a filosofia. A primeira, baseada em fatos, mensurações e verificações; a segunda, com uma diversidade em propostas e sentenças.

Diante disso, AmatuZZi (2009) pontua que Husserl enfrentou a falta de uma resposta que satisfizesse a toda necessidade de saber do ser humano, já que a ciência permanecia limitada ao âmbito permitido por seu método empírico, positivo e imediatamente verificável. O significado da realidade ou do sentido do mundo permanecia fora do método científico. O autor pontua que desvendar o mundo medindo suas extensões era a linguagem e o limite da ciência que Husserl tinha diante de si.

Moreira (2002) afirma que, para Husserl, a Fenomenologia

Deveria proporcionar um método filosófico que fosse livre por completo de todas as pressuposições que pudesse ter daquele que refletisse; descreveria os fenômenos enfocando exclusivamente a eles, deixando de lado quaisquer questões sobre suas origens causais e sua natureza fora do próprio ato da consciência. Dessa forma, não irá pressupor nada, nem o senso comum, nem o mundo natural, nem as descobertas e as teorias da ciência. Ficará postada antes de qualquer crença e de qualquer juízo, para explorar o fenômeno tal como é dado à consciência (MOREIRA, 2002, p. 63).

AmatuZZi (2009) também cita Merleau-Ponty (1951-1973) para pontuar que o surgimento da fenomenologia se deu num contexto em que a ciência fazia muitas afirmações sobre a realidade sem saber qual era essa realidade. Assim, o sentido da realidade foi se

perdendo, causando uma perda de significados, citada também por Husserl, que buscava um caminho para chegar a esse sentido esquecido, para além da ciência convencional. Seu objetivo era encontrar uma reflexão que resgatasse a experiência comum, algo que não podia ser realizado em laboratórios por envolver seres humanos e sua produção de significados.

Amatuzzi (2009, p. 94) expressa a intuição de Husserl diante da filosofia: se o ser humano “considerar sua experiência, com tudo que nela está implicado, abstando-se do julgamento espontâneo da realidade que ela encerra, ele poderia chegar a conclusões seguras acerca do conhecimento e seu alcance”. Neste caminho, seria possível abordar os atos da consciência, possibilitando um acesso à verdade que superaria o ceticismo generalizado, oferecendo uma base sólida para as discussões. Esse projeto foi denominado de “filosofia como ciência rigorosa” e de “fenomenologia” (English, 1984) *apud* Amatuzzi (2009).

O termo fenomenologia origina-se de duas palavras gregas: *phainomenon* (“aquilo que se mostra a partir de si mesmo”) e *logos* (“ciência e estudo”) (Moreira, 2002, p. 63). Assim, a Fenomenologia é o estudo ou ciência do fenômeno, compreendendo por fenômeno tudo o que aparece, que se manifesta ou que se revela por si mesmo na consciência. O conceito de fenômeno pela Fenomenologia é abordado por Moreira (2002) ao citar a aula inaugural de Husserl.

O primeiro e mais primitivo conceito de fenômeno referia-se à limitada esfera das realidades sensorialmente dadas, através das quais a natureza é evidenciada ao perceber. O conceito foi estendido [...] para abranger qualquer espécie de coisa sensorialmente entendida ou objetivada, incluindo todas as formas pelas quais as coisas são dadas à consciência. Viu-se, finalmente, que o conceito inclui todo o domínio da consciência com todas as formas de estar consciente de algo e todos os constituintes que podem ser imanentemente mostrados como pertencentes a eles. Que o conceito incluía todas as formas de estar consciente de algo quer dizer que ele inclui também qualquer espécie de sentimento, desejo e vontade, com seu comportamento imanente (MOREIRA, 2002, p. 64).

Além disso, Moreira (2002) explora o conceito de fenômeno a partir do conceito da percepção. O fenômeno abrange as realidades sensorialmente dadas que são percebidas na consciência. Entende-se por percepção o método complexo de adquirir informações sobre o mundo por meio dos sentidos, assimilando essas informações na consciência. Dessa forma, a estimulação sensorial torna-se em uma experiência organizada por meio da percepção. Portanto, o fenômeno é a percepção de qualquer objeto no mundo que se torna visível à consciência.

A partir disso, Moreira (2002) descreve que Husserl propôs “voltar às coisas mesmas” interessando-se pelo “puro fenômeno tal como se torna presente e se mostra à consciência” (MOREIRA, 2002, p. 65), pontuando que a apreensão, análise e descrição do fenômeno que se

dá na consciência é o objeto primário da Fenomenologia. Sua tarefa é estudar os significados das vivências da consciência (MOREIRA, 2002).

O caminho de “voltar às coisas mesmas” é a consideração da experiência em si mesma, independentemente dos juízos de realidade ou de valor que seres humanos são espontaneamente levados a fazer. Os juízos são denominados por Husserl como atitude natural. Quando a experiência é considerada em si mesma, a atitude exercida não é a natural, mas a fenomenológica. Essa passagem também é denominada de redução.

Comumente usa-se a expressão “redução de” algo, como juízos de realidade ou valor, equivalente a colocar entre parênteses esses juízos. Porém, o correto seria “redução a”: redução ao que imediatamente se apresenta: o fenômeno. AmatuZZi (2009) se apoia nos estudos de English (2001) e cita a expressão de Husserl para definir esse processo: “voltar às coisas mesmas” (English, 2001) *apud* (AmatuZZi, 2009), ou seja, uma volta ao que aparece na experiência quando a atitude fenomenológica é adotada.

Um retorno às coisas mesmas na linha da atitude natural seria o equivalente à introspecção, ou seja, um olhar para dentro de si procurando o que existe “na” consciência. Na fenomenologia essa volta seria muito mais à consciência como ato do que à consciência como lugar. O que aparece, então, é a característica de auto transcendência da consciência: a intencionalidade (AMATUZZI, 2009, p. 95).

Além disso, Forghieri (1993, p.11) pontua que Husserl afirmava “voltar às coisas mesmas” colocando-as como ponto de partida do conhecimento e como princípio básico do método fenomenológico. A autora menciona que “ir às próprias coisas” significa ir ao próprio fenômeno para desvendá-lo, tal como “se mostra em si mesmo”. A “coisa mesma” não é entendida como realidade existindo em si, mas como um fenômeno, considerado a única coisa a qual temos acesso imediato e intuição originária.

O fenômeno compreende a consciência e o objeto que estão unidos no próprio ato de significação. A consciência é sempre intencional, ou seja, está sempre voltada para um objeto, que está sempre voltado para uma consciência. Dessa forma, a intencionalidade representa o ato de atribuir um sentido. Ela unifica a consciência e o objeto, o sujeito e o mundo (Forghieri, 1993).

Forghieri (1993, p. 15), afirma que “com a intencionalidade há o reconhecimento de que o mundo não é pura exterioridade e o sujeito não é pura interioridade, mas a saída de si para um mundo que tem uma significação para ele”.

A partir disso, a autora pontua que para a compreensão do fenômeno como tal, a Fenomenologia utiliza o recurso da redução. Forghieri (1993) define a redução fenomenológica

como um retorno ao mundo vida, que aparece antes de qualquer alteração produzida por sistemas filosóficos, teorias científicas ou preconceitos do sujeito. Consiste em retornar à experiência vivida e a partir dela realizar uma profunda reflexão que permita chegar à essência do conhecimento, ou ao modo como este se constituiu no próprio existir humano. Se na Filosofia o método fenomenológico busca chegar à essência do próprio conhecimento, na Psicologia o método fenomenológico tem como objetivo principal captar o sentido ou significado da vivência para a pessoa em diversas situações por ela experienciadas em seu existir cotidiano.

Ao utilizar a redução fenomenológica como instrumento de investigação das formas concretas de existência ou experiências vividas, o pesquisador deve iniciar seu percurso voltando-se para sua própria vivência a fim de refletir sobre ela, buscando captar o significado da mesma em sua existência.

Diante disso, a autora cita Merleau-Ponty (1973), “é no contato com a nossa própria experiência que elaboramos as noções fundamentais das quais a Psicologia se serve a cada momento” (Merleau-Ponty, 1973 *apud* Forghieri, 1993, p. 59). Para chegar a esse contato com sua vivência, o pesquisador deve colocar “entre parênteses” os conhecimentos previamente adquiridos sobre a experiência que está investigando.

Bruns (2011, p.89) aborda a redução fenomenológica ao afirmar que as verdades são relativas e temporárias e não absolutas e permanentes. Como nada é objetivo sem antes ter sido subjetivo, o processo de análise possibilitado pela redução fenomenológica oferece um caminho além do impasse entre subjetividade e objetividade, já que ao buscar desvelar um fenômeno, o pesquisador direciona o processo de análise, “colocando em “suspensão de juízo de valores” o conhecimento que possui *a priori* acerca do fenômeno submetido ao processo de análise, o que não supõe uma atitude de neutralidade, mas uma postura intencional em relação ao fenômeno.”

Forghieri (1993) enfatiza que o maior ensinamento da redução fenomenológica é a impossibilidade da redução completa (Merleau-Ponty, 1991 *apud* Forghieri, 1993). A partir disso, ela consiste, então, “numa profunda reflexão que nos releve os preconceitos em nós estabelecidos e nos leve a transformar este condicionamento sofrido em condicionamento consciente, sem jamais negar sua existência” (Merleau-Ponty, 1973 *apud* Forghieri, 1993, p. 59). A partir disso, Forghieri (1993) pontua dois momentos que se constituem dentro da redução fenomenológica: o envolvimento existencial e o distanciamento reflexivo.

O envolvimento existencial consiste no momento em que o pesquisador busca colocar fora de ação (ou entre parênteses) os conhecimentos adquiridos sobre a vivência que está visando investigar, para então tentar abrir-se a essa vivência e nela atravessar de modo

espontâneo e experiencial. É necessário não apenas recordar-se dela, mas procurar nela emergir para revivê-la de modo intenso, visando uma profunda sintonia. Dessa forma:

O pesquisador precisa iniciar seu trabalho procurando sair de uma atitude intelectualizada para se soltar ao fluir de sua própria vivência, nela penetrando de modo espontâneo e profundo, para deixar surgir a intuição, percepção, sentimentos e sensações que brotam numa totalidade, proporcionando-lhe uma compreensão global, intuitiva, pré-reflexiva, dessa vivência (FORGUIERI, 1993, p. 60).

Após penetrar na vivência de uma determinada situação, envolvendo-se nela e obtendo uma compreensão global pré-reflexiva, o pesquisador deve procurar estabelecer um certo distanciamento da vivência para refletir sobre sua própria compreensão e tentar captar e enunciar, respectivamente, o sentido e significado daquela vivência em seu existir. O distanciamento possibilita a reflexão sobre a vivência para que seja possível sua análise e enunciação dos sentidos e significados captados pelo pesquisador.

Esse distanciamento não deve ser completo, ou seja, o pesquisador deve sempre manter um elo de ligação com a vivência, para que a enunciação descritiva seja mais próxima possível da própria vivência. Embora descritos separadamente, a autora pontua que os dois momentos citados são paradoxalmente inter-relacionados e reversíveis, sem uma separação completa entre eles e sim a predominância de um ou outro (FORGUIERI, 1993).

Diante disso, Amatuzzi (2011) afirma que na pesquisa fenomenológica, o relato é percebido em sua “intencionalidade própria e constitutiva” (Amatuzzi, 2011, p. 22). O pesquisador que utiliza a metodologia fenomenológica busca a experiência intencional e vivida. O pesquisador busca, por meio do relato, tornar presente a experiência vivida. É dever do pesquisador permanecer ativo e presente, atuando como um facilitador do acesso ao vivido. Assim, a pesquisa fenomenológica é a pesquisa do vivido e ele pode não ter sido acessado anteriormente, surgindo no ato da relação pessoal quando manifesta-se a oportunidade de dizê-lo.

O autor pontua que “na pesquisa fenomenológica não existem sujeitos que forneçam informações, mas colaboradores que pensam junto sobre o assunto e o fazem com a novidade da primeira vez” (Amatuzzi, 2011, p. 24).

Assim sendo, o autor denomina a pesquisa fenomenológica como dialética e mobilizadora, possibilitando um progressivo acesso à experiência vivida para além do já dito. Pesquisador e colaborador se esforçam juntos para ir além das estruturas dadas e dos modos habituais de pensar visando buscar uma conexão mais fluente com a experiência. A partir disso,

o autor afirma que o momento da análise posterior será o “momento de sistematizar esse dizer da melhor forma possível” (Amatuzzi, 2011, p. 24).

A partir disso, Bruns (2011) descreve quatro momentos para realizar a análise fenomenológica.

O primeiro refere-se à transcrição dos depoimentos dos colaboradores e a leitura ampla de todas as entrevistas do início ao fim, visando “familiarizar-se com a descrição da experiência vivida e apreender o sentido geral do fenômeno indagado”. Aqui, o pesquisador estabelece uma relação empática com a situação relatada para sistematizar a experiência vivida.

O segundo momento diz respeito à delimitação das unidades de significados, obtidas a partir da releitura de cada relato. Elas são elaboradas a partir da perspectiva e interrogação do pesquisador em relação ao fenômeno pesquisado. Assim, a realidade psicológica é construída pelo pesquisador no transcorrer da análise.

No terceiro momento, o pesquisador visa agrupar as unidades de sentido em categorias que “expressam o insight psicológico nelas contido, ou seja, é a transformação da linguagem coloquial do entrevistado no discurso psicológico” (BRUNS, 2011, p. 91). Busca-se evidenciar as realidades múltiplas que estão ocultas no relato dos colaboradores. Nesta fase, o pesquisador deve adotar uma perspectiva psicológica para a análise do fenômeno, já que a linguagem psicológica está fundamentada em uma perspectiva teórica estabelecida (BRUNS, 2011). Neste trabalho, as perspectivas teóricas escolhidas foram a de Amatuzzi (1996, 2009, 2011), Bruns (2011), Forghieri (1993) e Moreira (2002) autores que exploraram a Fenomenologia enquanto Filosofia, sua relação com a Psicologia e enquanto método de pesquisa.

O quarto momento “sintetiza e integra os insights contidos em todas as unidades de significados” (BRUNS, 2011, p. 92). Essas unidades de significado podem ser agrupadas em temas ou categorias devido as convergências e divergências dos significados relatados pelos colaboradores. Esses significados “constituem os aspectos essenciais da estrutura compreensiva geral do fenômeno” (BRUNS, 2011, p. 92).

A partir disso, serão apresentados os instrumentos utilizados para a investigação do vivido à luz da perspectiva fenomenológica existencial humanista e o percurso para acessar às colaboradoras da pesquisa.

2.1 Colaboradoras

A pesquisa foi composta por duas (02) mulheres, com idade superior de dezoito anos, que vivenciaram a violência sexual por um homem. A tabela a seguir demonstra os nomes fictícios das colaboradoras, a idade, o gênero e a data da entrevista.

Nome Fictício	Idade	Gênero	Data da entrevista
Maria	51 anos	Feminino	01 de outubro de 2020
Joana	29 anos	Feminino	23 de outubro de 2020

Os critérios para a determinação das colaboradoras foram, como afirma Gil (2010), a habilidade para expressar-se facilmente com palavras; para perceber e expressar os sentimentos e emoções sem inibições; para expressar as sensações orgânicas que estão relacionadas a estes sentimentos, ter uma vivência relativamente recente com a violência sexual; e ter um interesse espontâneo na própria experiência e possuir a habilidade de reportar-se a respeito desta vivência, referindo-se ao o que estava ocorrendo interiormente neste período.

A pesquisa foi realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Itajubá, Minas Gerais, com autorização da coordenadora responsável (ANEXO A). Como esta pesquisa envolveu seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil – Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário de Itajubá – FEPI para ser avaliado. O parecer consubstanciado do CEP (ANEXO D) do projeto de pesquisa foi aprovado sob o número 4.219.222. Além disso, foram entregues para cada mulher colaboradora o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B). Após a pergunta norteadora, foram feitas novas perguntas interventivas que procuraram aprofundar o discurso da mulher diante o vivido (ANEXO C).

Inicialmente, a pesquisa seria realizada com três mulheres. Porém, a última colaboradora confirmada para a entrevista desmarcou por motivos pessoais. A partir disso, com a mediação da psicóloga do CREAS, ocorreu a tentativa de entrevistar outras mulheres, que também confirmaram a participação e posteriormente cancelaram, via telefone. Um dos motivos para a dificuldade na entrevista presencial no CREAS se deu pelo contexto pandêmico. Dessa forma, manteve-se a decisão de entrevistar somente duas mulheres para a pesquisa.

2.2 Acesso às colaboradoras

A partir da escolha do CREAS como local da pesquisa, onde o encontro com mulheres vítimas da violência sexual se tornou possível, o contato com a coordenadora e psicóloga do

CREAS foi realizado, em junho de 2020. Neste contato, a pesquisadora explicou o objetivo da pesquisa, evidenciando todo o processo da pesquisa qualitativa. A partir da autorização da coordenadora do CREAS para que a pesquisa fosse realizada no local, no dia 04 de junho de 2024, foi delineado o processo de contato com as colaboradoras da pesquisa.

O contato com as mulheres colaboradoras ocorreu a partir da intermediação da psicóloga do CREAS, que, possuindo um vínculo estruturado com estas, explicou os objetivos e do que se trata nossa pesquisa. A mediação realizada pela psicóloga do CREAS foi realizada para que a mulher pudesse se sentir confortável caso escolhesse participar da pesquisa. A partir disso, a pesquisadora entrou em contato com as mulheres, perguntando se elas possuem o interesse de participar da pesquisa, evidenciando todo o processo e seus direitos enquanto colaboradoras.

Com a autorização da psicóloga, a pesquisadora entrevistou as mulheres, em uma entrevista com duração de 25 minutos a 1 hora. A primeira entrevista, com Maria, foi realizada em 01 de outubro de 2020. A segunda e última entrevista, com Joana, foi realizada em 23 de outubro de 2020.

No acesso à colaboradora, foi estabelecido um clima de receptividade, assegurando a confidencialidade das informações obtidas, o nome fictício criado para ambas (Maria e Joana) e a permissão para que as entrevistas sejam gravadas. Portanto, o enquadramento foi realizado com um *rapport* informal e formal, e buscou garantir que a mulher entrevistada se sentisse confortável e soubesse de todas as informações relacionadas à pesquisa. Assim, todas as entrevistas foram gravadas com a autorização das duas colaboradoras, e salvas no computador da pesquisadora até as transcrições, sendo posteriormente deletadas.

Dessa forma, como foi descrito no início deste capítulo, a entrevista fenomenológica foi realizada e possibilitou o acesso ao fenômeno interrogado inserido na experiência vivida das colaboradoras. A entrevista foi realizada como forma de acessar o vivido e os significados atribuídos a ele (Bruns & Trindade, 2011). Para finalizar essa trajetória, a análise compreensiva dos relatos seguiu os quatro passos demonstrados por Bruns (2011) descritos anteriormente neste capítulo. A partir disso, no próximo capítulo será descrita a análise compreensiva realizada, à luz da metodologia fenomenológica existencial e humanista, dos relatos de ambas colaboradoras da pesquisa.

2.3 Instrumentos de Acesso às Colaboradoras

A modalidade de entrevista mais utilizada na pesquisa fenomenológica é a não estruturada, que permite a livre expressão da mulher entrevistada, ao mesmo tempo que garante a manutenção de seu foco pela entrevistadora (Gil, 2010).

Além disso, a trajetória da pesquisa fenomenológica inicia-se com uma pergunta norteadora, que possui a função de abertura e de guia para o que se pretende investigar (Gil, 2010). Portanto, na presente pesquisa, será realizada uma entrevista não estruturada com as colaboradoras a partir de uma pergunta norteadora “Como você se sentiu, enquanto mulher, ao ser abusada sexualmente por um homem?”.

3 ANÁLISES COMPREENSIVAS DOS RELATOS

Neste capítulo, apresenta-se a análise fenomenológica compreensiva dos relatos das colaboradoras em relação ao fenômeno indagado: a cultura do estupro. A pergunta norteadora realizada para as duas colaboradoras foi: “Como você se sentiu, enquanto mulher, ao ser abusada sexualmente por um homem?”. A partir da análise compreensiva dos relatos, utilizando a metodologia fenomenológica abordada no capítulo anterior, foram especificadas as três categorias:

Categoria 1: Mulher violentada: qual o significado da violência?

Nesta categoria, busca-se compreender o significado da violência vivida relatado pelas colaboradoras.

Categoria 2: Violência Conjugal

Neste momento, as colaboradoras perpassam o início da violência conjugal e a interligação entre os diferentes tipos de violência domésticas vividos por elas, como: a violência sexual, foco desta pesquisa, a violência moral, psicológica e patrimonial. Ambas colaboradoras retomam a experiência vivenciada diante do fenômeno indagado.

Categoria 3: A vida da mulher após o abuso

Por fim, as colaboradoras relatam o sentido da vida após a violência e suas ramificações na vida de cada uma.

3.1 Mulher violentada: qual o significado da violência?

A partir da pergunta norteadora, “Como você se sentiu, enquanto mulher, ao ser abusada sexualmente por um homem?” as colaboradoras compartilharam a experiência vivida da violência.

“Muito baixa. Eu achava que... desculpa falar... Prostituta... Não precisava passar por isso. Porque ele me xingava, me falava que eu era a mulher mais baixa, entendeu? Ele falou que eu era só... que eu era objeto. Quando eu tava lá, ele tinha que fazer. Não queria. Muitas vezes, e eu não quis. Várias vezes. Ele forçava.” (Maria)

“Que eu era inútil, que não valia nada. Inútil, suja, que não valho nada... eu sinto vontade de me matar, por isso.” (Joana)

Nessas falas, são encontradas todas as manifestações de dor, sofrimento, angústia, vergonha e raiva que as colaboradoras sentiram após o ato da violência sexual. A partir da fala, percebe-se a caracterização do ato violento e o significado da violência é manifestado em toda sua magnitude (Castro, 2021).

A violência sexual traz uma delimitação confusa das próprias barreiras e limites, e a vítimas podem se enxergar como se estivessem contaminadas após a violência sexual. Elas veem a si mesmas como “sujas”, “feias” e “nojentas”. A mulher se vê imunda e percebe a si mesma e seu corpo com vergonha (Souza *et al*, 2013).

Isso pode ser observado na descrição de ambas. Quando Joana se descreve como “inútil, suja e sem valor” e Maria se descreve como “prostituta e baixa”. Pode-se compreender que, a violência trouxe uma nova percepção de si mesmas. A violência sexual e suas ramificações são percebidas, como se um “antes” e “depois” da violência fosse marcado na vida da mulher. O sentido da violência traz uma nova realidade, com diferentes possibilidades de vida. Percebe-se isso no relato de Maria e Joana, ambas vítimas de violência doméstica. Dessa forma, as descrições que as mulheres fazem de si mesmas, a visão que ambas tinham de si e o significado de ser mulher estão centralizados na violência vivida.

“Eu não conto pra ninguém que eu fui violentada. Eu não conto, entendeu? Não conto nada do que eu fazia. Não comentava com ninguém. Tô comentando com você aqui, porque eu me senti... baixa, entendeu? Porque com esse meu ex-marido me sentia baixa.” (Maria)

“Que eu não valho nada. (Como se fosse) um objeto sexual.” (Joana)

O significado da violência compartilhado por Maria e Joana desvela a relação de poder entre abusador e da vítima. Essa relação, principalmente em relações conjugais, consiste na objetificação da mulher, ou seja, as mulheres são consideradas no patamar de objeto. Seus aspectos emocionais e físicos não são considerados em nenhum momento, tal como uma “coisificação”, como afirma Belmiro *et al.* (2015 *apud* Rosostolato, 2017), no sentido de desumanizar a mulher a partir da posição hegemônica do homem.

Dessa forma, a violência sexual nas relações conjugais expressa a dominação do corpo da mulher, “transformando-o em objeto sensível, o tocar, o violentar transfigura e transforma,

limita a autonomia, o poder de decisão, a condição de escolha entre o sim e o não. A privação da liberdade manifesta-se na invasão e sujeição” (Klanovicz; Pereira, 2021, 538).

Dessa forma, os corpos femininos se transformam em corpos subjugados. O acesso ao corpo da mulher era entendido como direito masculino, pelo lugar que esse exercia ou buscava reforçar constantemente sobre as mulheres. Sendo assim, no ciclo de violência, as mulheres deveriam manter-se em estado de submissão, reforçando os lugares socialmente construídos para os papéis sexualmente demarcados (March, 2017).

Pode-se compreender, a partir do relato de Maria e Joana, que o desejo de posse do corpo feminino sempre se sobrepõe as vontades da mulher, ou seja, o estupro se estabelece como mais do que um desejo sexual, sendo um desejo de controle social, de submissão de um corpo e do estreitamento do poder de decisão das vítimas. O estupro representa a imposição do controle e poder sobre o corpo, considerado fraco, e que sempre deveria estar disponível às vontades dos agressores. Dessa forma, percebe-se que “[...] o estupro é o ato de posse, exercício de uma ascendência, marca de um poder” (Vigarello, 1998, p. 55).

Dentro da violência conjugal, a submissão das mulheres vítimas revela a anulação de si mesmas em relação ao outro, ou seja, como se suas vidas não lhe pertencessem mais. A relação vítima e abusador se manifesta como se as vítimas fossem propriedade do abusador, como objeto de dominação e imposição de poder (Ferraz, Labrocini, 2015).

A violência contínua tem a capacidade de fragilizar as vítimas, tornando-as cada vez mais vulneráveis, e, assim, reduzindo suas condições de enfrentamento. Segundo Ferraz e Labronici (2015), a experiência vivida da violência compromete a autoimagem feminina que, ao decorrer do tempo, adquire um “caráter negativo, distorcido e visível” (Ferraz, Labrocini, 2015, p. 845).

As corporeidades femininas, ao acolherem a linguagem pejorativa expressa pelos agressores, incorporaram-na, e isso fragmentou a percepção da totalidade que tinham de si, impedindo-as de lapidarem-se mediante um balanço existencial, fato que contribuiu para nutrir e perpetuar o ciclo da violência. A coexistência com um companheiro, que mesmo após a denúncia proferia palavras ofensivas, possibilitou uma nova configuração das percepções do eu, do outro e do mundo e, a partir disso, fez com que fossem construídas novas camadas distorcidas de impressões do eu. (FERRAZ; LABRONICI, 2015, p. 845).

Sendo assim, as corporeidades femininas incorporam a linguagem degradante e pejorativa utilizada por seus abusadores (Ferraz, Labrocini, 2015).

Além disso, o “não” de ambas é negado constantemente, colocando-as em uma posição desumana e degradante dentro da violência, como se fossem um objeto sexual, uma

propriedade, e a dor dessa violação é compreendida no relato de ambas mulheres. Com isso, entende-se que

Para apreender a subjetividade humana e transcender a superficialidade, é preciso entrar no mundo dessas mulheres a fim de captar seu vivido mediante a percepção e escuta atenta, uma vez, que ao coexistirem com o agressor após a denúncia da violência conjugal, elas atribuem um significado que se manifesta na forma de expressão do seu corpo, na sua corporeidade (FERRAZ; LABRONICI, 2015).

Isso pode ser compreendido nas descrições de Maria e Joana, ao compartilharem como se entendem enquanto mulheres. Um exemplo é a experiência de Maria: seu ex-marido constantemente a xingava de “prostituta” e “baixa” durante o estupro, e quando Maria relatou seu sentido frente à violência e seu significado enquanto mulher, as palavras e linguagem do ex-marido eram utilizadas por ela. Sendo assim, o sentido da violência e o significado de ser mulher de Maria foram estabelecidos a partir dos xingamentos de seu ex-marido dentro do ciclo de violência. Na fala de Joana, sua manifestação de dor e sofrimento diante do abuso que estava vivenciando é demonstrada no sentido que ela dá a si mesma enquanto mulher, e em seus pensamentos suicidas após o ato violento.

Os agressores representam uma ameaça que intimida os corpos femininos, assombrando-os o tempo todo, visando atingi-los intencionalmente por meio de diferentes mecanismos de violência. Assim, a imagem corporal positiva da mulher, construída ao longo de sua trajetória existencial, se modifica gradativamente (Ferraz, Labrocini, 2015). A violência sexual se caracteriza como um marco significativo na vida das mulheres, estabelecendo a mudança da imagem que tinham de si mesmas.

Além disso, quando as colaboradoras compartilharam o significado de serem mulheres, diante da pergunta “o que significa ser mulher para você?”, percebe-se que Maria e Joana descreveram esse sentido à luz da violência e o do medo da violência ocorrer novamente:

“Olha, eu... eu morro de medo de passar por isso. Eu tenho um namorado, eu não tenho confiança. Ele fala “eu tô com você”, mas eu não... Tenho medo. Tem hora que eu fico... Eu tenho medo de passar por tudo de novo. Tenho medo de passar pelas mesmas coisas. Tenho medo de ser traída... de ser humilhada. (Maria)

“Nada. Eu não me sinto legal. Eu tô em depressão, parece, de novo. Tentei suicídio. Acho que estou ficando de novo com depressão. Eu quero sair de lá. Mas para onde a gente vai? Não temos lugar para ir” (Joana).

Aqui, percebe-se que o significado que elas tinham de si mesmas enquanto mulheres era baseado na violência vivenciada. Ser mulher, então, significava vulnerabilidade e risco, relacionados a consciência da violência sofrida a todo momento e o medo da violência ocorrer novamente, no caso de Maria, e a violência manifestada em toda sua magnitude no caso de Joana, que estava vivenciando a violência no momento da entrevista

Portanto, a divergência entre as colaboradoras se apresenta: Maria não estava vivenciando uma violência sexual no momento, enquanto Joana estava sendo abusada pelo parceiro. Essa diferença é compreendida no relato de ambas. Maria compartilha a dor do passado que afeta seu presente de forma constante, relatando o alívio de ter se separado de seu abusador. Joana descreve seu desespero e seu desejo de fuga do agressor, relatando suas tentativas de suicídio.

Dessa forma, os corpos das mulheres percebem-se destruídos pelo outro, mas permanecem prisioneiros mesmo após a denúncia ou fim do relacionamento. As mulheres “não se reconhecem mais na temporalidade do aqui e agora, e apenas conseguem ter uma lembrança boa, positiva, ao voltar seu olhar para o passado” (Ferraz, Labrocini, 2015, p. 846).

Além disso, o ciclo de violência permanente resulta em um desinteresse em relação à vida, com uma ausência de desejos e cuidados consigo. Isso ocorre devido a percepção de que o oposto da violência não irá se concretizar. Assim, os corpos femininos “vão armazenando, em seu ser, mágoas, dores e cicatrizes visíveis e invisíveis” (Ferraz, Labrocini, 2015, p. 846).

3.2 Violência Conjugal

Maria e Joana foram vítimas de estupro por seus companheiros, em diferentes fases da vida. Aqui, serão abordadas as unidades de sentido compreendidas dentro do contexto da violência doméstica conjugal, a partir do relato de ambas colaboradoras.

A violência doméstica e familiar contra a mulher foi reconhecida pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340): “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da

família e em qualquer relação íntima de afeto (BRASIL, 2006). Ela compreende os cinco tipos de violência, descritos a seguir:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Joana compartilhou que foi abusada somente por um homem em diversos momentos de sua vida. A relação foi reatada diversas vezes, e, no momento da entrevista, Joana estava sendo abusada novamente pelo mesmo homem.

“Olha, quando eu vivi, foi horrível... me machucou, senti dores, eu não sabia o que falar mais, eu chorei pra minha mãe, falei que não tava aguentando mais e pedi pra ela tirar eu da casa... que eu estava com um rapaz. Mostrei a parte íntima para minha mãe, que estava inchada, e eu grávida. Eu tava grávida. Minha mãe brigou com ele, xingou ele, e eu saí de lá” (Joana)

“Foi horrível, sensação horrível. Não conseguia nem olhar na cara dele. Mais de uma vez. Na primeira vez, ele me machucou muito. Eu senti... não sabia o que responder mais, não sabia o que falar mais... eu não queria, e ele forçou. Tava cansada. E ele querendo. Forçou, falava que queria carinho meu...” (Joana)

“Nas outras vezes, ele pedia mais, vinha assim [gesticula]. Vinha beijando eu, tonto, falando que queria fazer sexo, não tinha dinheiro, bêbado... Quando não estava bêbado também, e era pior ainda.” (Joana)

A partir disso, Joana relevou que estava sendo abusada pelo mesmo homem naquele momento, havia um mês.

“Nesse momento atual. Eu tô passando por isso. Eu não quero e ele fala que quer carinho meu. Está sendo horrível. Eu quero alugar uma casa, falei pra (psicóloga do CREAS)... eu quero sair de lá.” (Joana)

Pelo relato de Joana, pode-se compreender o esgotamento sentido ao negar a relação sexual e mesmo assim não ser ouvida: “não sabia o que falar mais; não sabia o que responder mais. Eu não queria, e ele forçou”. Pode-se compreender o desamparo da mulher e seu sentimento de se sentir um objeto frente à violência: seu apelo não era ouvido, seus sentimentos eram ignorados e toda tentativa de fugir da violência lhe era negada. Assim, a violência se manifesta como se seu corpo não lhe pertencesse, já que a vontade do abusador sempre prevaleceria em uma relação de poder.

“Ele não entende quando você fala não. Ele quer porque quer, ter essa relação. Isso eu não acho certo.” (Joana)

“Eu enxergo que (voz embargada e alta) homem só vê a gente mulher como estepe de... na hora que quer esvaziar seu estresse, seus momentos de querer fazer sexo... na hora que acha direito, na hora que bem entender. Não respeita a gente. Dói a barriga, dói por baixo. Não é normal.” (Joana)

Dentro desse contexto, Joana expressa seu desejo de sair de casa e fugir do abuso constante.

“Eu não quero mais... eu não tô podendo olhar mais na cara dele. Eu quero morar sozinha. Eu tô desesperada, que eu não sei o que eu faço mais.”

“Eu não tô aguentando mais, eu quero mudar, quero viver minha vida, quero ficar sozinha... minha mãe junto comigo, meus filhos. Só. Sem ele por perto.”

“Ele te força, ele força, e ele usa isso, que eu não tenho lugar pra ficar... como uma ameaça. Eu tô debaixo do teto dele...” (Joana)

“Eu não tenho lugar pra ir agora, não tenho dinheiro, não tenho condição. E ele usa isso, entendeu? Como eu vou sair de lá? Com três filhos. Eu tenho um neném com 6 meses de vida, só. O do meio com 9 anos e outra com 13 anos, que está aí fora... Como eu vou sair com três filhos pra rua?” (Joana)

“Ele usa isso. Fala que eu não tenho lugar pra ficar. “Vamos ficar juntos, que não sei o quê...” Eu não tenho condição. Eu não quero ficar mais junto com ele.” (Joana)

“Quero parar. Quero sair. Arrependi de dar a chance pra ele. Dei três chances pra ele. Todas ele desperdiçou. A primeira foi quando aceitei namorar com ele, no clube de dança. Depois ele bebeu e acabou com minha vida, foi quando tirou meu filho da minha barriga. Nos separamos... essa é a terceira. Ele está acabando com a terceira chance. Eu quero ir embora, quero separar dele. Ele usa isso porque eu dependo dele pra morar numa casa, pra não ter chuva, essas coisas. Ele usa isso pra eu não poder sair de lá. Fala “onde você vai? você não tem lugar pra ir.” (Joana)

Joana descreve um ciclo de violência com seu agressor, em diferentes fases de sua vida. Pode-se compreender que a disparidade de gênero em relação à moradia e patrimônio se reproduzem em contextos de violência doméstica. O abusador de Joana usa sua falta de estabilidade financeira e acesso à moradia como uma forma de perpetuar e justificar o estupro. Essas desigualdades expõem a mulher a um dilema cruel: “sair de casa para sobreviver ou tolerar a violência para ter onde morar” (Ludermir; Souza, 2021, p. 19). A partir do relato, pode-se compreender que Joana, além da violência sexual, estava sendo vítima da violência patrimonial.

Dentro desse contexto de violência, e a partir do relato de Joana, compreende-se que a pobreza e a falta de opções de moradia representam um desafio para as mulheres deixarem situações de violência. A conexão entre violência doméstica e moradia é manifestada na população em situação de rua, já que muitas mulheres vítimas da violência doméstica sofrem com os despejos forçados. “É possível observar que a violência doméstica é, na maioria dos casos, a causa direta que leva mulheres a essa condição e que a falta de alternativa de moradia é uma das principais barreiras enfrentadas pelas mulheres ao tentar deixar um relacionamento abusivo” (Nrcdv, 2015, apud Ludermir & Souza, 2021, p. 4). Pode-se compreender esse medo na fala de Joana, quando ela relata que o acesso a moradia para ela e os filhos evitaria a chuva.

Esse exemplo foi utilizado duas vezes por ela, sendo a representação de seu medo caso seu acesso a moradia fosse perdido.

Portanto, os autores apontam que, quando a mulher tem acesso à moradia por meio do parceiro íntimo, a segurança da moradia irá depender da relação com o dono da casa. Dessa forma, a permanência das mulheres vítimas de abuso por falta de alternativa de moradia se configura como um “déficit habitacional invisível” (Ludermir; Souza, 2021, p. 19), enfatizando a enorme demanda por moradia no país e a necessidade de alternativas de moradia de curto a longo prazo para que as mulheres e seus filhos consigam sair dos relacionamentos violentos antes que sejam expostos ao risco de morte.

A partir disso, Joana relata que, quando o namorado tenta forçar a relação sexual,

“Fala que quer carinho. Fala “você fazia, é só hoje”. Eu não quero ter mais relação com ele. Não tenho vontade de fazer sexo. Não quero fazer. Quero ficar quietinha. Ele fala, “é, você não gosta de mim”. Quando ele chega do trabalho, vem dando uns beijos, e eu não quero. Eu não quero isso. Nem beijo eu quero. Eu peguei nojo.” (Joana)

“Ele goza pra fora... o risco ainda de engravidar, ainda. Ele tira fora e segura. Ele não usa nem camisinha. E eu não posso engravidar... estou tentando fazer cirurgia pra não ter mais filhos. Não quero e não posso. O médico falou que se eu surtar de novo, não tem mais volta. Eu paro no manicômio. Esse é o meu medo.” (Joana)

Aqui, percebe-se que, além de temer a violência sexual, Joana teme a gravidez, já que durante a gravidez, ela relatou ter crises. Seu objetivo era fazer uma cirurgia para não ter o risco de engravidar. Assim, percebe-se que Joana estava vivendo diversos riscos: temia a violência sexual, que poderia acontecer a qualquer momento, enquanto tinha que aceitar sua condição de objeto sexual, já que sua falta de acesso à moradia era usada por seu agressor como meio de justificar a violência, ao mesmo tempo que temia o risco de engravidar nas relações sexuais forçadas por seu agressor.

“Eu já separei dele, e mudei pra casa da minha mãe. Mas agora não tem mais. Foi um alívio, tava vivendo bem e feliz. Então, de qualquer maneira... estou correndo riscos. Eu não tô com medo porque eu sei que vou segurar a mão da minha mãe. Não vou mentir pra você, eu não falei isso pra minha mãe. Em todo momento, vem uns pensamentos de me

suicidar (pausa e começa a chorar). Eu não vou mentir [guagueja], dá aquela vontade, de fazer maldade comigo mesma... e não ficar vivendo essas coisas. Eu quero paz.” (Joana)

Quando foi abordado a possibilidade de estar morando em outra casa com os filhos, longe do agressor, Joana expressou que seu maior desejo era fugir da violência.

“É isso que eu quero. É isso que eu quero. Não passar por isso. Eu preciso conversar com a (psicóloga do CREAS). Sinceramente, eu estava escondendo. Se não, eu vou acabar me matando. Não tô aguentando mais. Faz três dias que eu tô com esse pensamento...” (Joana)

“Eu vou falar pra ela. Eu tenho que falar pra ela. Não tô suporto olhar na cara do rapaz. A minha vontade é sair e não voltar mais. Eu falei pra... eu pedi ajuda para meu tio, mas ele tem problemas no coração. Tenho medo de falar pra ele e acontecer alguma coisa com ele. Não dá vontade de voltar pra casa, eu saio e não tenho essa vontade. Mas tem meu bebê lá dentro, eu tenho que voltar pelo meu neném. Eu tô..., sabe?” (Joana)

“Tá demais. Eu não tô aguentando. Já fui internada no manicômio, quando eu tinha 20 anos. Horrível, mas eu sabia que lá não tinha perigo. Você toma o remédio certo, você dorme, tudo. Não toma chuva, você tem a comida certa. Mas eles judiam, não vou mentir pra você não. Mas dormindo lá, eu sei que eu vou sair desse risco. Eu quero ser internada. Eu falei pra (psicóloga do CREAS) que eu quero ser internada. Ela vai ajudar eu ser internada, porque eu não tô bem. O suicídio...”

Quando perguntado se Joana queria ser internada para evitar o suicídio, ela relatou que havia pedido ajuda para a psicóloga do CREAS.

“Pra que não aconteça, pra ela ajudar (a psicóloga do CREAS). Porque se eu ficar sozinha, eu vou fazer. Não estou aguentando mais. Tô com a cabeça quente, não estou legal. Quero ficar livre daquele homem, livre.” (Joana)

A partir do relato da experiência de Joana, pode-se compreender o desespero sentido e o desejo de fuga do abusador em toda sua magnitude, e seus sentimentos de impotência, desamparo e opressão. Com a falta de estabilidade financeira e o acesso à moradia, pode-se compreender que Joana buscava possibilidades de fuga da dor da violência, como a internação

e o suicídio. Assim, com a percepção de que o oposto da violência não irá se concretizar, a ideiação suicida se torna uma opção de fuga. Além do suicídio, Joana descreve o desejo de ser internada. Percebe-se que a estratégia de enfrentamento que achava possível incluía danos contra si mesma, ou seja, Joana não conseguia enxergar outras possibilidades. Mesmo causando danos contra si, Joana enxergava o alívio, já que assim conseguiria interromper um ciclo de violência.

Pode-se compreender que a falta de possibilidades de vida além da violência sofrida causa ideias suicidas, e a dor sentida é visível no relato de sua experiência. A partir do pedido de ajuda de Joana, a necessidade de apoio torna-se essenciais para que novas possibilidades de vida sejam consideradas e vistas como possíveis. Em relação a família, Joana apontava a mãe como porto-seguro, já que com a presença da mãe, a violência não acontecia. Mesmo assim, Joana não conseguia pedir ajuda para seu tio, com medo de prejudica-lo, aumentando cada vez mais seu isolamento na violência.

A experiência vivida das mulheres vítimas de violência conjugal é permeada pela incerteza de não saberem como e quando serão agredidas novamente. Com a violência sexual, as vítimas adotam uma atitude submissão, se sentindo sozinhas e magoadas “por se perceberem obrigadas a se submeterem a objeto sexual do outro” (Monteiro; Sousa, 2007, *apud* Ferraz, Labrocini, 2015, p. 847).

A partir disso, busca-se compreender o contexto de violência de Maria. Ela relata que a primeira violência sexual ocorreu com um namorado, resultando em uma gravidez, quando tinha dezoito anos.

“Eu tenho três filhos, e a minha primeira filha eu fui violentada, entendeu? Eu tava namorando, a nossa vida tava acontecendo, ele na minha casa todos os dias. E aí, teve um show, do tigrão, ele já ia jogando... a trinta e um anos atrás. Falou que a gente ia num show, eu fui. Ele me violentou pra caramba, me machucou, me violentou mesmo, entendeu? Eu não tinha... eu fiquei uns quinze dias sem poder andar. Ele me machucou toda por dentro, por baixo. Me machucou, entendeu?” (Maria)

“Minha irmã me pegou e levou eu... aí fez exame e descobri que eu tava grávida. Minha primeira filha. Aí ele correu atrás pra eu tirar. Eu falei: não vou tirar. Como eu vou tirar uma coisa que... sei que não era o que eu queria, mas eu trabalhava nessa época, tava com dezoito pra dezenove anos...”

“Não, ele (seu pai) não aceitou eu engravidar. Era uma vergonha pra ele. Meu pai era de Estação Dias, eu era caçula da minha mãe, ele não aceitou. Então, aquilo lá foi assim... foi um choque muito, entendeu? Você devia ver a situação que eu tava. Ele tinha que pegar eu pra tomar banho, tinha que pegar eu... me machucou muito por dentro, por fora. Eu não podia por... tinha que colocar lençol, não tinha como colocar calcinha. Aí depois... eu fui morar... fui pra vários... conheci meu marido. Ele jogou isso na minha cara, vira e mexe ele jogava isso na minha cara.” (Maria)

Nesse relato, pode-se compreender a dor da violência vivida na descrição do ato violento. Os efeitos dessa violência, no contexto familiar de Maria, se manifestaram na relação com seu pai, que não aceitou a gravidez da filha, e ambos ficaram nove meses sem conversar por esse motivo. Com isso, percebe-se que a condição de vítima da mulher não se finalizou na violência em si, mas a punição é contínua após a violência. Sousa (2017) demonstra esse fenômeno ao afirmar que as regras de conduta relacionadas ao gênero depositam na mulher “a responsabilidade sobre os atos de terceiros contra sua integridade sexual” (Sousa, 2017, p. 13), ou seja, a responsabilidade do estupro se torna da vítima, e não do abusador. Assim, a punição constante é vivida pela vítima em diversos contextos de sua vida.

A partir disso, Maria relatava a violência sofrida por 26 anos por seu ex-marido, que também citava e usava o primeiro estupro de Maria como uma forma de violência moral.

“Sim, ele jogava... falava assim... desculpa falar... “dava pra todo mundo, engravidou, não sabe quem é o pai da sua filha, pai do seu filho”. Eu fui mãe solteira, mas eu sabia quem que foi. Acho que ele não tinha que ficar trazendo isso. Ele queria fazer sexo de todo jeito. Ele achava que era obrigação dele. Ele achava que era obrigação eu fazer.”

“Quantas vezes eu entrava no quarto, ia no banheiro e chorava... Não queria. Falava, pelo amor de Deus, não deixa ele me engravidar. Eu engravidava, eu perdia... entendeu? Eu sofri muito. Esse meu último eu consegui segurar, eu ficava mais internada. Pra segurar a criança. Porque da minha filha, eles deixaram resto de placenta. Eu tive que fazer três curetagens. Duas com anestesia e uma com anestesia geral. Eu fui conhecer minha filha depois de dezoito dias, eu tive hemorragia, eu quase morri. Sabe, eu sofri muito. E depois eu ainda engravidei de um menino. Passou um ano, eu engravidei do meu filho. Mas... meu pai não deixou eu casar, com o pai do meu filho, naquela época. Ele vivia mexendo com droga e meu pai não aceitou. Então, quer dizer que eu não... eu fiquei noiva dele. Então quer dizer que eu não...

não era atoa. Mas o meu ex-marido só falava que eu era. Prostituta. O pessoal começou a falar, mandaram mensagem, falando que eu fazia programa [...] falei, não aguento mais.”

(Maria)

“No dia que eu conheci ele, eu trabalhava numa pensão [...] pegou na mão, deu uns beijinhos... eu falei, não quero essa cara não. O que eu fiz, o que ele fez... ele correu atrás de mim, me colocou num quartinho. Fiquei a noite toda, o dia inteiro. Ele falou, não vai sair daqui. Não tinha pra quem gritar. Eu falei, como eu vou sair desse...desse cara?” (Maria)

Pode-se compreender que, por ser uma violência silenciada dentro dos lares, a violência sexual conjugal é subnotificada, ou seja, os dados não condizem com a realidade. O contexto da violência conjugal diferencia-se das demais violências, já que a mulher é submetida aos contratos impostos pelo casamento (Fornari, 2014 *apud* Klanovicz, Perereira (2021)). Em muitos casos, a violência sexual dentro do casamento não é reconhecida como crime, contribuindo para o silenciamento da mulher. A interiorização de questões culturais e familiares provocam a crença de que sexo no casamento é obrigação, legitimando e naturalizando práticas sexuais violentas (Klanovicz; Perereira, 2021).

Dentro desse contexto, Maria compartilhou os diversos momentos de violência sexual realizados por seu ex-marido:

“Esse meu dente quebrado, era o murro que ele me dava na boca, e eu não podia falar pra ninguém que ia na minha casa. Aí ele falava assim “você fala pra [nome da filha], que você caiu da escada” Entendeu, eu sofri muito. Ele falava assim, desculpa falar... “eu quero por trás” [imita a forma como ele falava], e ele fazia as coisas por trás, com a mão na minha boca. Eu não podia mijar. Mijava na cama. Eu não podia sair do meu quarto. Eu sofri muito [...]. Então aquilo lá, vem tudo aquilo na minha cabeça. O Doutor falava “você sofreu, e você demorou...” porque eu não contava isso pra ninguém.” (Maria)

“(Hoje) eu aprendi a falar não. Achava que tinha que ser na hora. Às vezes, eu tava comendo. Parecia que eu tinha obrigação de fazer comendo...largava o prato de comida. Mas, eu achava que era minha obrigação [...] Ele falou, mulher dele, tem que fazer. Se eu não fizer aqui, procura na rua. Ele não queria saber se estava doendo, se não tava. Se estava machucando, se não tava. Ele queria fazer do outro jeito, o prazer dele.” (Maria)

“Não. Às vezes fazia chorando [...] fazia, aquele ódio... eu queria matar ele. Acho que Deus foi muito pra mim, segurava eu. A vontade era de matar ele. Quantas vezes, falava... “eu vou matar essa cara amanhã” [repete]... entendeu? (Maria)

“É, às vezes eu corria pro banheiro, falava que tava com dor. Às vezes eu caía... É, caía, que eu tava louca, caía... porque eu sabia que o negócio ia feder lá na minha casa. Porque ele não me deixava dormir. Não deixava eu dormir. Ai depois os outros iam na casa nossa, falavam “que coisa boa ver vocês dois tão bem” (Maria)

“Eu ia pra Pouso Alegre, porque ele fazia quimioterapia, eu ia dormia a semana inteira numa cadeira... entendeu? Lá no hospital, teve um dia que chegou uma enfermeira lá... desculpa falar... você acredita que ele pegou meu cabelo e tentou fazer comigo... no hospital... eu falei “você tá louco, tem gente aqui”. Ele tava na quimioterapia. Ele falava “se você não fizer aqui, vou falar o que você pode fazer”. Eu falava “você tá louco, estou aqui no hospital com você, passando humilhação aqui desse jeito aqui sentada dormindo... passando humilhação aqui, e você falando bobeira aí...” (Maria)

“Olha, não tenho coragem de falar, mas... ele fazia... o negócio dele era na boca, ele forçava. Eu ficava uma semana sem comer, não queria leite, não queria. Eu tinha nojo. Uma vez limpei com álcool [pausa]. Eu tinha nojo. Falava, Meu Deus, não me deixa passar por isso não. Eu já passei por tanta coisa, fui violentada. Só ele sabia o que eu senti de dor. Eu fiz tratamento, fui pra São Paulo, pra fazer tratamento... desculpa a palavra, eu falei assim, “acho que não tenho mais cu”. Eu tive que operar um pedaço porque ele tentou abrir com canivete, entendeu?”

“Ele achava que era obrigação, fazer tudo o que ele queria. Principalmente quando ele estava tonto, que era pior... às vezes tinha que largar tudo, ficar com ele... ainda apanhava, fazendo as coisas com ele, entendeu?... Enquanto não satisfazia ele... às vezes dormia em cima de mim... desmaiava, né, ficava tonto... em cima de mim. Eu tinha que ficar lá embaixo, sabe? Isso não é vida não... Não desejo isso pra pior inimigo. Não desejo isso pra ninguém não, sabe? Vou falar pra você, eu dou muito valor nessas mulheres de zona. Entre aspas, entendeu? Tem umas que fazem o que quer, mas tem umas que são obrigadas.” (Maria)

A partir do relato das experiências de Maria, compreende-se como a violência sexual estava interligada com a violência física e psicológica a partir de agressões extremamente violentas. Maria era constantemente violentada, não só em casa, mas em qualquer lugar que seu ex-marido desejasse. Seu corpo era considerado um objeto por seu agressor. Não haviam limites para a violência. Percebe-se que o estupro, interligado com outros tipos de violência, “representam um método de destruição do sujeito por meio da subalternização de seu corpo ao domínio e ao poder de um outro” (Campos, 2016, p. 7).

Dentro do contexto dessas violências interligadas, o desejo de causar danos ao agressor também é compreendido na fala de Maria, a partir do esgotamento de sua condição em um ciclo de violências constantes que a colocavam em uma posição desumana e degradante. Para fugir das tentativas de agressão sexual, Maria tentava se machucar propositalmente, evidenciando seu desespero sentido diante das experiências vividas.

Portanto, o ato sexual violento é movido por práticas de intimidação e dominação, ferindo a liberdade e autonomia das mulheres. A violência manifestada causa uma pluralidade de marcas visíveis e invisíveis, inscritas no corpo da mulher (Züwick, 2012, *apud* Klanovicz, Pereira, 2021).

No contexto da violência sexual conjugal, pode-se compreender, a partir da fala de Maria, “ele queria fazer sexo de todo jeito. Ele achava que era obrigação dele. Ele achava que era obrigação eu fazer”. Ao mesmo tempo, Maria também relata que “eu achava que era minha obrigação”, ou seja, dentro do casamento, a mulher se torna vítima dos contratos ditos e não ditos sobre o papel do homem e o papel da mulher na relação conjugal que são estabelecidos a partir da desigualdade de gênero. O processo de violência sexual é “caracterizado e legitimado a partir de comportamentos culturais e sociais preestabelecidos, que determinamos deveres conjugais da mulher diante do casamento” (Klanovicz, Pereira, 2021, p. 535). Essa legitimação da violência tem sua base no processo de dominação e subordinação caracterizados por relações de poder.

“Então, eu tinha que fazer coisas... que eu não queria. Muita coisa que... Eu tinha nojo. Olha, vou falar pra você, foi Deus... Ele falava, “você me ama?”. Eu falava não, tenho consideração. Eu perdi o amor, eu falei, nossa... eu lembro que falei, ele vai me fazer feliz, vai me assumir... não. Só porque ele fez uma casa pra mim? Quem trabalhava era eu, eu que sustentava ele.”

Compreende-se que o fenômeno da violência sexual dentro do casamento mostra-se em um processo contraditório, como afirmam Klanovicz & Perereira (2021). A violência conjugal está envolta pelo contexto da afetividade, diferentemente da violência realizada por atores desconhecidos. Os sentimentos de insegurança, dor, medo, decepção e vergonha sobressaem na relação, sobressaindo a confiança depositada na relação.

Quando foi abordado a duração da relação, Maria compartilhou que a relação havia durado por tanto tempo por medo das ameaças que seu ex-marido fazia.

“(Por) 26 anos. Medo de [guageja]... ameaçar, entendeu? Minha mãe e meu pai não podiam ir na minha casa. Ele não deixava ninguém ir na minha casa. (Maria)

Dentro desse contexto, Maria relata que ninguém sabia da violência que ela sofria.

“Ninguém sabia. Quando ele operou, ele não aceitou. O que eu apanhei. O que eu apanhei. Dentro da minha casa. Ele não tava saindo pro trabalho dele, e eu apanhava. O povo falava, quanta olheira... Olheira, sono, porque ele não me deixava dormir, ele me batia. Eu falava, o cara acabou de sair do hospital, operado, me batendo. E me batia. Eu apanhei muito. Eu apanhei muito mesmo.” (Maria)

“Eu apanhava. No quarto. Minha filha dormia no outro. Eu apanhava. Minha filha saía, falava “ué, mãe, o que é isso?”. Eu falava “não sei, bati ali”. Não bati nada, eu tinha apanhado mesmo. Quando ele quebrou minha boca, meu dente, ele falava, “fala que você caiu da escada” [repete], porque eu neguei pra ele... ele queria oral, e eu falei, “não, não, não, sai fora, minha boca não presta no lixo, não”, entendeu? Eu, caída na escada, quase desmaiada, com a boca toda arreventada, e ele...oral... é... ele pôs na minha boca. Aí depois... ele... [guagueja] ele sujou de sangue... dava tapa na minha cara e “vagabunda, olha o que você fez”. Então...” (Maria)

Pode-se perceber que, quando Maria negava o sexo, era agredida por seu ex-marido, em conjunto com a ameaça para não contar para a filha a violência sofrida. O estupro era acompanhado das violências físicas e psicológicas. Em muitos casos, a mulher se sente forçada a ceder para evitar crises violentas e a relação sexual forçada. Dessa forma, a recusa do ato sexual “desencadeia uma gama de pressões de caráter psicológico sobre a mulher” (Klanovicz, Pereira, 2021, p. 534).

A violência sexual possui diferentes expressões e são acompanhadas pela violência psicológica e física. Em frente à violência, mesmo participando da relação conjugal, a coerção, a força física e a ameaça impossibilitam que a mulher consiga reverter a situação de violência. Assim, ao recusar o ato sexual, as demais violências se tornam presentes. Esse tipo de violência acompanha um contrato estabelecido pelo casamento com obrigações conjugais camufladas (Mazoni *et al*, 2014, *apud* Klanovicz, Pereira, 2021).

A partir disso, pode-se compreender por meio de seu relato que Maria também era vítima do silenciamento por coerção. Esse processo estava interligado a violência doméstica nas atitudes e nas falas de seu ex-marido. Esse momento se caracteriza pela violência que oprime, na qual a vítima é refém do ato violento que, em sua condição de violentador, utiliza de arma o conhecimento de que não terá ninguém próximo, já que pertence à configuração familiar e de sua condição de chefe (Castro, 2021).

“Os outros perguntavam, “está bem?”, bem o que... só eu sabia o que eu passava dentro da minha casa. Não podia ver ninguém. Ele ameaçava minha filha, entendeu?” (Maria)

“Esse meu dente quebrado, era o murro que ele me dava na boca, e eu não podia falar pra ninguém que ia na minha casa. Aí ele falava assim “você fala pra [nome da filha], que você caiu da escada” (Maria)

“O Doutor falava “você sofreu, e você demorou...” porque eu não contava isso pra ninguém.” (Maria)

Maria era constantemente ameaçada para não revelar para ninguém os abusos que estava sofrendo. Ela tinha que mentir para sua filha – sob ameaça de seu agressor – dizendo que ela tinha se machucado, quando na verdade, o ex-marido a tinha agredido. Esse processo de silenciamento isola a vítima cada vez mais, e esse isolamento pode ser sentido no relato do vivido de Maria.

Portanto, Maria vivenciou um ciclo de violências que abrangia os quatro tipos de violência doméstica. Por 26 anos, Maria foi vítima constante da agressão e violência de seu ex-marido, e era silenciada por ele ao ponto de Maria não conseguir compartilhar o que estava vivendo com ninguém. Dessa forma, o silenciamento pela coerção estava interligado com outros âmbitos da violência que Maria vivia.

“Muita, era muita coisa. Eu calada não podia falar pra ninguém...entendeu? Foram quatro tentativas de suicídio... por causa dele, entendeu? Eu entrei na depressão, eu fiquei quinze dias internada... a minha vontade era pegar ele. Acho que meu anjo da guarda não deixaram, sabe? Me segurava. Minha vontade era pegar faca e enfiar nele [...] eu usei fralda, eu fiquei amarrada. No comecinho da depressão, ele falava pro meu pai “tá ficando louca [nome do pai]”. Meu pai falava “tem que ficar mesmo, pra aguentar você” [...] “não pode nem tomar banho direito, você fica chamando ela” [...] Ele ficava doente, quem cuidava dele era eu. Eu ficava doente, ele dizia que não tava nem aí comigo, falava que era mentira, entendeu? Ele falava pra todo mundo “acho que ela tá com AIDS” [...] Eu fiz exame, mostrei pra ele... “eu tô limpa. Não tenho doença nenhuma. Você que tá podre, tá com câncer, tá fodido, tá podre”...sabe, então? É muita coisa...” (Maria)

Além do silenciamento por coerção, pode-se compreender que a violência moral de Maria estava relacionada ao fato de que seu ex-marido constantemente a chamava de “prostituta”; “puta”; dizia para as pessoas que ela “fazia programa” a ponto de Maria receber mensagens sobre isso e acusava de estar com alguma doença sexualmente transmissível quando, na verdade, ele estava. Dentro desse contexto, Maria compartilha mais detalhes de sua experiência vivida.

“Ele vinha para Itajubá, quando ele voltava, ele olhava... ele falava assim “deixa eu ver, vai no médico, pede um exame pra ver se não tá com doença”. Eu falava, “olha aqui, você tá pensando que eu sou prostituta?” Acho que nem prostituta fazia isso. Ele falava “não, você vai fazer o que eu quero”. Ele fazia, eu era forçada a fazer tudo o que ele queria... entendeu? Ele chegou a pegar gonorreia. Ele falava que eu que peguei. Eu falava, “como que eu peguei? O único homem que...”. Ele falava, “é nada, você é puta, quando eu tô fora de Itajubá, você está aí, dando” [...] Ele era sem vergonha.” (Maria)

Pode-se concluir, a partir da compreensão do relato de Maria, que, além da violência sexual, ela também era vítima da violência física, psicológica e moral. Com a constante agressão física e verbal de seu ex-marido e o silenciamento pela coerção, a violência psicológica se enquadra em qualquer dano emocional e diminuição da autoestima, o que acontecia constantemente com Maria, já que seu marido a rebaixava de forma contínua em diversos contextos, a chamava constantemente de “prostituta” e “puta”, não só para ela, mas para outras

peessoas, o que abrange a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

“Olha, eu não podia pintar meu cabelo, pintar meu esmalte e ele falava “ai, que fedor, tem coisa...”. Eu tinha acabado de limpar a casa, ele sujava. Quando alguém falava, “eu vou ir na sua casa te visitar”, ele deixava a pessoa entrar, mas depois ele falava “você só anda com puta, hein” (Maria)

“Eu não podia ter ninguém. Nem meus pais podiam ir na minha casa. Se punha, ele ia... eu tinha que dar atenção pra ele, não para os meus pais, entendeu? Às vezes, pra minha filha. Ele falava, “ah, tá arrumando macho pra sua filha, né?”. Ele só me baixava, me rebaixava. Tanto que minha família quase não ia lá. Para os outros, ele era um santo, sabe...” (Maria)

“E ele quer que eu volte. A raiva dele é que ele achou que eu ia separar dele, vai fazer três anos... que eu ia separar dele e ia voltar. Ele falou pra mim. Ele falou... é... ele me bateu na rua, ele me machucou pra caramba, minha filha que me socorreu. Ele falou “você e sua filha, vocês vão morar... vão ficar se prostituindo na rodovia” (Maria)

Pode-se compreender que o ex-marido de Maria constantemente a humilhava e a isolava de sua família e de seus amigos. Suas palavras agressivas minavam qualquer atitude que Maria realizava, desde pintar suas unhas, encontrar com suas amigas e receber amigos e família em sua casa. Em todos esses aspectos, a violência moral e psicológica de seu ex-marido se manifestava. Seus xingamentos constantes, que envolviam as palavras “prostituta” e “puta” eram frequentes e relacionados ao abuso sexual. Diante disso, Lima e Boeira (2019) apontam que, nos discursos dos homens abusadores, há um discurso comum com mulheres que eles enxergam como “prostitutas”:

Nas entrelinhas dessa afirmação está o entendimento do próprio ato como função contra os costumes morais. Segundo Segato (2016), o violador é o sujeito mais moral de todos. No seu ato de violação está moralizando a vítima, por crer que a mulher merece isso. A “reparação” masculina é veiculada pela apropriação do corpo da mulher (MACHADO, 2000); (SEGATO, 2016) *apud* (LIMA & BOEIRA, 2019, p. 132).

Diante desse fenômeno, compreende-se que na relação vivenciada entre as mulheres vítimas de violência conjugal e seus companheiros, existe uma “complexa trama existencial absolutamente conflituosa” (FERRAZ & LABRONICI, 2015, p. 845). Nela, o agressor utiliza

uma linguagem degradante e ofensiva para atingir os corpos femininos intencionalmente, no sentido de distorcer sua imagem corporal, o que reduz sua capacidade de enfrentamento.

Maria também relata que o fato de seu ex-marido a ter agredido na rua foi o motivo da separação. Porém, compartilha que as violências não se interromperam com o fim do casamento.

“Ele me bater na rua. Falei, agora vou criar vergonha na cara, agora eu largo. 03 de julho. Quando meu pai tinha feito 9 meses, que tinha falecido... Ele estava me matando na rua. Eu gritei socorro, socorro, pro irmão dele, que morava na frente. Minha filha escutou. Estava quase morta já. Já tinha me machucado. Chamaram os vizinhos, chamaram a polícia. Minha filha avançou nele, entendeu” (Maria)

“O que eu fiz, eu entrei numa depressão, entendeu? Fui morar com minha mãe, depois que ele me bateu, fui morar com minha mãe, com minha filha. O filho dele pegou minhas coisas. Minhas coisas não... Eu saí com minha roupa do corpo. Eu saí com minha roupa do corpo, não sai com nada. Minha filha pegou as coisas dela. Quando fez um mês, ele... me encontrou, ele pôs não sei o que na minha bebida, eu fiquei...droga... eu fiquei drogada. Depois, nós fomos descobrir, que ele pôs remédio na bebida, no café. Fazia um mês. Ele falou, onde ele me ver, ele vai me bater.” (Maria)

Ludermir & Souza (2021) apontam que, muitas vezes, quando a mulher decide interromper a violência por meio da separação, denúncia ou medidas protetivas, ela fica exposta à uma violência ainda mais severa de ex-parceiros que sabem exatamente onde elas moram. Mesmo sem as medidas protetivas, este é o contexto da violência de Maria após a separação, na qual seu ex-marido tentou droga-la e violenta-la. Assim, isso também proporciona o medo nas vítimas em enfrentar o agressor e denunciar sua agressão de alguma forma. Dessa forma, as autoras apontam a ineficácia de muitas medidas protetivas e criticam a conformidade social apresentada diante as violências sofridas pelas mulheres.

Maria relata que, além da agressão física após a separação, as tentativas da violência sexual continuaram. Nessa violência, seu ex-marido foi condenado à prisão domiciliar.

“Forçou duas vezes. Eu chutei ele, entendeu? Uma vez foi quando não sei o que ele pôs, ele deixou droga. Aí... na hora que vieram me acordar, eu estava no portão da casa dele,

aberto... não sabia onde eu estava... na rua pelada. Os vizinhos... me ajudaram. Eu estava sentada no portão da casa. Todo mundo notou. Eu estava drogada. A vizinha viu ele me pondo carregada dentro da casa dele, ela viu a hora que ele me chutou... porque isso aqui ficou roxo, sabe? Me machucou, deu uma bicuda em mim, ele é forte. Ela viu, filmou, filmou não sei... eu sei que ela foi na delegacia e falou isso. Ele pegou 1 ano e 2 meses de cadeia. Dentro de casa. Ele tem câncer, ele precisa de oxigênio. Aí, ele ficou 1 ano e 2 meses, preso”
(Maria)

Por fim, a análise dessa categoria temática é concluída com o relato de Maria.

“O pior... é ficar falando “ah, você queria”, “porque você não largou antes?” Mas ninguém sabe o porquê eu não larguei antes. Minha vontade era sumir. Mas se eu sumir, minha filha tava lá dentro. Não pensei em mim, pensei na minha filha, na minha mãe, no meu filho, e qual seria a reação dele com isso. Então, por isso sofri muita coisa calada. Por causa dos outros. Meus filhos. Minha mãe, meu pai. Porque eu sabia que ele iria... fazer um inferno.”
(Maria)

Por fim, compreende-se que a permanência com o parceiro após a agressão manifesta-se entre a maioria das mulheres, porque a capacidade de negociação de mudanças relacionadas ao enfrentamento da situação é atravessada pela percepção de serem incapazes, inferiores, desvalorizadas e desamparadas em relação ao outro (Ferraz, Labrocini, 2015). Além disso, pode-se perceber como as marcas visíveis e invisíveis da violência doméstica dificultam o enfrentamento da vítima frente a violência; devido a isso, o ciclo de violência de Maria durou vinte e seis anos.

Dessa forma, na categoria a seguir, será apresentado a análise compreensiva do mundo após o abuso a partir das experiências de Joana e Maria.

3.3 A vida da mulher após o abuso

Nesta última categoria temática, busca-se compreender os sentidos de Maria e Joana após o abuso, interligando as convergências e divergências percebidas no relato de ambas. A partir das análises realizadas, compreende-se que Maria não estava sendo vítima de violência doméstica no momento da pesquisa, já que havia se separado seu ex-marido a três anos. Porém,

Joana estava vivenciando a violência doméstica, sexual e patrimonial no momento da entrevista. Sendo assim, a percepção de ambas do futuro e do momento presente apresenta divergências.

No contexto de Maria, após a separação, compreende-se que ela ainda não se sente livre do ciclo de violência vivido.

“Mais ou menos, eu ainda tenho medo de encontrar ele na rua, entendeu? Ainda tenho medo de encontrar com ele. Morro de medo.” (Maria)

“Olha, eu... eu morro de medo de passar por isso. Eu tenho um namorado, eu não tenho confiança. Ele fala “eu tô com você”, mas eu não... tenho medo.” (Maria)

“Tenho medo de passar pelas mesmas coisas. Tenho medo de ser traída... de ser humilhada. Ele falou assim, ‘não amor, não tem nada disso não. Na hora que você quiser a gente faz’.” (Maria)

Pode-se compreender que, mesmo dentro de novo relacionamento, que não era marcado pela violência, as marcas da violência vivida ainda eram sentidas por ela. É possível compreender o medo de que a mesma coisa aconteça novamente. Dessa forma, “a visão do futuro se traduziria como algo comprovadamente incerto, imprevisível, inseguro e perigoso, sensações que suscitam a pergunta do porquê investir ou se envolver, pois a ameaça traumática estaria ainda viva na lembrança e no comportamento” (Waldo Filho, Sougey, 2001, *apud* Freitas, Farinelli, 2016).

“Ele me abraça, fala ‘não quero você só pra sexo não’. Fica abraçado, coça minhas costas... coisa que eu... em 26 anos eu não tive, eu tô tendo. Eu tô velha, ele tem 43. Ele fala, a idade não importa nada. Ele fala, você faz tudo por mim. Você lava, cozinha, preocupa...” (Maria)

“Eu brinco tudo, lá, mas... eu lembro, acho que é isso que.... Eu deito e falo, pronto, vou dormir... Vem aquilo lá. Acordo estressada, vem aquelas palavras que ele me falava, sabe... de baixo calão. Eles falam “você tá azeda”, eu falo “não tô não” [...] Eu fazia bolo pra vender, bolo de salgado, coxinha... eu punha numa caixa no corpo, e saia vendendo na rua. Eu não tenho vergonha de nada. Eles falam ‘Cadê [nome dela], que era divertida?’; ‘você chega, e fica lá no quarto’, ‘nem cozinhar tem vontade’” (Maria)

“Tô. Tô (machucada). Falei pra ela, acho que não tenho mais lágrima pra chorar. Chorei muito. Então, tem hora que, sabe, dá um aperto. Que que eu faço, pra não descontar em ninguém, desconto em mim mesma.” (Maria)

“Então... eu sofri muito, é muita coisa, sabe. Tem hora que eu fico... Eu tenho medo de passar por tudo de novo. Tem hora que eu penso: nossa, consegui separar. Eu fico, porque eu não separei antes. Eu tinha medo.” (Maria)

Quando foi abordado como ela enxergava os homens na sociedade, a partir da violência sofrida, Maria relatou:

“Olha, eu vou ser sincera com você. Eu tenho um pé atrás. Eu não confio. O [nome do namorado], a gente briga, eu enfrento. Eu acho que eu aprendi... a enfrentar. Me rebaixei tanto, tanto, que agora eu acho que tenho que...Então, eu acho que... antes, eu tinha medo. Pedia pra fazer, tem que fazer. Aquele medo, sabe? Agora, ele fala “dá um beijo”, eu falo “que beijo o quê, sai fora”. Eu aprendi a falar não.” (Maria)

A partir disso, pode-se compreender que o mundo após o abuso de Maria, que vivenciou a violência doméstica no âmbito sexual, moral e psicológica por vinte e seis anos, ainda representava a dor da violência sofrida, em diversas áreas de sua vida. Maria vive um medo constante de encontrar com seu ex-marido na rua, ao mesmo tempo que vive com medo de viver as mesmas coisas que experienciou com ele com outras pessoas, como seu namorado. Em seu novo relacionamento, compreende-se que Maria consegue dizer não, já que antes achava que era obrigada a fazer o que o agressor queria.

Além disso, pode-se compreender o alívio de Maria por ter conseguido sair de um longo ciclo de violência, ao mesmo tempo que demonstra um arrependimento por não ter se separado antes. Ainda sim, Maria consegue avaliar suas escolhas na perspectiva do medo das ameaças do ex-marido, e como a violência conjugal e todo o isolamento vivenciado dificulta as chances de enfrentamento. Por fim, compreende-se que Maria acredita na saída do ciclo de violência, apesar de toda dor sofrida.

No contexto de Joana, compreende-se que a percepção das possibilidades de vida além a do abuso não era sentida, já que Joana estava vivenciando a violência doméstica, sexual e patrimonial naquele momento. Dessa forma, seu maior desejo era o de se livrar do seu ciclo violento, o que incluía danos a si mesma, como o suicídio e a internação. Durante seu relato, pode-se perceber que essas eram as únicas opções consideradas naquele momento. Ao mesmo

tempo, Joana demonstrou o desejo de pedir ajuda para a psicóloga do CREAS, para conseguir ter um acesso a moradia que não pertencesse ao seu agressor.

*“Eu não tô aguentando mais, eu quero mudar, quero viver minha vida, quero ficar sozinha...
minha mãe junto comigo, meus filhos. Só. Sem ele por perto.” (Joana)*

“E eu quero paz.” (Joana)

Dessa forma, compreende-se que a violência doméstica expõe a mulher a diversos problemas físicos e consequências de ordem psicológica e social. Elas podem carregar a sentido “constante de que, haja o que houver, sempre serão sujas, indignas e depreciáveis pela situação que vivenciaram” (Freitas e Farinelli, 2016, p. 285). Além disso, a violência sexual está associada a quadros clínicos de ansiedade e depressão que podem ser vivenciados pelas mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e constituem um forte fator de risco que pode comprometer em diferentes níveis sua saúde mental (Ferraz, Labronici, 2015).

Dessa forma, surge a urgência do desenvolvimento de ações expressivas relacionadas ao cuidado e apoio para Joana, para que o sentido de novas possibilidades de vida se torne possível. É necessária a existência e ampliação de uma rede articulada de serviços que envolva a polícia, o poder judiciário, a assistência psicossocial e os serviços de saúde (Ferraz, Labronici, 2015), com profissionais que se mostrem disponíveis para apoiar, acolher e realizar encaminhamentos necessários às mulheres vítimas, para que suas potencialidades sejam desenvolvidas, além da violência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória de compreender a vivência de mulheres vítimas de estupro à luz da fenomenologia existencial humanista, buscou-se olhar além da invisibilidade da mulher violentada, conhecendo seu mundo subjetivo.

A partir disso, compreende-se que, Maria e Joana eram vítimas de violência doméstica. A violência doméstica abrange a violência física, a violência sexual, a violência moral, a violência psicológica e a violência patrimonial. Na descrição dos relatos das colaboradoras, vê-se que Maria sofreu a violência física, sexual, moral e psicológica, enquanto Joana estava sofrendo, no momento da pesquisa, a violência sexual interligada com a violência patrimonial e psicológica.

Ambas relataram o sentido vivido da violência sexual, relatando sentimentos convergentes diante do estupro: as duas mulheres se viam na condição de objeto e de propriedade, em uma condição desumana e degradante. Maria e Joana relataram o sentimento de se sentirem sem valor diante do ciclo violento. Pode-se perceber o sentido da falta de pertencimento do próprio corpo, relacionada com o abuso e autoridade do homem.

O “não” de ambas era negado e as marcas visíveis e invisíveis desta violência pode ser compreendido a partir dos relatos de ambas. Dessa forma, a violência sexual nas relações conjugais expressou a dominação do corpo da mulher, “transformando-o em objeto sensível, o tocar, o violentar transfigura e transforma, limita a autonomia, o poder de decisão, a condição de escolha entre o sim e o não. A privação da liberdade manifesta-se na invasão e sujeição” (Klanovicz, Pereira, 2021, 538).

Dessa forma, os corpos femininos se transformam em corpos subjugados. O acesso ao corpo da mulher era entendido como direito masculino, pelo lugar que esse exercia ou buscava reforçar constantemente sobre as colaboradoras. Sendo assim, no ciclo de violência, as mulheres deveriam manter-se em estado de submissão, reforçando os lugares socialmente construídos para os papéis sexualmente demarcados (March, 2017).

Pode-se compreender, a partir do relato de Maria e Joana, que o desejo de posse do corpo feminino sempre se sobrepõe as vontades da mulher, ou seja, o estupro se estabelece como mais do que um desejo sexual, sendo um desejo de controle social, de submissão de um corpo e do estreitamento do poder de decisão das vítimas. O estupro representa a imposição do controle e poder sobre o corpo, considerado fraco, e que sempre deveria estar disponível às vontades dos agressores. Dessa forma, percebe-se que “[...] o estupro é o ato de posse, exercício de uma ascendência, marca de um poder” (Vigarello, 1998, p. 55).

Dentro da violência conjugal, ambas relatavam a dificuldade de enfrentamento, condição comum dentro desse âmbito de violência, já que a violência sexual possui diferentes expressões e são acompanhadas pela violência psicológica e física. Em frente à violência, mesmo participando da relação conjugal, a coerção, a força física e a ameaça impossibilitam que a mulher consiga reverter a situação de violência. Assim, ao recusar o ato sexual, as demais violências se tornam presentes. Esse tipo de violência acompanha um contrato estabelecido pelo casamento, no caso de Maria, e namoro, no caso de Joana, com obrigações conjugais camufladas.

Outro ponto convergente entre ambas foi compreendido: Maria e Joana, ambas vítimas da violência doméstica e conjugal, não denunciaram o agressor por nenhuma violência vivida. Esse silêncio poderia ter sido motivado pelo medo da reprovação social, a dificuldade em comprovar a ocorrência do crime, a ausência de conhecimento sobre a legislação, a ausência de condições da vítima entender a gravidade do estupro, a crença de que a vítima poderia ser considerada culpada pelas ações do homem e os impedimentos sobre falar da violência diante autoridades policiais, ou até mesmo a vergonha de ser submetida a alguma investigação para comprovação da materialidade do crime (March, 2017).

Esse fenômeno está relacionado com a cultura do estupro. Percebe-se que o estupro possui uma natureza utilitarista, funcionando como punição às mulheres para moldar padrões comportamentais. A punição às vítimas não se finaliza no ato violento, mas continua em sua condição de vítima. Em jogos discursivos sociais e no interior dos tribunais, ocorre a tentativa de transformar o abusador em vítima. Assim, a mulher, vítima de estupro, é reconstruída como o objeto central dos olhares punitivos com a desconfiança de seu consentimento, normalmente por estar “fora do lugar” (Ross Harrison, 1992, *apud* March, 2017).

Dessa forma, para as mulheres, a violação do próprio corpo provoca o sentimento de vergonha e martírio, projetando nelas o medo de não serem consideradas vítimas do ato violento (March, 2017). “A pessoa atingida não é capaz de acusar, pois parece, ela própria, contaminada. Raridade das queixas, raridade das penas, a vítima é encerrada no impudor que desejava denunciar. A violência sofrida continua sendo uma violência ocultada” (Vigarello, 1998, p. 36).

Em relação às divergências observadas no relato de Maria e Joana, pode-se compreender que, enquanto Joana estava sendo vítima de estupro no momento da entrevista, Maria relatava suas experiências vividas dentro da violência a partir de seu passado, seu casamento de vinte e seis anos. Além disso, em relação a violência sexual sofrida, Maria foi vítima de mais de um homem, enquanto Joana era vítima do mesmo homem em um ciclo violento de relacionamento com termos e reatos, todos violentos. Em relação ao mundo da mulher após a violência,

percebe-se que Maria conseguia enxergar novas possibilidades de vida além do ciclo violento, enquanto Joana, por estar sendo vítima, não conseguia enxergar outras opções de enfrentamento e fuga além do suicídio e da internação.

Sendo assim, pode-se compreender que o estupro nas relações conjugais desperta alarde como problema de saúde pública (Raimond, 2015 *apud* Klanovicz, Pereira, 2021). O contexto familiar é entendido como campo propício para a reprodução e perpetuação do estupro, conforme o caráter privado das relações intrafamiliares e de construções socioculturais amplas e históricas. Essa circunstância legitima a violência, causando subnotificações de dados sobre a violência sexual já que dificulta as denúncias, tornando a violência presente no convívio entre homens e mulheres (Teles et al, 2003, *apud* Klanovicz, Pereira, 2021).

Os corpos das mulheres, ao coexistirem com seus agressores, são atravessados pela história vivida por ambos no momento em que são submetidos “à pior degradação ontológica que o corpo feminino pode ser sujeitado: a violência sexual associada à psicológica e à moral” (Ferraz, Labronici, 2015, p. 846).

Portanto, conclui-se que “o atendimento psicossocial a essas mulheres possui características próprias e demanda que os profissionais tenham formação continuada e específica, para que possam atuar e intervir na perspectiva de fortalecimento da mulher, ajudando a enfrentar os conflitos e os problemas inerentes à violência sexual sofrida” (Freitas, Farinelli, 2016, p. 290). Ao mesmo tempo, é evidenciado a urgência de cuidado e atenção aos discursos construídos socialmente que são internalizados por homens desde a infância, e que são usados no contexto de violência e abuso sexual contra mulheres e meninas.

O papel da Psicologia no cuidado das vítimas de violência sexual se torna essencial, visando o desenvolvimento das potencialidades das vítimas em uma rede articulada de cuidado. Nessa perspectiva, encerramos nossa análise esperando que pesquisas futuras relacionadas a violência de gênero sejam realizadas, para ampliar as possibilidades de compreensão sobre um fenômeno atravessado por tanta complexidade.

Para concluir minha trajetória enquanto autora, reforço minha transformação e a confiança em minha decisão de continuar com o tema apesar de todos os obstáculos vivenciados. Me vejo outra profissional e mulher, com mais segurança para entrar em contato com meus medos, e mais coragem para continuar entrando em contato com o não dito, e o que é naturalizado e tratado com conformidade. Me entrego para a Psicologia com uma responsabilidade social, e entendo a necessidade de continuar, apesar das dificuldades que fazem parte do processo, a nunca desistir de entrar em contato com o que me move, o que me

afeta e o que me causa indignação. Assim, com a realização e finalização deste trabalho, compreendo em mim o sentido da minha escolha e entrega para a Psicologia.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Fórum de Segurança Pública**, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

AMATUZZI, M. M. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 13, n.1, p. 5-10, 1996.

AMATUZZI, M. M. Pesquisa Fenomenológica em Psicologia. In: BRUNS, M, A, T. & HOLANDA, A. F. (Orgs.), **Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2011. p. 17-28.

AMATUZZI, M. M. Psicologia Fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. **Estudos de Psicologia**: Campinas, v. 26, n. 1, p. 93-100, jan/mar, 2009.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BOAVENTURA, S. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BORGES, L. *et al.* Abordagens de Gênero e Sexualidade na Psicologia: Revendo Conceitos, Repensando Práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n.3, p. 730-745, 2013.

BRASIL. Dados Nacionais de Segurança Pública. Mulheres e Segurança Pública. Estatísticas Criminais [Brasília]: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 28 mar. 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWUwOWJhYmYtZjAzNi00ZmRkLWJlZmMtODQ3NjdlZmZjNTZlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em 05 de junho de 2024.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p.1, 10 de agosto de 2009.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340/2006, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 8 de agosto de 2006.

BRUNS, M. A. T. A redução fenomenológica em Husserl e a possibilidade de superar impasses da dicotomia subjetividade-objetividade. In: BRUNS, M, A, T. & HOLANDA, A. F. (Orgs.), **Psicologia e Fenomenologia**: reflexões e perspectivas. Campinas: Alínea, 2011. p. 80-95.

BRUNS, M. A. T; TRINDADE, E. Metodologia Fenomenológica: A Contribuição da Ontologia-Hermenêutica de Martin Heidegger. In: BRUNS, M, A, T. & HOLANDA, A. F. (Orgs.), **Psicologia e Fenomenologia**: reflexões e perspectivas. Campinas: Alínea, 2011. p. 96-116.

CAMPOS, A. A. A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá: UEM, n. 183, 2016.

CASTRO, E. H. B. **Violência sexual contra a mulher**: diálogo fenomenológico. *Quaderns de Psicologia*, v. 23, n. 1, 2021.

CURADO, J. C; JACÓ-VILELA, A. M. Estudos de Gênero na Psicologia (1980-2016): aproximações e distanciamentos. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 41, p. 1-16, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.

CRUZ, M. A. B. C. Corporeidade e relações de gênero: por uma teoria corporal da ação social e individual. **Revista Equador** (UFPI), v.2, n. 2, p.100-115, 2013.

MARCH, K. C. Corpos subjugados: estupro como problemática histórica. **Oficina do Historiador**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 97–116, 2018. DOI: 10.15448/2178-3748.2017.1.26768. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/26768>. Acesso em: 30 de setembro de 2024.

DUCA, M. Em palestra-performance, Grada Kilomba desfaz a ideia de conhecimento “universal”. **3º Mostra Internacional de Teatro de São Paulo (MITsp)**, 25 de fevereiro, 2016. Disponível em: <https://mitsp.org/2016/em-palestra-performance-grada-kilomba-desfaz-a-ideia-de-conhecimento-universal/>. Acesso em junho de 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Em Questão: Evidências para políticas públicas. Dados sobre Estupro no Brasil. IPEA, 2023.

FERNANDA Montenegro completa 80 anos e fala de seus planos. Produção do Jornal GloboNews. [S. I.]. 2009, 23 min, son., color. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/fernanda-montenegro-completa-80-anos-e-fala-de-seus-planos/1143089/>. Acesso em 02/01/2021.

FERRAZ, M. I. R.; LABRONICI, L. M. Fragmentos de corporeidades femininas vítimas de violência conjugal: uma aproximação fenomenológica. **Texto Contexto Enfermagem**: Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 842-849, 2015.

FERREIRA, H. *et al.* Elucidando a Prevalência de Estupro no Brasil a Partir de Diferentes Bases de Dados. Brasília: IPEA, 2023. (Texto para Discussão. n. 1.)

FERREIRA, H. *et al.* **Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados**. Brasília, DF: IPEA, 2023. (Texto para discussão, n. 2880).

FORGHIERI, Y. C. **Psicologia fenomenológica: fundamentos, métodos e pesquisa.** São Paulo: Pioneira, 1993.

FREITAS, M. L.; FARINELLI, C. A. As consequências psicossociais da violência sexual. **Revista Em Pauta:** Rio de Janeiro, v. 14, n. 37, p. 270-295, 2016.

GIL, A. C. O projeto na pesquisa fenomenológica. **Anais IV do Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos.** Rio Claro: UNESP, 2010.

GIORGI, A. & SOUSA, D. **Método Fenomenológico de Investigação em Psicologia.** Lisboa, Portugal: Fim de século edições; Unipessoal Ltda, 2010.

KILOMBA, G. **Descolonizando o conhecimento:** uma palestra-performance de Grada Kilomba. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/23391789/Tradu%C3%A7%C3%A3o_para_o_Portugu%C3%AAs_de_DESCOLONIZANDO_O_CONHECIMENTO_Uma_Palestra-Performance_de_Grada_Kilomba. Acesso em junho de 2020.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLANOVICZ, L. R. F; PEREIRA, C. A. T. **Violência sexual conjugal:** gênero e transgeracionalidade em histórias orais no sul do Brasil. *Revista NAU Social*, v. 12, n. 22, p. 525-543, 2021.

LABRONICI, L. M.; FEGADOLI, D; CORREA, M. E. Significado da violência sexual na manifestação da corporeidade: um estudo fenomenológico. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 2, p. 401-406, 2010.

LARAIA, R. B. Antecedentes históricos do conceito de cultura. In: **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001. p. 25-30.

LIMA, L; BOEIRA, L. S. **Direitos humanos, gênero e patriarcado:** o estupro como ato-violação. *Periódicus: Bahia*, v. 2, n. 11, p. 126-141, 2019.

LUDERMIR, R; SOUZA, F. Moradia, patrimônio e sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contextos de violência doméstica contra a mulher. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**: Recife, v. 23, 2021.

NOGUEIRA, C. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, p. 137-153, março/2001.

MELO, I. C. **Educar sobre o estupro, educar sobre a diferença**: a redefinição do estupro e a reivindicação de não violência na apropriação e construção do conceito cultura do estupro. 2019. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Juiz de Fora, 2019.

MORAWSKI, J. G. Toward the Unimagined: Feminism and Epistemology in Psychology. In: HARE-MUSTIN, R. MARECK, J. **Making difference**: psychology and the construction of gender. New Hawn, CT: Yale University Press, 1990, p. 150-182.

MOREIRA, D. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS.

Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2011.

MARRA, M. N; COSTA, L, F. Caracterização do abuso sexual em clientela do CREAS. **Revista Subjetividades**. Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 105-116, 2016.

NASCIMENTO, A. L. T. **Cultura do estupro e a culpabilização da vítima ou o arquétipo da Condessa Szemioth**. Dissertação na Área de Especialização em Ciências Jurídico Criminais. Coimbra, 2017.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada**: Ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 2007.

SARDENBERG, C. **Estudos feministas**: um esboço crítico. In: AMARAL, C. C.G. (Org.) Teoria e práxis dos enfoques de gênero. Salvador: Redor/Fortaleza, NEGIF/UFC, 2004. 160p.

SARDENBERG, C. M. B. A Igualdade Racial na Perspectiva da Interseccionalidade de Gênero, Raça e Etnia. In: COSTA, A. A.; RODRIGUES, A. T.; VANIN, I.M. (org.) **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/UFBA, 2008, p. 75-88.

SARDENBERG, C. M. B; MACEDO, M. S. Relações de Gênero: Uma Breve Introdução ao Tema: In: COSTA, A. A.; RODRIGUES, A. T.; VANIN, I.M. (org.) **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/UFBA, 2008, p. 17-32.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

SINESP, Dicionário de Dados. S/d. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMGxNjIhMGEtMjkzNS00NjVjLTkwNzAtNjE0ODkzNGMwNTk5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em 05 de junho de 2024.

SOUZA, J. L. C. BRITO, D. C.; BARP, W. J. Violência doméstica: reflexos das ordenações Filipinas na cultura das relações conjugais no Brasil. **Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política**. São Carlos, v.18 (1), p. 61-82, 2009.

SOUZA, F. B. C. *et al.* Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual. **Reprodução e Climatério**: São Paulo, v. 27, n. 3, p. 98-103, 2013.

SOUZA, R. F. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, 2017.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

VIGARELLO, G. **História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ROSOSTOLATO, B. Reflexões acadêmicas sobre o estupro marital através da historicidade da violência sexual e de gênero. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana: Vitória**, v. 28, n. 1, p. 69-76, 2017.

YAMAMOTO, O. H. 50 Anos de Profissão: Responsabilidade Social ou Projeto Ético-Político? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. especial, p. 6-17, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

1ª entrevista – 01 de outubro de 2020

Maria (nome fictício), sexo feminino, 51 anos

Após a realização do *rapport* informal, a pesquisadora iniciou o *rapport* formal, enfatizando o sigilo e todas as informações sobre a pesquisa e seus objetivos. A participante aceitou a gravação da entrevista. A entrevista teve duração de 54 minutos e 27 segundos, com início às 17h.

Após o enquadramento, a entrevista se iniciou com a pergunta norteadora.

Pesquisadora: Como você se sentiu, enquanto mulher, no momento em que você foi forçada a ter relações sexuais?

Maria: Muito baixa. Eu achava que... desculpa falar...

Pesquisadora: Você está livre...

Maria: Prostituta... Não precisava passar por isso. Porque ele me xingava, me falava que eu era a mulher mais baixa, entendeu? Mais... Ele falou que eu era só... que eu era objeto. Quando eu *tava* lá, ele tinha que fazer.

Pesquisadora: E você não queria.

Maria: Certo.

Maria: Não queria [...] Muitas vezes, e eu não quis.

Pesquisadora: Aconteceu mais de uma vez?

Maria: Várias vezes. Ele forçava.

Pesquisadora. Foi seu marido? Ou um desconhecido?

Maria: Meu ex-marido. E a da minha... eu tenho três filhos, e a minha primeira filha eu fui violentada [pausa], entendeu? Eu *tava* namorando, a nossa vida *tava* acontecendo, ele na minha casa todos os dias. E aí, teve um show, do tigrão, ele já ia jogando... a trinta e um anos atrás. Falou que a gente ia num show, eu fui. Ele me violentou pra caramba, me machucou, me violentou mesmo, entendeu? Eu não tinha... eu fiquei uns quinze dias sem poder andar. Ele me machucou toda por dentro, por baixo. Me machucou, entendeu?

Pesquisadora. Essa foi a primeira vez?

Maria: Foi a primeira vez, e depois eu fiquei sabendo... Aí eu não sabia que eu tava... [...] Eu era alegre, eu era divertida, eu gostava de ir em clubes... eu me fechei. Não conversava com meu pai. Minha irmã me pegou e levou eu... aí fez exame e descobri que eu tava grávida.

Pesquisadora. Sua primeira filha?

Maria: Minha primeira filha. Aí ele correu atrás pra eu tirar. Eu falei: não vou tirar. Como eu vou tirar uma coisa que... sei que não era o que eu queria, mas eu trabalhava nessa época, tava com dezoito pra dezenove anos...

Pesquisadora. Você era bem nova.

Maria: Então, eu trabalhava... eu descobri. Meu pai não aceitou.

Pesquisadora. Seu pai não aceitou você abortar?

Maria: Não, ele não aceitou eu engravidar. Era uma vergonha pra ele. Meu pai era de Estação Dias, eu era caçula da minha mãe, ele não aceitou. Então, aquilo lá foi assim... foi um choque muito, entendeu? Você devia ver a situação que eu tava. Ele tinha que pegar eu pra tomar banho, tinha que pegar eu... me machucou muito por dentro, por fora. Eu não podia por... tinha que colocar lençol, não tinha como colocar calcinha. Aí depois... eu fui morar... fui pra vários... conheci meu marido. Ele jogou isso na minha cara, vira e mexe ele jogava isso na minha cara...

Pesquisadora. O marido que você ficou casada por 26 anos?

Maria: Sim, ele jogava... falava assim... desculpa falar...“dava pra todo mundo, engravidou, não sabe quem é o pai da sua filha, pai do seu filho”. Eu fui mãe solteira, mas eu sabia quem que foi. Acho que ele não tinha que ficar trazendo isso. Ele queria fazer sexo de todo jeito. Ele achava que era obrigação dele. Ele achava que era obrigação eu fazer.

Pesquisadora. Mesmo quando você não queria.

Maria: Quantas vezes eu entrava no quarto, ia no banheiro e chorava...

Pesquisadora. Porque você não queria.

Maria: Não queria. Falava, pelo amor de Deus, não deixa ele me engravidar. Eu engravidava, eu perdia... entendeu? Eu sofri muito. Esse meu último eu consegui segurar, eu ficava mais internada.

Pesquisadora. Você ficava internada por quê?

Maria: Pra segurar a criança. Porque da minha filha, eles deixaram resto de placenta. Eu tive que fazer três curetagens. Duas com anestesia e uma com anestesia geral. Eu fui conhecer minha filha depois de dezoito dias, eu tive hemorragia, eu quase morri. Sabe, eu sofri muito. E depois eu ainda engravidei de um menino. Passou um ano, eu engravidei do meu filho. Mas... meu pai não deixou eu casar, com o pai do meu filho, naquela época. Ele vivia mexendo com droga e meu pai não aceitou. Então, quer dizer que eu não... eu fiquei noiva dele. Então quer dizer que

eu não... não era atoa. Mas o meu ex-marido só falava que eu era. Prostituta. O pessoal começou a falar, mandaram mensagem, falando que eu fazia programa [...] falei, não aguento mais.

Pesquisadora. Seu ex-marido?

Maria: Meu ex-marido. Esse meu dente quebrado, era o murro que ele me dava na boca, e eu não podia falar pra ninguém que ia na minha casa. Aí ele falava assim “você fala pra [nome da filha], que você caiu da escada”...Entendeu, eu sofri muito. Ele falava assim, desculpa falar... “eu quero por trás” [imita a forma como ele falava], e ele fazia as coisas por trás, com a mão na minha boca. Eu não podia mijar. Mijava na cama. Eu não podia sair do meu quarto. Eu sofri muito [...]. Então aquilo lá, vem tudo aquilo na minha cabeça. O Doutor falava “você sofreu, e você demorou...” porque eu não contava isso pra ninguém.

Pesquisadora. Você era ameaçada.

Maria: Eu não conto pra ninguém que eu fui violentada. Eu não conto, entendeu? Não conto nada do que eu fazia. Não comentava com ninguém. Tô comentando com você aqui, porque eu me senti... baixa, entendeu? Porque com esse meu ex-marido me sentia baixa.

Pesquisadora. E que nem você falou, ele te via como um objeto...

Maria: Ele vinha para Itajubá, quando ele voltava, ele olhava... ele falava assim “deixa eu ver, vai no médico, pede um exame pra ver se não tá com doença”. Eu falava, “olha aqui, você tá pensando que eu sou prostituta?”. Acho que nem prostituta fazia isso. Ele falava “não, você vai fazer o que eu quero”. Ele fazia, eu era forçada a fazer tudo o que ele queria... entendeu? Ele chegou a pegar gonorreia. Ele falava que eu que peguei. Eu falava, “como que eu peguei? O único homem que...”. Ele falava, “é nada, você é puta, quando eu to fora de Itajubá, você está aí, dando” [...] Ele era sem vergonha. Então, eu tinha que fazer coisas...

Pesquisadora. Que você não queria.

Maria: Que eu não queria. Muita coisa que... Eu tinha nojo [*muda o tom da voz*]. Olha, vou falar pra você, foi Deus... Ele falava, “você me ama?”. Eu falava não, tenho consideração. Eu perdi o amor, eu falei, nossa... eu lembro que falei, ele vai me fazer feliz, vai me assumir... não. Só porque ele fez uma casa pra mim? Quem trabalhava era eu, eu que sustentava ele.

Pesquisadora. Você ficou com ele por 26 anos?

Maria: 26 anos. Medo de [*gagueja*]... ameaçar, entendeu? Minha mãe e meu pai não podiam ir na minha casa. Ele não deixava ninguém ir na minha casa.

Pesquisadora. Ninguém sabia o que você passava?

Maria: Não [*muda o tom de voz*], eu apanhava. No quarto. Minha filha dormia no outro. Eu apanhava. Minha filha saía, falava “ué, mãe, o que é isso?”. Eu falava “não sei, bati ali”. Não bati nada, eu tinha apanhado mesmo. Quando ele quebrou minha boca, meu dente, ele falava,

“fala que você caiu da escada” [*repete*], porque eu neguei pra ele... ele queria oral, e eu falei, “não, não, não, sai fora, minha boca não presta no lixo, não”, entendeu? Eu, caída na escada, quase desmaiada, com a boca toda arrebitada, e ele...oral... é... ele pôs na minha boca. Aí depois... ele... [*guagueja*] ele sujou de sangue... dava tapa na minha cara e “vagabunda, olha o que você fez”. Então...

Pesquisadora. Você sofreu muito.

Maria: Sofri. Eu sofri muito, com ele era... sabe, ele nunca gostou, sempre foi violento. Tive momento bom? Tive. Mas... se eu tive dois momentos bons...

Pesquisadora. Deve ter sido muito difícil esses 26 anos para você.

Maria: Foi. Olha, eu não podia pintar meu cabelo, pintar meu esmalte e ele falava “ai, que fedor, tem coisa...”. Eu tinha acabado de limpar a casa, ele sujava. Quando alguém falava, “eu vou ir na sua casa te visitar”, ele deixava a pessoa entrar, mas depois ele falava “você só anda com puta, hein”.

Pesquisadora. Não deixava você ter amigos?

Maria: Não, não podia ter ninguém. Eu não podia ter ninguém. Nem meus pais podiam ir na minha casa. Se punha, ele ia... eu tinha que dar atenção pra ele, não para os meus pais, entendeu? Às vezes, pra minha filha. Ele falava, “ah, tá arrumando macho pra sua filha, né?”. Ele só me baixava, me rebaixava. Tanto que minha família quase não ia lá. Para os outros, ele era um santo [*pausa*], sabe...

Pesquisadora. Ninguém sabia.

Maria: Não. Todo mundo sabia que... ele foi casado por quatorze anos. A gente tem amizade, porque ele tem dois filhos com ela, são irmãos da minha filha, né... ele bateu, ele quebrou nariz, ele socou a mãe dela na mão...

Pesquisadora. Ele é um homem violento.

Maria: Só com mulher. Ela falou, sofri...não acredito que você, que faz 26 anos... No dia que eu conheci ele, eu trabalhava numa pensão [...] pegou na mão, deu uns beijinhos... eu falei, não quero essa cara não. Porque a gente tinha ido comprar pizza, ele colocou “miado” na cabeça de um cara e jogou no rio. Eu falei, não quero esse cara não...

Pesquisadora. Você percebeu que ele era um homem violento.

Maria: O que eu fiz, o que ele fez... ele correu atrás de mim, me colocou num quartinho. Fiquei a noite toda, o dia inteiro. Ele falou, não vai sair daqui. Não tinha pra quem gritar. Eu falei, como eu vou sair desse...desse cara?

Pesquisadora. E hoje você finalmente saiu desse ciclo?

Maria: Mais ou menos, eu ainda tenho medo de encontrar ele na rua, entendeu? Ainda tenho medo de encontrar com ele.

Pesquisadora. Foram muitos anos vivendo essa violência.

Maria: E ele quer que eu volte. A raiva dele é que ele achou que eu ia separar dele, vai fazer três anos... que eu ia separar dele e ia voltar. Ele falou pra mim. Ele falou... é... ele me bateu na rua, ele me machucou pra caramba, minha filha que me socorreu. Ele falou “você e sua filha, vocês vão morar... vão ficar se prostituindo na rodovia”...

Pesquisadora. Ele te diminuía constantemente, de todas as formas.

Maria: Pra todo mundo... O que eu fiz, eu entrei numa depressão, entendeu? Fui morar com minha mãe, depois que ele me bateu, fui morar com minha mãe, com minha filha. O filho dele pegou minhas coisas. Minhas coisas não... Eu saí com minha roupa do corpo. Eu saí com minha roupa do corpo, não sai com nada. Minha filha pegou as coisas dela. Quando fez um mês, ele... me encontrou, ele pôs não sei o que na minha bebida, eu fiquei...droga... eu fiquei drogada. Depois, nós fomos descobrir, que ele pôs remédio na bebida, no café.

Pesquisadora. Nessa época vocês estavam separados?

Maria: Sim, fazia um mês. Ele falou, onde ele me ver, ele vai me bater.

Pesquisadora. Depois que vocês se separaram, ele continuou a te forçar a ter relações sexuais?

Maria: Forçou duas vezes. Eu chutei ele, entendeu? Uma vez foi quando não sei o que ele pôs, ele deixou droga. Aí... na hora que vieram me acordar, eu estava no portão da casa dele, aberto... não sabia onde eu estava... na rua pelada. Os vizinhos... me ajudaram. Eu estava sentada no portão da casa. Todo mundo notou. Eu estava drogada. A vizinha viu ele me pondo carregada dentro da casa dele, ela viu a hora que ele me chutou... porque isso aqui ficou roxo, sabe? Me machucou, deu uma bicuda em mim, ele é forte. Ela viu, filmou, filmou não sei... eu sei que ela foi na delegacia e falou isso. Ele pegou 1 ano e 2 meses de cadeia. Dentro de casa.

Pesquisadora. Prisão domiciliar.

Maria: É, ele tem câncer, ele precisa de oxigênio. Aí... ele ficou 1 ano e 2 meses... preso [...] Os outros perguntavam, “está bem?”, bem o que... só eu sabia o que eu passava dentro da minha casa. Não podia ver ninguém. Ele ameaçava minha filha, entendeu? Eu ia pra Pouso Alegre, porque ele fazia quimioterapia, eu ia dormia a semana inteira numa cadeira... entendeu? Lá no hospital, teve um dia que chegou uma enfermeira lá... desculpa falar... você acredita que ele pegou meu cabelo e tentou fazer comigo... no hospital... eu falei “você tá louco, tem gente aqui”. Ele tava na quimioterapia. Ele falava “se você não fizer aqui, vou falar o que você pode fazer”. Eu falava “você tá louco, estou aqui no hospital com você, passando humilhação aqui desse

jeito aqui sentada dormindo... passando humilhação aqui, e você falando bobeira aí...”. Aí... parou.

Pesquisadora. Então ele constantemente tentava forçar você.

Maria: Forçava.

Pesquisadora. As vezes você conseguia impedir, às vezes não.

Maria: É, às vezes eu corria pro banheiro, falava que tava com dor. Às vezes eu caia...

Pesquisadora. De propósito?

Maria: É, caia, que eu tava louca, caia... porque eu sabia que o negócio ia feder lá na minha casa. Porque ele não me deixava dormir. Não deixava eu dormir. Ai depois os outros iam na casa nossa, falavam “que coisa boa ver vocês dois tão bem”...

Pesquisadora. Ninguém sabia.

Maria: Ninguém sabia. Quando ele operou, ele não aceitou. O que eu apanhei. O que eu apanhei. Dentro da minha casa.

Pesquisadora. Ele descontava em você?

Maria: Ele não tava saindo pro trabalho dele, e eu apanhava. O povo falava, quanta olheira... Olheira, sono, porque ele não me deixava dormir, ele me batia. Eu falava, o cara acabou de sair do hospital, operado, me batendo. E me batia. Eu apanhei muito. Eu apanhei muito mesmo.

Pesquisadora. E com tudo o que você viveu, o que significa ser mulher para você hoje?

Maria: Olha, eu... eu morro de medo de passar por isso. Eu tenho um namorado, eu não tenho confiança. Ele fala “eu tô com você”, mas eu não... [...] Tenho medo.

Pesquisadora. Tem medo de passar pelas mesmas coisas?

Maria: Tenho medo de passar pelas mesmas coisas. Tenho medo de ser traída... de ser humilhada.

Pesquisadora. De sentir o que você sentia enquanto você estava com seu ex-marido.

Maria: É. Ele falou assim, “não amor, não tem nada disso não. Na hora que você quiser a gente faz”.

Pesquisadora. Ele não te força.

Maria: Não... ele me abraça, fala “não quero você só pra sexo não”. Fica abraçado, coça minhas costas... coisa que eu... em 26 anos eu não tive, eu tô tendo. Eu tô velha, ele tem 43. Ele fala, a idade não importa nada. Ele fala, você faz tudo por mim. Você lava, cozinha, preocupa... “você quer uma água, você quer isso” [...] E agora, meu filho, tá querendo ser, tipo, o mal na minha vida. Eu tenho um filho de 30 anos... voltou a beber, ficou internado... ele tá tentando a ser igual o mal do ex-marido meu [...]. De vigiar, tudo. Isso aqui, ó [*mostra o pescoço*]. Eu peguei um facão... falei não aguento mais viver.

Pesquisadora. Então você tentou suicídio numa briga com seu filho, porque ele estava tentando agir como seu ex-marido.

Maria: Foi, é. Eu falei, eu tô cansada. Que Deus que me perdoe. [...] Ontem e hoje eu deixei de almoçar pra dar pra ele [...] Hoje cedo eu passei a manhã toda chorando. Falei, Deus, por que eu preciso passar tanto por isso? Não chega, já passei por tanta coisa, preciso passar mais por isso? Eu me pergunto, o que eu tô fazendo de errado? [...] Então... eu tenho medo de sofrer. Tem hora que eu vejo tudo na minha mente, tudo o que eu passei...

Pesquisadora. Deve ser muito difícil lidar com tudo.

Maria: É. Muito. Muito. Eu brinco tudo, lá, mas... eu lembro, acho que é isso que.... Eu deito e falo, pronto, vou dormir...

Pesquisadora. E vem na sua cabeça.

Maria: Vem aquilo lá. Acordo estressada, vem aquelas palavras que ele me falava, sabe... de baixo calão. Eles falam “você tá azeda”, eu falo “não tô não” [...] Eu fazia bolo pra vender, bolo de salgado, coxinha... eu punha numa caixa no corpo, e saía vendendo na rua. Eu não tenho vergonha de nada. Eles falam “Cadê [*nome dela*], que era divertida?”; “você chega, e fica lá no quarto”, “nem cozinhar tem vontade”...

Pesquisadora. Você está machucada.

Maria: Tô. Tô. Falei pra ela, acho que não tenho mais lágrima pra chorar. Chorei muito. Então, tem hora que, sabe, dá um aperto. Que que eu faço, pra não descontar em ninguém, desconto em mim mesma.

Pesquisadora. Você já tentou procurar terapia, um psicólogo?

Maria: Eu fui, mas não estava tendo vaga mais.

Nesse momento, a pesquisadora mencionou a Clínica Escola de Psicologia da FEPI, reforçando que as vagas seriam abertas depois da pandemia. Explicou a localização e os procedimentos, realizando esse enquadramento. Depois disso, a participante começou a falar sobre seu pai.

Maria: Eu fiquei nove meses sem conversar com meu pai quando eu engravidei.

Pesquisadora. Quando você tinha dezoito anos.

Maria: A minha filha foi criada pelo pai. Ela casou, ela que cuidou do meu pai, entendeu? Então... ela que cuidou da minha mãe. Então... eu sofri muito, é muita coisa, sabe. Tem hora que eu fico... Eu tenho medo de passar por tudo de novo. Tem hora que eu penso: nossa, consegui separar. Eu fico, porque eu não separei antes. Eu tinha medo.

Pesquisadora. E ele te ameaçava.

Maria: Então... parece que foi, medo de me bater. Foi até bom, porque foi... Foi um basta. Eu não tinha coragem.

Pesquisadora. O que foi um basta para você sair do casamento?

Maria: Ele me bater na rua. Falei, agora vou criar vergonha na cara, agora eu largo. 03 de julho. Quando meu pai tinha feito 9 meses, que tinha falecido... Ele estava me matando na rua. Eu gritei socorro, socorro, pro irmão dele, que morava na frente. Minha filha escutou. Estava quase morta já. Já tinha me machucado. Chamaram os vizinhos, chamaram a polícia. Minha filha avançou nele, entendeu?

Pesquisadora. Depois disso você tentou separar?

Maria: Aí eu separei. Aí levaram os troços dele pro corpo delito. Cheguei e estava tremendo [...] [voz *embargada*]. Só que eu tenho medo de encontrar com ele na rua. Morro de medo.

Pesquisadora. E depois disso, ele ainda tentou te drogar, que foi quando sua vizinha viu você...

Maria: A vizinha viu, chamou a polícia de novo... [...] Ele pode matar a gente, que ele não vai preso. Ele pode bater. Bater na gente ele pode. A gente não pode fazer nada pra ele. Se eu encontrar com ele e ele fazer graça, o que eu tiver na mão eu acerto nele. Não tenho mais nada a perder [...] Eu falei, lógico, eu vou me defender. Ele é forte. Era forte, né. Homem valentão, só bate em mulher.

Pesquisadora. E como você enxerga os homens, assim? Como você eles, com os poderes que eles tem?

Maria: Olha, eu vou ser sincera com você. Eu tenho um pé atrás. Eu não confio. O [*nome do namorado*], a gente briga, eu enfrento. Eu acho que eu aprendi... a enfrentar. Me rebaixei tanto, tanto, que agora eu acho que tenho que...

Pesquisadora. Que poderes você acha que os homens têm?

Maria: Olha... eles querem ser os donos das mulheres. Acham que eles são os melhores. Não são. Lá em casa eu sou pai e mãe. Sempre fui pai e mãe dos meus filhos. Sempre trabalhei, sustentei meus filhos. Meu filho bebe, não é questão que eu pus lá não. Eu queria que ele fosse homem. Eu falo, brigo, xingo. Se é pra bater, eu bato. Eu falei esses dias pra ele, “eu pus no mundo, eu tiro”. Eu falei, “não é porque você tem um saco aí que você pode levantar a voz pra mim, não”. Então, eu acho que... antes, eu tinha medo. Pedia pra fazer, tem que fazer. Aquele medo, sabe? Agora, ele fala “dá um beijo”, eu falo “que beijo o quê, sai fora”.

Pesquisadora. Então, agora você consegue falar não.

Maria: É, eu aprendi a falar não. Achava que tinha que ser na hora. Às vezes, eu tava comendo. Parecia que eu tinha obrigação de fazer comendo...largava o prato de comida. Mas, eu achava

que era minha obrigação [...] Olha, eu tinha essa tatuagem com minha amiga... [...] ele tentou tirar, tentou cortar meu braço. Não saiu. Ele tentou, falou que era de macho. Não era [...] Ele mexia com droga. Quantas vezes eu achei maconha guardada nas coisas... pra polícia não pegar. Ele falava, se catarem, é seu. [...]

Pesquisadora. Você falou de obrigação, quando ele tentava forçar relações sexuais, você achava que era sua obrigação?

Maria: [pausa] Ele falou, mulher dele, tem que fazer. Se eu não fizer aqui, procura na rua.

Pesquisadora. Você vê o que aconteceu como estupro?

Maria: concorda com a cabeça e olhos marejam.

Maria: Várias vezes. Ele não queria saber se estava doendo, se não tava. Se estava machucando, se não tava. Ele queria fazer do outro jeito, o prazer dele.

Pesquisadora. Com você, ele não se importava.

Maria: Não. Às vezes fazia chorando [...] fazia, aquele ódio... eu queria matar ele. Acho que Deus foi muito pra mim, segurava eu. A vontade era de matar ele. Quantas vezes, falava... “eu vou matar essa cara amanhã” [repete]... entendeu?

Pesquisadora. Era muita violência sofrida.

Maria: Muita, era muita coisa. Eu calada não podia falar pra ninguém...entendeu? Foram quatro tentativas de suicídio... por causa dele, entendeu? Eu entrei na depressão, eu fiquei quinze dias internada... a minha vontade era pegar ele. Acho que meus anjos da guarda não deixaram, sabe? Me segurava. Minha vontade era pegar faca e enfiar nele [...] eu usei fralda, eu fiquei amarrada. No comecinho da depressão, ele falava pro meu pai “tá ficando louca [nome do pai]”. Meu pai falava “tem que ficar mesmo, pra aguentar você” [...] “não pode nem tomar banho direito, você fica chamando ela” [...] Ele ficava doente, quem cuidava dele era eu. Eu ficava doente, ele dizia que não tava nem aí comigo, falava que era mentira, entendeu? Ele falava pra todo mundo “acho que ela tá com AIDS” [...] Eu fiz exame, mostrei pra ele... “eu tô limpa. Não tenho doença nenhuma. Você que tá podre, tá com câncer, tá fodido, tá podre”...sabe, então? É muita coisa...
Pesquisadora. Como você está se sentindo agora?

Maria: Bem aliviada [suspira].

Pesquisadora. Como você falou, você não fala isso para muitas pessoas.

Maria: Não falo. [...] Eles sabiam que eu sofria, eles viam, né [...] o que tivesse na mão dele, ele jogava em mim [...] panela de comida [...] acabou aquela desculpa “ah, bati, ah, machuquei”. Não, eu apanhava mesmo. Eu tava apanhada. Eu apanhava mesmo. Então... ele queria... Pra você ter noção, quando eu engravidei da minha menina, eu chorei [pausa]. Por um lado, eu achei bom, pra acabar esse negócio, dele fazer o que ele quer, ele vai me respeitar [...]

Pesquisadora. Você teve o primeiro estupro, quando você tinha dezoito anos. Você vê o que o seu ex-marido fez como estupro também?

Maria: Olha, não tenho coragem de falar, mas... ele fazia... o negócio dele era na boca, ele forçava. Eu ficava uma semana sem comer, não queria leite, não queria. Eu tinha nojo. Uma vez limpei com álcool [*pausa*]. Eu tinha nojo. Falava, Meu Deus, não me deixa passar por isso não. Eu já passei por tanta coisa, fui violentada. Só ele sabia o que eu senti de dor. Eu fiz tratamento, fui pra São Paulo, pra fazer tratamento... desculpa a palavra, eu falei assim, “acho que não tenho mais cu”. Eu tive que operar um pedaço porque ele tentou abrir com canivete, entendeu?

Pesquisadora. Você era totalmente violentada, fisicamente, sexualmente, verbalmente...

Maria: É [...] Ele achava que era obrigação, fazer tudo o que ele queria. Principalmente quando ele estava tonto, que era pior... às vezes tinha que largar tudo, ficar com ele... ainda apanhava, fazendo as coisas com ele, entendeu?... Enquanto não satisfazia ele... as vezes dormia em cima de mim... desmaiava, né, ficava tonto... em cima de mim [...] Eu tinha que ficar lá embaixo, sabe? Isso não é vida não... Não desejo isso pra pior inimigo. Não desejo isso pra ninguém não, sabe? [...] Vou falar pra você, eu dou muito valor nessas mulheres de zona. Entre aspas, entendeu? Tem umas que fazem o que quer, mas tem umas que são obrigadas.

Pesquisadora. Acham que não tem saída, né?

Maria: É. Mas tem sim.

Pesquisadora. Que bom que hoje você não está na mesma situação que você estava.

Maria: Sim, hoje eu tô [...], mas vem uns pensamentos na minha cabeça. A gente sente ainda...

Pesquisadora. Claro, você passou por muita coisa.

A pesquisadora menciona novamente a importância da terapia, o acolhimento e a falta de julgamento.

Maria: O pior... é ficar falando “ah, você queria”, “porque você não largou antes?”... Mas ninguém sabe o porquê eu não larguei antes. Minha vontade era sumir. Mas se eu sumir, minha filha tava lá dentro. Não pensei em mim, pensei na minha filha, na minha mãe, no meu filho, e qual seria a reação dele com isso. Então, por isso sofri muita coisa calada. Por causa dos outros. Meus filhos. Minha mãe, meu pai. Porque eu sabia que ele iria... fazer um inferno.

Pesquisadora agradece, reforça o sigilo das informações, da gravação, reforça o acolhimento, e a possibilidade da terapia, a Clínica Escola de Psicologia da FEPI.

2ª entrevista – 23 de outubro de 2020**Joana (nome fictício), sexo feminino, 29 anos**

Após a realização do *rapport* informal, a pesquisadora iniciou o *rapport* formal, enfatizando o sigilo e todas as informações sobre a pesquisa e seus objetivos. A entrevista teve duração de 26 minutos e 29 segundos, com início às 13:53.

Pesquisadora: Como te falei, minha pesquisa é sobre as mulheres que foram forçadas a terem relações sexuais quando não queriam. Entrevistei uma mulher, e você é a segunda. O objetivo é compreender como foi para cada mulher ter vivenciado isso, como que é para você hoje, como foi quando você viveu...

Joana: Olha, quando eu vivi, foi horrível... me machucou, senti dores, eu não sabia o que falar mais, eu chorei pra minha mãe, falei que não tava aguentando mais e pedi pra ela tirar eu da casa... que eu estava com um rapaz. Mostrei a parte íntima para minha mãe, que estava inchada, e eu grávida. Eu tava grávida. Minha mãe brigou com ele, xingou ele, e eu saí de lá.

P. Era seu namorado, seu marido?

Joana: Era meu parceiro.

P. Como foi a relação na época?

Joana: Foi horrível, sensação horrível. Não conseguia nem olhar na cara dele.

P. Aconteceu mais de uma vez?

Joana: Mais de uma vez.

P. Como foram?

Joana: Na primeira vez, ele me machucou muito. Eu senti... não sabia o que responder mais, não sabia o que falar mais... eu não queria, e ele forçou. Tava cansada.

P. Um dia que você estava cansada, que você não queria...

Joana: E ele querendo.

P. E ele forçou.

Joana: Forçou. Falava que queria carinho meu...

P. Como foram as outras vezes?

Joana: Nas outras vezes, ele pedia mais, vinha assim [*gesticula*]. Vinha beijando eu, tonto, falando que queria fazer sexo, não tinha dinheiro, bêbado...

P. Geralmente quando ele estava bêbado? Ele bebia muito?

Joana: Sim, bebia.

P. Tentava te forçar quando estava bêbado e sóbrio?

Joana: Quando não estava bêbado também, e era pior ainda.

P. Como você se sentiu enquanto mulher, ao ser forçada?

Joana: Que eu era inútil, que não valia nada.

P. Na sua vida, foi só ele, ou com mais homens?

Joana: Agora estou vivendo, nesse momento. Com meu parceiro, que eu tô com ele de novo.

P. Então você está sendo forçada nesse momento atual?

Joana: Nesse momento atual. Eu tô passando por isso. Eu não quero e ele fala que quer carinho meu. Está sendo horrível. Eu quero alugar uma casa, falei para (psicóloga do CREAS)... eu quero sair de lá.

P. Quando começou?

Joana: Faz um mês.

P. E você falou que se sente inútil...

Joana: Inútil, suja, que não valho nada... eu sinto vontade de me matar, por isso.

P. Deve estar sendo muito difícil...

Joana: Falei com a (psicóloga do CREAS), pelo amor de Deus, me ajuda a arrumar uma casa, pra eu sair de lá...

P. É quando ele está bêbado também?

Joana: Não, agora ele não está bebendo mais...

P. É o mesmo?

Joana: Sim, é o mesmo. Ele não entende quando você fala não. Ele quer porque quer, ter essa relação. Isso eu não acho certo.

P. O que você sente quando seu não é ignorado?

Joana: Que eu não valho nada. Eu vou falar pra (psicóloga do CREAS)...

P. Ela ainda não sabe?

Joana: Não.

P. Alguém mais sabe?

Joana: Não, só você.

P. Imagino que deve estar sendo horrível. Como você vê o que aconteceu e o que está acontecendo?

Joana: Eu enxergo que... [voz embargada e alta] homem só vê a gente mulher como estepe de... na hora que quer esvaziar seu estresse, seus momentos de querer fazer sexo... na hora que acha direito, na hora que bem entender. Não respeita a gente. Dói a barriga, dói por baixo. Não é normal.

P. Que nem você falou, é como se você fosse um objeto.

Joana: Um objeto sexual.

P. Todas as experiências que você teve foram com esse homem?

Joana: Sim, eu não quero mais... eu não tô podendo olhar mais na cara dele. Eu quero morar sozinha. Eu tô desesperada, que eu não sei o que eu faço mais [*voz embargada*]. P. Você quer falar com a (psicóloga do CREAS) hoje?

Joana: Quero. [*K. começa a chorar.*] Eu não tô aguentando mais, eu quero mudar, quero viver minha vida, quero ficar sozinha... minha mãe junto comigo, meus filhos. Só. Sem ele por perto.

P. Porque ele te força...

Joana: Ele te força, ele força, e ele usa isso, que eu não tenho lugar para ficar...

P. Como uma ameaça.

Joana: Como uma ameaça. Eu tô debaixo do teto dele...

P. É como se o que você falasse não importasse.

Joana: Isso [*pausa*]. Eu não tenho lugar para ir agora, não tenho dinheiro, não tenho condição. E ele usa isso, entendeu? Como eu vou sair de lá? Com três filhos. Eu tenho um neném com 6 meses de vida, só. O do meio com 9 anos e outra com 13 anos, que está aí fora... Como eu vou sair com três filhos para rua?

P. E ele fala muito sobre isso?

Joana: Ele usa isso. Fala que eu não tenho lugar para ficar. “Vamos ficar juntos, que não sei o que”... eu não tenho condição. Eu não quero ficar mais junto com ele.

P. Deve estar sendo desesperador.

Joana: Tá sendo.

P. E seu plano é sair de casa, para que você não passe mais por isso.

Joana: Isso.

P. Deve estar sendo muito difícil falar sobre isso agora, porque é algo que pode acontecer a qualquer momento.

Joana: Pode.

P. Como você enxerga os homens a partir disso?

Joana: Peguei medo [*umenta o tom de voz*]. Porque passei por isso [...]. Ontem mesmo foi um desses dias... tentei sair de casa, minha mãe me segurou. Ela está comigo. Por isso ele não abusa de mim, por ela estar lá dentro. Meu porto-seguro. Ele não chega a abusar de mim, porque ela está lá dentro de casa. Minha mãe está junto comigo. Vai fazer três semanas.

P. Durante essas três semanas, ele não tentou...

Joana: Não tava fazendo.

P. Por isso sua mãe é seu porto-seguro agora.

Joana: Minha mãe é meu porto-seguro.

P. Como está sendo ter ela na casa?

Joana: Mais tranquilo. Qualquer coisa eu grito, né? Qualquer coisa, ela vai acudir. E eu não gosto mais dele, você entendeu? Não... não tô sentindo mais nada por ele. Acabou tudo. Tudo mesmo. Não tô suportando.

A pesquisadora reforça um acolhimento e a conversa com a psicóloga do CREAS, para que toda ajuda seja feita.

P. Em relação aos homens, quais poderes você acha que os homens têm, ou acham que tem?

Joana: Eles acham que tem direito de tudo. Acham que mulher é um estepe, para amenizar o que eles estão sentindo. Hoje em dia homem não respeita mulher. O mundo está de uma maneira que eu acho que homem não respeita a mulher. Acha que a gente é só para cama, só para lavar roupa, limpar a casa, fazer comida, só.

P. O que significa ser mulher para você?

Joana: Nada. Eu não me sinto legal. Eu tô em depressão, parece, de novo. Tentei suicídio... Acho que estou ficando de novo com depressão [...] Eu quero sair de lá. Mas para onde a gente vai, não temos lugar para ir...

P. Você quer parar o que está acontecendo.

Joana: Quero, quero parar. Quero sair. Arrependi de dar a chance para ele. Dei três chances para ele. Todas ele desperdiçou. A primeira foi quando aceitei namorar com ele, no clube de dança. Depois ele bebeu e acabou com minha vida, foi quando tirou meu filho da minha barriga. Nos separamos... essa é a terceira. Ele está acabando com a terceira chance. Eu quero ir embora, quero separar dele. Ele usa isso porque eu dependo dele para morar numa casa, para não ter chuva, essas coisas. Ele usa isso para eu não poder sair de lá. Fala “Onde você vai? Você não tem lugar para ir.”.

P. Quando ele tenta forçar, o que ele fala?

Joana: Fala que quer carinho.

P. Quando você diz não, o que acontece?

Joana: Fala “você fazia, é só hoje” [...] Eu não quero ter mais relação com ele. Não tenho vontade de fazer sexo. Não quero fazer. Quero ficar quietinha. Ele fala, “é, você não gosta de mim”.

P. Ele te machuca muito?

Joana: Não, ele não machuca não. Ele goza para fora... o risco ainda de engravidar, ainda. Ele tira fora e segura. Ele não usa nem camisinha. E eu não posso engravidar... estou tentando fazer cirurgia para não ter mais filhos.

P. Engravidar não é uma coisa que você quer?

Joana: Não quero e não posso. O médico falou que se eu surtar de novo, não tem mais volta. Eu paro no manicômio. Esse é o meu medo.

P. Então você está correndo vários riscos.

Joana: Vários riscos, de qualquer maneira [...]

P. Vocês sempre moraram juntos?

Joana: Eu já separei dele, e mudei para casa da minha mãe. Mas agora não tem mais. Foi um alívio, tava vivendo bem e feliz. Então, de qualquer maneira... estou correndo riscos. Eu não tô com medo porque eu sei que vou segurar a mão da minha mãe. Não vou mentir para você, eu não falei isso para minha mãe [*pausa*]. Em todo momento, vem uns pensamentos de me suicidar [*pausa*]. *K. começa a chorar.* Eu não vou mentir [*guagueja*], dá aquela vontade, de fazer maldade comigo mesma... e não ficar vivendo essas coisas. Eu quero paz.

P. Geralmente, quando as pessoas têm essa vontade, não é sempre que elas querem morrer, e sim acabar com a dor que elas estão sentindo...

Joana: Isso [*aumenta o tom de voz*]. Tipo, isso.

P. Você quer acabar com o que você está vivendo.

Joana: Isso, é.

P. Se você estivesse vivendo numa casa sem ele, com sua mãe e seus filhos...

Joana: É isso que eu quero. É isso que eu quero. Não passar por isso. Eu preciso conversar com a (psicóloga do CREAS). Sinceramente, eu estava escondendo dela (psicóloga do CREAS). Se não, eu vou acabar me matando. Não tô aguentando mais. Faz três dias que eu tô com esse pensamento...

P. De se matar?

Joana concorda.

P. Quando aconteceu o convite para você participar da minha pesquisa, a (psicóloga do CREAS) te falou sobre o assunto, você estava vivendo isso?

Joana: Sim, eu aceitei o convite, eu sabia. E eu quero paz.

Pesquisadora reforça a importância de ela ter buscado ajuda e de ter conseguido falar o que estava escondendo.

P. Por quanto tempo você estava escondendo?

Joana: Seis meses.

P. Foi no isolamento, né?

Joana: Sim.

A pesquisadora reforça o ambiente seguro, o sigilo, o suporte do CREAS, a importância da ajuda que seria dada, e buscou acolher a participante.

Joana: Eu vou falar para ela. Eu tenho que falar para ela. Não tô suporte olhar na cara do rapaz. A minha vontade é sair e não voltar mais. Eu falei para... eu pedi ajuda para meu tio, mas ele tem problemas no coração. Tenho medo de falar para ele e acontecer alguma coisa com ele. Tenho a minha família [...] só para livrar eu dele. Não dá vontade de voltar para casa, eu saio e não tenho essa vontade. Mas tem meu bebê lá dentro, eu tenho que voltar pelo meu neném. Eu tô, sabe? [...]

P. Você tá sendo constantemente forçada a fazer algo que você não quer.

Joana: Tá demais. Eu não tô aguentando. Já fui internada no manicômio, quando eu tinha 20 anos.

P. Em 2011. Como foi?

Joana: Horrível, mas eu sabia que lá não tinha perigo. Você toma o remédio certo, você dorme, tudo. Não toma chuva, você tem a comida certa. Mas eles judiam, não vou mentir para você não. Mas dormindo lá, eu sei que eu vou sair desse risco. Eu quero ser internada. Eu falei para (psicóloga do CREAS) que eu quero ser internada. Ela vai ajudar eu ser internada, porque eu não tô bem. O suicídio...

P. Você quer ser internada para que isso não aconteça?

Joana: Para que não aconteça, para ela ajudar. Porque se eu ficar sozinha, eu vou fazer. Não estou aguentando mais. Tô com a cabeça quente, não estou legal. Quero ficar livre daquele homem, livre.

P. Como você está se sentindo agora, ao ter falado disso pela primeira vez?

Joana: Me sinto melhor [...] Quando ele chega do trabalho, vem dando uns beijos, e eu não quero. Eu não quero isso. Nem beijo eu quero. Eu peguei nojo.

P. Ele foi o único homem que forçou a te relações com você?

Joana: Foi o único.

P. Você vê o que aconteceu como estupro?

Joana: Vejo. Isso é um estupro, né.

Por fim, a pesquisadora encerra a entrevista, reforçando o acolhimento e pontuando que o CREAS era um apoio para a participante, e chamou a psicóloga em seguida. Reforçou o sigilo e agradeceu a participação da colaboradora.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Eu, Maria Cícera da Silva Moreira, abaixo assinado, responsável pelo "Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)", autorizo a realização do estudo "*A apropriação do corpo da mulher pela cultura do estupro*", a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Foi informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição que represento.

Declaro ter lido e concordado com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente, além de conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto e de seu compromisso no resguardo da segurança e do bem-estar dos participantes de pesquisa envolvidos, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Itajubá, 04 de junho de 2020

Assinatura e carimbo do Responsável Institucional
 Maria Cícera da Silva Moreira
 Coordenadora do CREAS
 SERTRES - Itajubá - MG

Lista Nominal de Pesquisadores:

Micaela Fernandes Henrique – CPF 086.482.546-39
 Taciara Castelo Branco Porto – CPF 677.599.124-04

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa “*Mulher, de quem é o seu corpo? Uma compreensão Fenomenológica da Cultura do Estupro*” que tem por objetivo compreender a vivência que mulheres abusadas sexualmente experienciam a partir de uma perspectiva fenomenológica-existencial, buscando, de forma conjunta, realizar uma correlação do discurso das mulheres entrevistadas com a cultura do estupro no Brasil. Acreditamos que o estudo seja importante porque o estupro representa a violência de gênero mais difundida, apesar de ser recriminada socialmente.

PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

A sua participação no estudo referido será da seguinte forma: a partir da intermediação da psicóloga do CREAS, Fabiana Sene, que explicou do que se trata a pesquisa e seus objetivos, a pesquisadora entrou em contato com você, perguntando se você possuía o interesse de participar da pesquisa, evidenciando todo o processo e seus direitos enquanto participante. A mediação pela psicóloga responsável objetiva que você possa se sentir confortável caso escolha participar da pesquisa. Depois disso, após a autorização da psicóloga, a pesquisadora entrevistará você, em uma entrevista com duração de cinquenta minutos a 1 hora, com uma pergunta inicial: “como você sentiu, enquanto mulher, ao ser abusada sexualmente por um homem?”.

RISCOS

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos e riscos: rememorar sua vivência do abuso sexual e, isso, vir a ativar conteúdos internos que estavam adormecidos. Diante disso, como medida para minimizá-los, as pesquisadoras se comprometem em oferecer o suporte adequado para cada mulher, encaminhando as colaboradoras para a Clínica-Escola de Psicologia do Centro Universitário de Itajubá – FEPI, para a realização do acompanhamento psicológico necessário, sem gastos financeiros.

BENEFÍCIOS

A pesquisa possivelmente trará benefícios, para as mulheres entrevistadas, de um melhor autoconhecimento, com expansão da consciência sobre a experiência vivenciada.

SIGILO E PRIVACIDADE

Como participante de pesquisa, sua privacidade será respeitada, seu nome e qualquer outro dado que possa te identificar serão mantidos em sigilo. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade das informações, bem como a não exposição dos dados de pesquisa.

AUTONOMIA

Será garantida assistência a você durante toda a pesquisa, assim como o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos sobre o estudo e suas consequências, ou seja, tudo o que queira saber antes, durante e depois de sua participação. Você pode se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento sem precisar se justificar, e, caso esta seja sua vontade, não sofrerá prejuízo algum na assistência recebida.

RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

Caso você tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, tais como transporte, alimentação entre outros, haverá ressarcimento dos valores gastos da seguinte forma: a pesquisadora irá realizar o pagamento diante deste gasto em dinheiro. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, você será devidamente indenizado, conforme determina a lei.

CONTATO

As pesquisadoras envolvidas com o referido projeto chamam-se Micaela Fernandes Henrique, estudante de Psicologia no Centro Universitário de Itajubá – FEPI. Os números de seu CPF e RG, são, respectivamente: 086.482.546-39 e 20.839.068 e você pode manter contato com ela pelo telefone (35) 99963-2111. E Taciane Castelo Branco Porto, professora de Psicologia no Centro Universitário de Itajubá – FEPI. Os números de seu CPF e RG, são, respectivamente: 677.599.124-04 e 940.354 SSP/AL) e você pode manter contato com ela pelo telefone (35) 98804-8907.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é composto por um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. O grupo tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de maneira ética.

Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada de tal forma ou que está sendo prejudicada de alguma maneira, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da FEPI,

coordenado pelo Prof. Me. Leonardo José Rennó Siqueira e situado na Av. Dr. Antônio Braga Filho, número 687, Bairro Varginha, pelo telefone (35) 3629-8400 ou pelo e-mail cep@fepi.br.

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações relacionadas à pesquisa. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada nos pelo pesquisador responsável do estudo.

Por fim, fui orientado a respeito do que foi mencionado neste termo e compreendo a natureza e o objetivo do estudo e manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

Dados do Participante de Pesquisa	
Nome:	
Telefone:	
E-mail:	

Itajubá, _____ de _____ de _____.

Assinatura da participante de pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

USO DE IMAGEM

Autorizo o uso de gravação para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito às transcrições das entrevistas.

Assinatura da participante de pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

ANEXO C – PERGUNTAS NORTEADORAS

PERGUNTAS NORTEADORAS

A pergunta norteadora inicial às colaboradoras será:

“Como você se sentiu, enquanto mulher, ao ser abusada sexualmente por um homem?”

A entrevista poderá ainda contar com perguntas abertas que serão feitas a partir do relato das colaboradoras, como:

“O que significa ser mulher para você?”;

“Você vê o que aconteceu como uma violência?”;

“Como você entende a violência que sofreu?”;

“Como você vê os homens na sociedade?”

“Quais poderes você entende que eles possuem?”

ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
ITAJUBÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A APROPRIAÇÃO DO CORPO DA MULHER PELA CULTURA DO ESTUPRO

Pesquisador: TACIANE MARQUES CASTELO BRANCO PORTO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 33664720.1.0000.5094

Instituição Proponente: Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.219.222

Apresentação do Projeto:

INTRODUÇÃO

"O mundo sempre pertenceu aos machos", afirmou Simone de Beauvoir em 1949 em seu livro *Le Deuxième Sexe* (O Segundo Sexo). Um livro que, apesar de ter sido escrito há mais de 70 anos, continua sendo pertinente para entendimento sobre a mulher. A autora argumenta que um homem não teria a necessidade de escrever um livro abordando sua situação singular na sociedade. Ao contrário, a mulher, quando quer se definir, precisa declarar que é mulher; esta verdade é o 'fundo' em que todas as outras afirmações sobre si se erguerão. O homem representa o 'positivo e o neutro', a ponto de ser considerado normal se referir aos seres humanos chamando-os de homens. Desta forma, a relação dos gêneros 'não é de duas electricidades ou dois polos'. A mulher se diferencia e se define em relação ao homem e não este, em relação a ela. Assim, as mulheres são consideradas "o inessencial perante o essencial; o homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro" (BEAUVOIR, 2019). Beauvoir (2019) cita as posições filosóficas frente ao papel das mulheres na humanidade. Para Aristóteles "a fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades" e que "devemos considerar as mulheres como sofrendo de certa deficiência natural". Tomás de

Endereço: Av. Dr. Antônio Sérgio Filho, 687
 Bairro: PORTO VELHO CEP: 37.501-602
 UF: MG Município: ITAJUBÁ
 Telefone: (35)3629-8400 Fax: (35)3629-8400 E-mail: cep@fepi.br



Continuação do Parecer: 4.219.222

Aquino considerou a mulher como "um homem incompleto" e um "ser ocasional". Bonda afirma que o corpo do homem possui um sentido em si enquanto o da mulher não possui significado a menos que esteja evocado pelo macho: "o homem torna-se pensável sem a mulher; ela não, sem o homem". Desta forma, a mulher é colocada na posição de somente ser aquilo que o homem quer que ela seja. Esse paradigma de relações e percepções sobre a mulher se perpetuou durante séculos nas mais variadas culturas. O termo germânico kultur, utilizado no século XVIII para representar todos os aspectos espirituais de uma comunidade. No vocabulário inglês como culture, que em seu sentido etnográfico, é o todo complexo que engloba conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e qualquer outra característica adquirida pelo ser humano como membro de uma sociedade (LARAIA, 2001). Com esta definição, compreende-se que a palavra cultura abrange todas as possibilidades de realização humana, pontuando o caráter de aprendizado da cultura em oposição a ideia de aquisição nata, que seria transmitida por mecanismos biológicos. Nascimento (2017) cita Boaventura de Sousa Santos (2002), afirmando que as identidades culturais não são imutáveis ou rígidas, estando sempre em um processo transitório de identificação. Porém, a autora comenta que a mudança individual e coletiva não ocorre de forma automática, considerando que ela se expressa em seus diversos meios como resultado da mentalidade dos próprios seres em trânsito. "E, ainda que se revoguem as leis, estas são aplicadas por homens, e a mentalidade destes não se pode revogar" (NASCIMENTO, 2017, p.8). Portanto, os seres presentes dentro de uma cultura estão em trânsito e criam as mudanças, mas elas se efetuem em outro ritmo de tempo. Desta forma, alguns padrões culturais se mantêm ao longo do tempo e podem tornarem-se opressores e destrutivos. Nascimento (2017) afirma que este processo ocorre com a cultura do estupro, contexto em que o crime de estupro é naturalizado, legitimado e normalizado devido a atitudes derivadas de gênero e sexualidade, como a misoginia e sexismo, "pedras angulares do patriarcado que permitem que a cultura em questão floresça" (NASCIMENTO, 2017, p.9). Essa cultura provoca e perpetua o estupro, crime que age

Endereço: Av. Dr. Antônio Sérgio Filho, 687
 Bairro: PORTO VELHO CEP: 37.501-602
 UF: MG Município: ITAJUBÁ
 Telefone: (35)3629-8400 Fax: (35)3629-8400 E-mail: cep@fepi.br



Continuação do Parecer 4.219.222

como manutenção do sistema de desigualdade e hierarquia de gênero, sendo o 'paroxismo da estrutura patriarcal'. Os comportamentos que caracterizam esta cultura englobam A culpabilização da vítima; a objetificação sexual da mulher; a segregação de gênero; a crença em mitos do estupro, crenças estereotipadas e preconceituosas sobre as razões de estupros, estupradores e vítimas; a descrença na voz da vítima; a trivialização do estupro ou a negação deste; a recusa em reconhecer o dano causado à vítima por algumas formas do abuso sexual; a apatia das instituições ao lidar com o crime ou a combinação entre esses comportamentos (NASCIMENTO, 2017, p.9).Cruz (2013) menciona que para Michel Foucault (1988), corpo e sexualidade são fontes de poder e controle social, sendo necessário, então, o conhecimento das linguagens que os permeiam. O corpo é a sede dos signos sociais, englobando uma série de valores e ideologias. Está inscrito em um tempo e espaço determinado, possuindo significados diferentes de acordo com cada época e lugar. Portanto, o corpo não é propriedade exclusiva do sujeito, uma vez que sua existência está filiada a um Outro que ele se relaciona. No caso específico da mulher, este "Outro" é o homem.Labrocini & Correa (2010) comentam que a violência sexual contra a mulher afeta seu ser e estar no mundo, sua corporeidade e a expressão de seu corpo, podendo deixar marcas visíveis e invisíveis que poderão ser compreendidas pelo olhar clínico, sensível, atento e humano. Souza (2017) afirma que quando ocorre a punição do estuprador, é raro a construção de um debate aprofundado acerca dos fenômenos instalados neste cenário. Desse modo, quando as vítimas são contabilizadas e empilhadas em números, dispostas, no máximo, como estatísticas, chocam frequentemente a opinião popular por seus números elevados. Porém, números simbolizam a impessoalização do ser, não expressando traumas físicos e psicológicos das vítimas e seus familiares. Com isso, surge a problemática, reforçando a relevância deste tema atualmente: como algo tão recriminado socialmente representa a violência de gênero mais difundida?Portanto, o objetivo desta pesquisa é romper o véu da invisibilidade em relação ao mundo da mulher violentada, visando compreender seu mundo subjetivo e conhecê-la para que se reflita sobre as ações

Endereço:	Av. Dr. Antônio Braga Filho, 687		
Bairro:	PORTO VELHO	CEP:	37.501-602
UF:	MG	Município:	ITAJUBÁ
Telefone:	(35)3629-8400	Fax:	(35)3629-8400
		E-mail:	cep@fepi.br



Continuação do Parecer: 4.219.222

expressivas do cuidado. Além disso, busca-se realizar uma correlação do discurso das mulheres com a cultura do estupro no Brasil, buscando descrever quais são os fenômenos atuais que realizam a manutenção e perpetuação desta violência do homem em relação a mulher especificamente. A pesquisa será um estudo de campo à luz da fenomenologia-existencial, que busca compreender os significados das vivências de mulheres em diferentes experiências por elas vivenciadas, através da redução fenomenológica de Husserl. Assim, a pesquisa fenomenológica-empírica possibilita, com a narrativa dos sujeitos, "emergirem os elementos significativos da experiência, sem nenhum tipo de definição prévia por parte da pesquisadora, o que permite manter-se o mais autêntico possível ao fenômeno investigado" (GIORGI & SOUSA, 2010). Um novo paradigma foi inaugurado no Brasil após a Constituição Brasileira de 1988, instituindo no país um importante marco em relação ao sistema de proteção social, atribuindo direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal. Com isso, as necessidades individuais e coletivas dos cidadãos brasileiros tornaram-se responsabilidade dos entes públicos. A Constituição Federal de 1988 definiu a Assistência Social como uma política de proteção social que visa à promoção e garantia da cidadania, proporcionando aos membros da sociedade diversas medidas públicas contra as mais diversas privações econômicas e sociais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2011). A partir disso, segundo Marra & Costa (2016) apud Ministério do Desenvolvimento Social (2011), criou-se um sistema de assistência social participativo e descentralizado, o Serviço Único de Assistência Social (SUAS), uma ferramenta para organizar as políticas públicas relacionadas ao atendimento à população em situações de violência sexual. Com objetivo de promover e ampliar o acesso ao atendimento, as demandas e necessidades sociais são direcionadas aos serviços em seus equipamentos públicos: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). O CREAS se configura como uma unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional com proteção social de média complexidade, constituindo-se na oferta de trabalho social especializado no SUAS à famílias e

Endereço:	Av. Dr. Antônio Balga Filho, 687	CEP:	37.501-602
Bairro:	PORTO VELHO		
UF:	MG	Município:	ITAJUBÁ
Telefone:	(35)3629-8400	Fax:	(35)3629-8400
		E-mail:	cep@fepi.br



Continuação do Parecer: 4.210.222

indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos. O trabalho social especializado ofertado pelo CREAS exige que a equipe profissional seja interdisciplinar, contando com profissionais de nível superior e médio, habilitados e com capacidade técnica para o desenvolvimento de suas funções. Implica, ainda, em maior domínio teórico-metodológico por parte da equipe, intencionalidade e sistematicidade no acompanhamento a famílias/indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2011, p.28). Esta pesquisa será qualitativa do tipo fenomenológica, realizada no Centro de Referência Especializado na Assistência Social (CREAS) de Itajubá, Minas Gerais, visando compreender as vivências de mulheres que sofreram a violência sexual por um homem, buscando realizar uma correlação do discurso das mulheres com a cultura do estupro no Brasil, descrevendo os fenômenos atuais que realizam a manutenção e perpetuação do estupro enquanto violência de gênero.

Hipótese:

Partimos da hipótese que compreender a vivência de mulheres abusadas sexualmente à luz da fenomenologia-existencial, ajudará a Psicologia Clínica na ampliação de consciência em relação a mulher e a cultura do estupro no Brasil.

Objetivo Primário:

O objetivo deste trabalho visa compreender a vivência de mulheres abusadas sexualmente à luz da fenomenologia-existencial, correlacionando os discursos das mulheres com a cultura do estupro no Brasil. Além disso, este trabalho buscará realizar uma análise interseccional de gênero, raça e classe, visando afastar-se da universalização do ser mulher – uma universalização branca – sendo impossível falar sobre as mulheres sem reconhecer a pluralidade de vivências presentes nas diferentes etnias, raças e classes.

Objetivo Secundário:

Também descreveremos quais são os fenômenos atuais que realizam a manutenção e perpetuação desta violência do homem em relação a mulher.

Endereço:	Av. Dr. Antônio Braga Filho, 687		
Bairro:	PORTO VELHO	CEP:	37.501-602
UF:	MG	Município:	ITAJUBÁ
Telefone:	(35)3629-8400	Fax:	(35)3629-8400
		E-mail:	cep@fepi.br



Continuação do Parecer: 4.210.222

especificamente.

Metodologia Proposta:

A presente pesquisa será qualitativa, do tipo fenomenológica. Ela é definida como um estudo do vivido e de seus significados ou qualquer estudo que utilize o vivido como pista ou método. A fenomenologia acredita que o vivido é um caminho para a verdade e para a formulação de conhecimentos (AMATUZZI, 1996). Entre os paradigmas científicos referentes a pesquisa fenomenológica em Psicologia, o que será utilizado neste trabalho é o paradigma da dialética, que busca compreender o comportamento humano "em função de seus determinantes históricos e particularmente, das condições de opressão e dominação decorrentes das contradições originariamente existentes na sociedade" (AMATUZZI, 1996). Esse tipo de pesquisa se desenvolve por meio de dois momentos, segundo Forghieri (1993): o envolvimento existencial e o distanciamento reflexivo. O envolvimento existencial requer que a pesquisadora reflita seus conhecimentos já adquiridos sobre a vivência que está buscando investigar, para abrir-se a esta de modo espontâneo e experiencial. Em seguida, ocorre o distanciamento reflexivo, que consiste em um afastamento reflexivo da vivência, após a pesquisadora ter sido atravessada pela situação investigada, envolvendo-se e dela obtendo uma compreensão global pré-reflexiva. O objetivo aqui, é refletir sobre essa compreensão e enunciar o sentido ou significado daquela vivência que é objeto de investigação. A pesquisa será realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Itajubá, Minas Gerais, com autorização da coordenadora responsável, Maria Cícera da Silva Moreira. Serão entrevistadas três (03) mulheres com idade superior a dezoito anos que vivenciaram a violência sexual. 4.1 Instrumentos A modalidade de entrevista mais utilizada na pesquisa fenomenológica é a não estruturada, que permite a livre expressão da mulher entrevistada, ao mesmo tempo que garante a manutenção de seu foco pela entrevistadora (GIL, 2010). Além disso, a trajetória da pesquisa fenomenológica inicia-se com uma pergunta norteadora, que possui a função de abertura e de guia para o que se

Endereço: Av. Dr. Antônio Braga Filho, 687	CEP: 37.501-602
Bairro: PORTO VELHO	
UF: MG	Município: ITAJUBÁ
Telefone: (35)3629-8400	Fax: (35)3629-8400 E-mail: cep@fepi.br



Continuação do Parecer: 4.219.222

pretende investigar (GIL, 2010). Portanto, na presente pesquisa, será realizada uma entrevista não estruturada com as participantes a partir de uma pergunta norteadora "Como você se sentiu, enquanto mulher, ao ser abusada sexualmente por um homem?". Por fim, como esta pesquisa envolve seres humanos, será entregue para cada mulher participante da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após a pergunta norteadora, serão feitas novas perguntas interventivas que procuram aprofundar o discurso da mulher entrevistada.

4.2 Participantes A pesquisa será composta por três (03) mulheres, com idade superior de dezoito anos, que vivenciaram a violência sexual por um homem. Os critérios para a determinação das participantes serão, segundo Gil (2010) a habilidade para expressar-se facilmente com palavras, a habilidade para perceber e expressar os sentimentos e emoções sem inibições, a habilidade para expressar as sensações orgânicas que estão relacionadas a estes sentimentos, ter uma vivência relativamente recente com a violência sexual, ter um interesse espontâneo na própria experiência e possuir a habilidade de reportar-se a respeito desta vivência, referindo-se ao que estava ocorrendo interiormente neste período.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo deste trabalho visa compreender a vivência de mulheres abusadas sexualmente à luz da fenomenologia-existencial, correlacionando os discursos das mulheres com a cultura do estupro no Brasil. Além disso, este trabalho buscará realizar uma análise interseccional de gênero, raça e classe, visando afastar-se da universalização do ser mulher – uma universalização branca – sendo impossível falar sobre as mulheres sem reconhecer a pluralidade de vivências presentes nas diferentes etnias, raças e classes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos e riscos: rememorar sua vivência do abuso sexual e, isso, vir a ativar conteúdos internos que estavam adormecidos, levando a uma descompensação psíquica. Sobre os quais as pesquisadoras se comprometem a encaminhar para acompanhamento psicológico na Clínica-Escola de Psicologia da Fepi, sem gastos financeiros para a entrevistada.

Benefícios:

Endereço: Av. Dr. Antônio Braga Filho, 687			
Bairro: PORTO VELHO	CEP: 37.501-602		
UF: MG	Município: ITAJUBÁ		
Telefone: (35)3629-8400	Fax: (35)3629-8400	E-mail: cep@fepi.br	



Continuação do Parecer: 4.219.222

A pesquisa possivelmente trará benefícios, para as mulheres entrevistadas, de um melhor autoconhecimento, com expansão da consciência sobre a experiência vivenciada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A compreensão das vivências internas, sentidos e significados de mulheres abusadas sexualmente à luz da fenomenologia e do existencialismo. Teremos a correlação dos discursos das mulheres com a cultura do estupro no Brasil. Teremos uma análise interseccional de gênero, raça e classe, afastando-nos da universalização do ser mulher – uma universalização branca – sendo impossível falar sobre as mulheres sem reconhecer a pluralidade de vivências presentes nas diferentes etnias, raças e classes. A descrição dos fenômenos atuais que realizam a manutenção e perpetuação desta violência do homem em relação a mulher.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PS_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1576705.pdf	14/07/2020 15:07:50		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoTCC.docx	14/07/2020 15:06:28	TACIANE MARQUES CASTELO BRANCO PORTO	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCE.docx	14/07/2020 15:05:51	TACIANE MARQUES CASTELO BRANCO PORTO	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	14/07/2020 15:04:05	TACIANE MARQUES CASTELO BRANCO PORTO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAOINSTITUICAO.docx	14/06/2020 19:00:37	TACIANE MARQUES CASTELO BRANCO PORTO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	14/06/2020 11:27:20	TACIANE MARQUES CASTELO BRANCO PORTO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	14/06/2020	TACIANE MARQUES	Aceito

Endereço: Av. Dr. Antônio Braga Filho, 687
 Bairro: PORTO VELHO CEP: 37.501-602
 UF: MG Município: ITAJUBÁ
 Telefone: (35)3629-9400 Fax: (35)3629-8400 E-mail: cep@fepi.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
ITAJUBÁ

Continuação do Parecer: 4.219.222

Orçamento	ORÇAMENTO.docx	11:26:23	CASTELO BRANCO PORTO	Acerto
-----------	----------------	----------	-------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ITAJUBÁ, 18 de Agosto de 2020

Assinado por:
Leonardo José Rennó Siqueira
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Dr. Antônio Siqueira Filho, 687
Bairro: PORTO VELHO CEP: 37.501-602
UF: MG Município: ITAJUBÁ
Telefone: (35)3629-8400 Fax: (35)3629-8400 E-mail: cep@fepi.br